

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

Bárbara Maria Lima Matias

"Mas tão brilho que vai ser esse sol, esses cacos, esse encontro":
a proposta narrativa do "jornalismo de beirada" pelo coletivo Nós, Mulheres da Periferia

Belo Horizonte
2023

Bárbara Maria Lima Matias

"Mas tão brilho que vai ser esse sol, esses cacos, esse encontro":
a proposta narrativa do "jornalismo de beirada" pelo coletivo Nós, Mulheres da Periferia

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Textualidades Midiáticas

Orientador: Dr. Phellipy Pereira Jácome

Belo Horizonte
2022

301.16 M433m 2023	<p>Matias, Bárbara Maria Lima.</p> <p>"Mas tão brilho que vai ser esse sol, esses cacos, esse encontro": [manuscrito] : a proposta narrativa do "jornalismo de beirada" pelo coletivo Nós, Mulheres da Periferia / Bárbara Maria Lima Matias. - 2023.</p> <p>155 f.</p> <p>Orientador: Phellipy Pereira Jácome.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.</p> <p>Inclui bibliografia</p> <p>1. Comunicação – Teses. 2. Jornalismo – Teses. 3. Negras - Teses. 4. Periferias urbanas – Teses. I. Jácome, Phellipy. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.</p>
-------------------------	--



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE **BÁRBARA MARIA LIMA MATIAS**

NÚMERO DE REGISTRO NA UFMG: 2021658370

Às nove horas do dia dez de fevereiro de 2023, na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais reuniu-se a comissão examinadora, constituída pelos professores doutores Phellipy Pereira Jácome (Orientador - DCM/FAFICH/UFMG) e Elton Antunes (DCM/FAFICH/UFMG) e pela professora doutora Juliana Soares Gonçalves (UFBA). A comissão reuniu-se para julgar o trabalho final da aluna do mestrado Bárbara Maria Lima Matias, intitulado "**Mas tão brilho que vai ser esse sol, esses cacos, esse encontro**": a proposta narrativa do "jornalismo de beirada" pelo coletivo **Nós, Mulheres da Periferia**", requisito final para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação Social da Universidade Federal de Minas Gerais, área de concentração Comunicação e Sociabilidade Contemporânea, linha de pesquisa Textualidades Midiáticas. Abrindo a sessão, o orientador e presidente da comissão, professor Phellipy Pereira Jácome apresentou a banca, e em seguida passou a palavra à candidata para apresentação de seu trabalho final. Após a apresentação, seguiu-se a arguição pelos examinadores, com a respectiva defesa de Bárbara Maria Lima Matias. Logo após, a Comissão se reuniu, sem a presença da candidata e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão Examinadora julgou a candidata **apta a receber o grau de Mestre em Comunicação Social**. O resultado final foi comunicado publicamente à candidata pelo Presidente da Comissão que encerrou a sessão, lavrando assim, o presente documento, que será assinado por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2023.

Prof. Dr. Phellipy Pereira Jácome (DCM/FAFICH/UFMG)

Prof. Dr. Elton Antunes (DCM/FAFICH/UFMG)

Prof^a. Dr^a. Juliana Soares Gonçalves (UFBA)

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Phellipy Pereira Jacome, Professor do Magistério Superior**, em 10/02/2023, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Soares Gonçalves, Usuário Externo**, em 10/02/2023, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL

FOLHA DE APROVAÇÃO

""Mas tão brilho que vai ser esse sol, esses cacos, esse encontro": a proposta narrativa do "jornalismo de beirada" pelo coletivo Nós, Mulheres da Periferia."

BÁRBARA MARIA LIMA MATIAS

Dissertação aprovada pela banca examinadora constituída pelos Professores:

Prof. Phellipy Pereira Jácome - Orientador
DCM/FAFICH/UFMG

Prof. Elton Antunes
DCM/FAFICH/UFMG

Profª Juliana Soares Gonçalves
UFBA

Belo Horizonte, 10 de fevereiro de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Phellipy Pereira Jacome, Professor do Magistério Superior**, em 10/02/2023, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Soares Gonçalves, Usuário Externo**, em 10/02/2023, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Elton Antunes, Professor do Magistério Superior**, em 10/02/2023, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2041398** e o código CRC **1460E271**.



Documento assinado eletronicamente por **Elton Antunes, Professor do Magistério Superior**, em 10/02/2023, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2041394** e o código CRC **EF28E230**.

Referência: Processo nº 23072.204100/2023-60

SEI nº 2041394

*Às jornalistas, editoras, leitoras e todas as mulheres que
fazem o Nós. Mulheres da Periferia.*

AGRADECIMENTOS

Eu não me sinto só na imensidão do céu
Lençóis de Luedji Luna

Não poderia deixar de começar os meus agradecimentos com este trecho de Lençóis. Com poucas palavras, Luedji Luna traduz a participação coletiva de tantas pessoas que facilitaram a finalização deste trabalho. Começar a esboçá-lo, ainda em maio de 2021, envolveu uma mistura de sentimentos, pelo ingresso em um novo programa de Pós-graduação, na Universidade que sempre sonhei em estudar. Seja pela pandemia, que ainda ocupava o nosso cotidiano, pelas disciplinas remotas que me fizeram sentir falta do espaço da sala de aula, o cansaço da conciliação com outros trabalhos, e a expectativa dos encontros, cafés e mesas de bar com os colegas e professores. Foi nesse processo intermitente da volta gradual ao convívio social, que eu passei a me sentir em casa. Esse retorno físico às ruas, aos corredores, às mesas (agora compartilhadas, e não somente a escrivaninha) me ajudou a colocar esta dissertação no mundo, mas foi graças à tantas/os outras/os que este percurso se completa.

Aos meus pais Helenice e Marciano, vocês são os meus maiores exemplos. Os meus primeiros professores. Obrigada por serem tão presentes, pela dedicação e confiança. Por não hesitarem em estender as mãos, nos abraços aconchegantes, nos dias difíceis, ou para me lembrar de que vocês sempre estiveram e irão continuar aqui, por mais que as distâncias geográficas nos separem. Obrigada acima de tudo, por ensinarem que a educação é realmente, libertadora. Ao Gustavo, meu irmão, por toda a motivação e por acreditar em mim desde quando me inscrevi no processo seletivo.

Obrigada a você, Phellipy, por ter sido uma presença fundamental não somente para esta dissertação, mas para a minha trajetória no mestrado. O processo de orientação tornou-se bem mais leve, por sua generosidade e disponibilidade. Se hoje, me sinto familiarizada no PPGCom e Fafich, foi por sua acolhida. Obrigada por compartilhar comigo suas ideias, contribuindo tanto para as minhas reflexões, e por me implantar dúvidas e questionamentos. Se hoje finalizo esta pesquisa, ela se inicia antes mesmo de te conhecer, por uma profunda admiração de seu trabalho tão instigante com todas as inquietações sobre as narrativas jornalísticas. Agradeço também por sua amizade.

À minha avó Maria Helena e avô Francisco, por fazerem da minha infância ser, sempre, uma lembrança tão aconchegante e divertida. As cicatrizes dos meus joelhos ralados rememora ao mesmo tempo os pés de jabuticaba, de abacate e as brincadeiras no quintal da casa da vó. Obrigada acima de tudo, por entenderem a minha ausência nestes últimos tempos. Às minhas tias, tão queridas e determinadas, todas sem exceção, professoras da rede estadual ou municipal de ensino. Agradeço especialmente à tia Cici, minha segunda mãe, e uma presença tão forte e doce ao mesmo tempo. À Maria, minha pequena, o seu olhar encantador e atento para o mundo me traz esperança. Ao tio Helder, tia Helia e Doia, pelos momentos de respiros e risadas descontroladas. Às amigas/os de anos, obrigada por compreenderem as ausências, e por acompanharem de perto toda essa trajetória, e de tantos outros acolhimentos e momentos gostosos que vivemos juntos: Ana Paula, Márcia, Sylvia, Bernardo, Marina, Winnie, Aguiar, Caio, Lucas S., Karina, Tati e Linhares.

Agradeço à Gisa, Juliana e Elton, pela leitura atenta e generosa, e os apontamentos tão lúcidos durante a banca de qualificação. A presença de vocês e os questionamentos foram fundamentais para a conclusão deste trabalho. Ao Elton, também agradeço à supervisão dedicada durante o estágio docente.

Aos funcionários e professores do PPGCom, obrigada pela prontidão e por não medirem esforços no compromisso com o ensino e a educação. À Elaine e Silas, pelos vários e-mails trocados e a disponibilidade para sanar as dúvidas. Especialmente agradeço aos professores Elton Antunes e Carlos Mendonça, com sugestões tão interessantes para um projeto de pesquisa que ainda estava tomando forma. Obrigada também às professoras Camila Mantovani e Cida Moura, com ótimas aulas que movimentaram essas propostas iniciais. Aos professores Bruno Leal, Juarez e Daniel, pela oportunidade de aprender e agregar à turma do Selo PPGCom. Aos colegas que compartilharam das tardes de reuniões e de muito trabalho: Léo (*in memoriam*), Ana Paula e Samuel. A você Samuel, também agradeço por nossa parceria desde a época da iniciação científica, na PUC.

Ainda sobre os projetos de extensão da UFMG que tive o prazer de participar, agradeço ao Polo Jequitinhonha e à equipe do Mídias Quilombolas, por me apresentarem outros sentidos e possibilidades de ensino e produção de conhecimento. Especialmente à Raissa, Marizinha, Vitória, Giovanna, Lara, Gustavo Rizzo e Gustavo Franca. Vocês trouxeram novas texturas e cores para esta trajetória, e principalmente, para a minha vida.

Aos amigos do Temporona: Vini, Jéssica, Pedro, Isabela, Bruna, Fred e Ives, com suas pesquisas e apontamentos instigantes sobre as temporalidades que acompanharam todo o processo. Aos colegas de turma, como sempre enfatizamos nessa jornada, a minha escrita é marcada por vocês: Nayara, Nat, Sara, Victor, Valquiria. Também à Fran, Prussiana, Dan, Igor, Rafa, e o pessoal do Insurgente, pela presença e trocas nos eventos Historicidades e no Colonialidades do Poder e Saber. Especialmente, minha gratidão e profunda admiração ao meu amigo Josué, por construir comigo uma amizade e parceria. Apesar de nos conhecermos há pouco tempo, a sensação é que te conheço de outros tantos carnavais.

Não poderia deixar de mencionar os meus agradecimentos aos professores da graduação, determinantes para este trabalho. Verônica, o seu incentivo para a minha candidatura no PPGCom foi literalmente, o que me trouxe até aqui. Obrigada! Ao Mozahir, por todo o suporte desde o início dos projetos de iniciação científica, e pela orientação dedicada no TCC.

Ao Gabriel, por me fazer perceber na prática, nos gestos, o amor, o companheirismo e a compreensão. Obrigada pelo apoio e aconchego, pela disposição em contribuir para o meu trabalho, e por abrir as portas de sua casa para mim. A sua família tornou-se minha também: Márcia, Carlos, Mariana, vó Elma, Denise, Lili e Du, especialmente.

Agradeço à UFMG e aos funcionários, de todos os espaços que ocupei: bibliotecas, bandeirão, cantinas e o jardim da Música. Ao governo Lula e Dilma pelo comprometimento com à educação e à ciência. À Capes, cujo tempo que financiou a pesquisa me permitiu uma dedicação exclusiva.

RESUMO

Este trabalho busca investigar a inspiração conceitual “jornalismo de beirada” proposta pelo coletivo jornalístico *Nós, Mulheres da Periferia*. A escolha pelo coletivo elaborado por mulheres que se autodefinem como negras e periféricas, se dá pela relação complexa de suas narrativas nas disputas e conexões com os territórios de uma historiografia na modernidade-colonialidade (QUIJANO, 2005; SEGATO, 2012), e com a própria constituição do jornalismo em nosso país, por uma “modernização autoritária” (ALBUQUERQUE, 2010). Nesse sentido, adotamos dois movimentos conceituais e metodológicos para investigar a proposta jornalística e rede textual de *Nós, Mulheres da Periferia*: 1) Aproximar o conceito da “beirada” de discussões contemporâneas de gênero, raça e território, a partir das figuras e concepções sobre a “consciência de margem e fronteira” (hooks, 2019; ANZALDÚA, 2005), tentando rascunhar esse movimento que tensiona, disputa e corporifica os territórios e a história moderna-colonial da nação; 2) Para então, investigar como a “beirada” pode ser lida enquanto a formação de um “espaço seguro” (COLLINS, 2019) narrativo, em meio ao discurso e métodos jornalísticos modernos com aspectos coloniais que compreende o mundo por uma leitura repleta de binarismos e apagamentos. Ao final, a nossa intenção na pesquisa, é rascunhar a beirada na aproximação com experiências jornalísticas e de outras narrativas, partindo sempre de um caminho metodológico amparado nessa trama escrita por mulheres negras e das periferias, percebendo quais historicidades e outras experiências são convocadas.

Palavras-chave: “Jornalismo de beirada”; Mulheres negras; Periferia; Narrativa.

ABSTRACT

This research aims to investigate the conceptual inspiration "jornalismo de beirada" founded by the journalistic collective Nós, Mulheres da Periferia. The choice for the collective enrolment by women who define themselves as black and peripheral, focus to the complex relation of their narratives in disputes and connections with the territories of a historiography in modernity-coloniality (QUIJANO, 2005; SEGATO, 2012), and with the constitution of "authoritarian modernization" of journalism (ALBUQUERQUE, 2010). In this sense, we adopted two conceptual and methodological movements to investigate the journalistic proposal of Nós, Mulheres da Periferia: 1) Approach the concept "beirada" of contemporary discussions of gender, race and territory, from the figures and conceptions about the "conscience of margins and fronteira/mestiza" (hooks, 2019; ANZALDÚA, 2005), trying to outline this movement that tensions, disputes and embodies the territories and the modern-colonial history of the nation; 2) Then, investigate how the "beirada" can be read as the formation of a narrative "safe space" (COLLINS, 2019), amid the discourse and methods of modern journalism with colonial aspects that understand the reality through a reading full of binarisms and exclusion. Finally, our intention in this research is to sketch the "beirada" in the approximation with journalism, always starting from a methodological proposal supported by written of black women and from the peripheries, realizing which historicities and other experiences it summons.

Keywords: "Beirada journalism"; Black Women; Periphery; Narrative.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Texto racismo São Paulo Jéssica Moreira/ Gráfico sobre a pandemia de coronavírus nas periferias de São Paulo	29
Figura 2. Encontro de Jéssica Moreira com o coletivo Negrocentricxs em fevereiro de 2020 no Chile	30
Figura 3. Greve dos Queixadas em Perus, São Paulo e exposição do Queixadas Parede	33
Figura 4. Texto racismo São Paulo Jéssica Moreira/ Gráfico sobre a pandemia de coronavírus nas periferias de São Paulo	41
Figura 5. Gráfico curva das mortes por coronavírus em São Paulo.	42
Figura 6. Matéria “Os futuros imaginados pelas mulheres negras”	49
Figura 7. Chamada “Um jornalismo moderno e necessário” da Folha de S. Paulo// Texto “A crítica da crítica da objetividade” de Otavio Frias Filho.	60
Figura 8. Editorial “Espelho do mundo” de 2010.	65
Figura 9. Matéria sobre o livro “Vão: trens, marretas e outras histórias” de Jéssica Moreira, cofundadora do Nós, Mulheres da Periferia/ Foto de minha autoria, do livro físico	73
Figura 10. Texto “Nós, mulheres da periferia” no Tendências/Debates da Folha de S. Paulo ...	76
Figura 11. Matéria “Morar na periferia é ter solidariedade entre os vizinhos”	78
Figura 12. Matéria “De vizinha para vizinha: a solidariedade periférica feminina”	80
Figura 13. Matéria “Contar nossas histórias é uma forma de curar as que foram silenciadas”....	82
Figura 14. Matéria “Contar nossas histórias é uma forma de curar as que foram silenciadas” ..	83
Figura 15. Matéria “Marcela Bonfim: “celebramos as mulheres Afro-Antilhanas do Rio Madeira.....	83
Figura 16. Matéria “Criança é responsabilidade da mãe quando está no ventre	85
Figura 17. Matéria: “Mãe, avó e filha: a rede de apoio entre mulheres da mesma família	86
Figura 18. Textos “Diário de Isolamento: ativista Joice Aziza lança livro sobre pandemia”/ “Escritora Geni Guimarães é a homenageada da Balada Literária 2020	89
Figura 19. Minimanual do jornalismo humanizado Parte I: violência contra a mulher	93
Figura 20. Esboço de modelo de mapa afetivo.....	95
Figura 21. Matéria “Nós lança novo posicionamento e jeito de fazer jornalismo”	97
Figura 22. Carta editorial das eleições de 2022 do Nós, Mulheres da Periferia	102

Figura 23. Trecho da Carta editorial das Eleições 2022 “do Nós para as mulheres das periferias”	106
Figura 24. Rodapé seguido de outras matérias na Carta editorial das Eleições 2022 “do Nós para as mulheres das periferias”	108
Figura 25. Matéria “Sementes de Marielle: as mulheres periféricas na política”	110
Figura 26. Matéria Nós, Mulheres da Periferia “Nota de Pesar”	111
Figura 27. Trecho da Matéria Nós, Mulheres da Periferia “Nota de Pesar”. Marielle usa uma camiseta escrito “mulheres na política”	112
Figura 28. Matéria “É impossível não se enxergar em Marielle”, dizem mulheres da periferia, com entrevistadas	114
Figura 29. Matéria “Carta aos Brasileiros de 1977 e de 2022: onde está a questão racial?”	117
Figura 30. Matéria “Em carta, mulheres negras reivindicam maior participação política”	118
Figura 31. Reportagem especial “Racismo ambiental na voz de mulheres do Brasil”, mapa da trajetória da jornalista Jéssica Moreira	120
Figura 32. Reportagem especial “Racismo ambiental na voz de mulheres do Brasil”, mulheres indígenas de SP reunidas	121
Figura 33. Matéria “Zélia Amador: ‘Não podemos traçar nossas lutas sem a ancestralidade’”	123
Figura 34. Matéria “‘A Amazônia como centralidade’: mulheres afroamazônidas na política”	124
Figura 35. Frames de Luedji Luna e do álbum-visual “Bom mesmo é estar debaixo d’água”	128
Figura 36. Frame clipe Psicopretas vol. 2.....	129
Figura 37. Imagem de Antonieta de Barros ao lado de deputados no dia da posse/ Matéria “Lecis, Marielles, Beneditas: por mais mulheres negras na política”	131
Figura 38. Antonieta de Barros durante a Constituinte de 1987/Matéria “Lecis, Marielles, Beneditas: por mais mulheres negras na política”	131
Figura 39. Jornal Nzinga Informativo, a fotografia e o manifesto das editoras.....	133
Figura 40. Matéria Letra Preta de Yasmin Santos	136

Figura 41. Matéria “Candidatas negras para ficar de olho nas eleições 2022”	135
Figura 42. Matéria “Eleições 2022: estudante indígena reivindica educação pública plural”	139
Figura 43. Matérias “Eleições 2022: elas votam pela primeira vez e contam suas expectativas/ Jovens e eleitoras: elas têm consciência política e desejo de mudança	143

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
1.1 Um passeio pela trajetória do Nós, Mulheres da Periferia.....	18
2. AS BEIRADAS COMO MANIFESTO.....	28
2.1 Habitar a contradição: ir contra uma história única da <i>mirada</i> moderna-colonial.....	28
2.2 A beirada pela ótica da “consciência de margem/fronteira”	43
2.3 A politicidade das narrativas de beirada	52
3. ESPAÇO (IN)SEGURO: Entre comunidade à inspiração do jornalismo de beirada	55
3.1 O jornalismo como espaço (in)seguro: os reflexos da modernidade-colonialidade	57
3.1.1 Entre o discurso moderno-colonial e uma prática efervescente	65
3.1.2 A despolitização para as relações do feminino nos discursos jornalísticos.....	69
3.2 O “jornalismo de beirada” como espaço seguro narrativo: a rede afetiva entre as mulheres das periferias	76
3.2.1 Interpretando o jornalismo pelas beiradas	92
4. ESPAÇOS SEGUROS: entre os portões e os quintais à construção narrativa na beirada	99
4.1 Escrevendo os espaços seguros: a política e o cotidiano	99
4.2 A beirada em outras espacialidades e temporalidades	117
4.2.1 A organização entre mulheres negras e das periferias na política institucional	124
4.2.2 As narrativas da beirada no espaço político institucional	136
5. Considerações finais.....	147
Referências bibliográficas:.....	153

1. INTRODUÇÃO

O jornalismo é instigante, complexo e formado por experiências que envolvem interpretações peculiares no agenciamento do real. Neste cenário multifacetado, as narrativas configuram tempos, territórios, corpos e subjetividades numa teia que apresenta convergências e tensões, que conformam um todo inteligível (FONSECA, 2014). Estão, ainda nesta gramática do jornalismo, textualidades interessadas em narrar com urgência os últimos acontecimentos do mundo, ou aquelas que demandam mais tempo de produção; o jornalismo também é feito por experiências territoriais e materialidades distintas, entre jornais nacionais e internacionais, os que circulam na internet, os paroquiais ou das periferias. Com questões editoriais singulares, na construção normativa, e posicionamentos políticos, estas textualidades são formadas por distintos atores.

Nos debruçamos em um destes fenômenos, especificamente na proposta do coletivo online *Nós, Mulheres da Periferia*. No início deste trajeto de pesquisa, já nos instigava como as editoras referenciam a experiência jornalística que empreendem: tramada por mulheres negras, a partir de um ponto de vista muito específico para as relações com o território. Elas falam, sobretudo, a partir de suas casas e da vizinhança das periferias, ou seja, com uma forte atenção para o que está em torno delas, no cotidiano. Desde então, tateávamos as materialidades do coletivo, tentando buscar como as relações com gênero, raça, território, jornalismo e subjetividade poderiam atravessar essa mídia. Quando acessamos os manifestos presentes no site, nos deparamos com uma definição das editoras para a proposta que elencam: “jornalismo de beirada”, tornando-se, então, o nosso fenômeno de investigação.

A partir daí, o nosso objetivo principal é investigar esta inspiração conceitual tramada pelas editoras, o “jornalismo de beirada” e a sua aproximação com fenômenos contemporâneos que se apropriam de raça, gênero e território para travar as suas próprias narrativas. O título desta pesquisa, por exemplo, se remete ao trecho do poema “Quase” de Tatiana Nascimento, presente na canção “Lençóis” do álbum-visual de Luedji Luna, justamente por entendermos inicialmente, a “beirada” aproximada de um fio narrativo complexo e político tramado por mulheres.

Para dar cabo à pesquisa, aposto nos estudos interseccionais para gênero, raça e território, entendendo-os como uma possível leitura para outros modos de se constituir narrativas, que questionam a identidade nacional, ao mesmo tempo que ampliam definições ainda muito restritas para os territórios, e sobretudo, para as periferias. Para além de uma

dimensão das questões territoriais-geográficas que atravessam o cotidiano e o presente dessas mulheres, como de grande parte da população periférica nos centros urbanos, que implica em certo distanciamento das instituições, materializados na exclusão nas decisões sobre políticas públicas, de poder econômico, de direitos aos recursos de saúde, educação e mobilidade urbana, também se inter cruzam a comunicação e os fenômenos midiáticos. Assim, enquanto uma certa história “oficial” forjaria uma suposta identidade universal e um espaço masculino e uníssono, outros mundos destoantes são marginalizados e violentados: corpos, temporalidades, territórios, saberes e crenças. Contudo, há um certo abismo entre o discurso homogeneizante e o que se dá na prática, com experiências narrativas e realidades sociais diversas.

O coletivo Nós, Mulheres da Periferia aponta para essa marca autoral e prática, quando introduz o seu projeto “jornalismo de beirada”. Nesta introdução, primeiro, nos debruçamos por uma abordagem historicizante na fundação do coletivo jornalístico com o intuito de compreender as suas peculiaridades nas experiências narrativas, para depois, perceber como a sua inspiração e proposta criativa jornalística apresenta uma potência metodológica também para a nossa pesquisa.

1.1 Um passeio pela trajetória do Nós, Mulheres da Periferia

Nós, Mulheres da Periferia é um site e coletivo em circulação há oito anos. Mas, antes de introduzirmos a sua formação, é importante pontuarmos que todas as cofundadoras iniciam um rascunho para a criação coletiva entre elas, como repórteres e “correspondentes locais” de seus próprios bairros, no coletivo e site Agência Mural de Jornalismo das Periferias¹. Os correspondentes são comunicadores e moradores de distintas periferias, com a proposta de oferecer uma cobertura midiática “local” para a história e construção desses bairros, pelos cotidianos de trabalho, para iniciativas culturais e artísticas, empreendedorismo, são também enfáticos para o trabalho doméstico, atividade ocupada majoritariamente pelas mulheres; mas também sobre violências e chacinas policiais, a fome, o racismo, e o luto na periferia. Jéssica Moreira, cofundadora do Nós, é correspondente desde 2010, a partir da periferia que cresceu e ainda mora, em Perus, na zona noroeste da capital paulista. Bianca Pedrina, a partir de Carapicuíba, na Grande São Paulo. Semayat Oliveira também já contribuiu para o Agência Mural a partir do seu bairro, Jardim Miriam, na zona sul. Assim, alguns dos assuntos e temas começam a ser desenvolvidos antes da criação do coletivo Nós, Mulheres da Periferia. Por

¹ Disponível em: <<https://www.agenciamural.org.br/>>. Acesso em: setembro 2022.

exemplo, as reflexões de Jéssica Moreira sobre a mobilidade urbana de Perus, e a história feminista de seu bairro pela presença das lideranças femininas em movimentos sociais²:

Perus é um dos maiores antros de luta por direitos sociais da história desse país. É nesse meu bairro que criaram a 1ª Fábrica de Cimento do Brasil. Primeira grande greve do país, erguida pelos sindicalistas Queixadas peruanos, antes mesmo das greves do ABC. Primeiro movimento ambientalista do país, em 1970, encabeçado por mulheres contra o pó de cimento que jorrava em suas roupas no varal. Quer algo mais feminista que isso? (MOREIRA, Jéssica - Agência Mural de Jornalismo das Periferias)

Nessa afirmação de Jéssica, há um certo ineditismo para os significados da periferia, quando destaca a história de Perus enquanto o bairro fundador da primeira fábrica de cimentos construída no Brasil e do movimento sindical articulado pelos moradores e suas lutas por direitos sociais diante das condições trabalhistas. Além de ampliar as pautas feministas e a relação com o sindicalismo e com a greve, a partir das mulheres de seu bairro, pioneiras na articulação para os protestos.

Essa história de Jéssica, formada pela resignificação de suas percepções para Perus parece reincidir no encontro com as outras mulheres jornalistas e também moradoras das periferias de São Paulo, permitindo fazer de sua própria vivência, expansão para uma experiência compartilhada entre elas: “[...]tudo isso junto colaborou na resignificação de minha identidade, que não se encontrava em canto algum. Meu bairro negado, agora é bairro vivido, é história sempre presente [...]” (MOREIRA, 2016 - online).

Durante os trabalhos no coletivo Agência Mural de Jornalismo das Periferias, em 2012, as jornalistas passam a refletir conjuntamente sobre as relações de gênero e raça em interseção com a periferia como condições substanciais para seus projetos e criações. No decorrer dessas discussões, em 7 de março de 2012, elas publicam o primeiro artigo assinado como coletivo, no *Tendências/Debates da Folha de S. Paulo*³ em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres. Na ocasião, as jornalistas Bianca Pedrina, Jéssica Moreira, Mayara Penina, Semayat Oliveira e Patrícia Silva, chamam a atenção para as opressões e exclusões que mulheres periféricas enfrentam no cotidiano, a partir do que vivem nos territórios. É particularmente interessante como elas afunilam o que seria a experiência do “ser mulher” a partir das periferias, apontando para a multiplicidade que confere este lugar, e as experiências de gênero. Na

² Disponível em: <<https://www.agenciamural.org.br/descobri-no-fazer-jornalístico-que-perus-era-muito-mais-que-um-bairro-isolado-relata-reporter-da-agencia-mural/>>. Acesso em: setembro 2022.

³ Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/artigo-publicado-no-tendencias-e-debates-da-fohla-de-s-paulo/>>. Acesso em: setembro 2022.

entrevista de Semayat Oliveira para o Museu da Pessoa, ela afirma ter sido um exercício para o grupo essa experiência de escrever na Folha de S. Paulo sobre o que se vive todos os dias, o que é rotina⁴. O texto “Nós, Mulheres da Periferia”, que entraremos em uma análise detalhada posteriormente, apresenta a periferia com uma posição “de dentro”, ou seja, vivida. Assim, refutam concepções externas e muitas vezes, objetificadoras, com os seus relatos encarnados. Além de chamarem a atenção para a vastidão do que significa *ser* e ocupar a periferia, com seus valores intercambiáveis.

Dois anos após a publicação do artigo na Folha de S. Paulo, as jornalistas Semayat Oliveira, Jéssica Moreira, Mayara Penina, Bianca Pedrina, Lívia Lima e a designer Regiany Silva criam o coletivo e site de título homônimo, em 8 de março de 2014. Hoje, também integram a equipe, a jornalista Beatriz de Oliveira, a educadora e sonoplasta Sabrina Novaes, e a administradora Elaine Silva. O Nós, Mulheres da Periferia parece surgir com a ampliação para as discussões que elas já vinham construindo quando escrevem o texto na Folha de S. Paulo, em propor um movimento dialético entre a percepção dos territórios das periferias a partir de uma “lente” para as relações de gênero e raça; e ampliar os sentidos da periferia para sua interjeição nas identidades, ao iluminar as diferenças e singularidades dessas vivências. Vale frisar aqui, que a jornalista e cofundadora do coletivo, Semayat Oliveira, venceu o Troféu Mulher Imprensa em 2022, na categoria “Liderança, diretora de redação ou fundadora de projetos jornalísticos”⁵, ou seja, o projeto encabeçado pelo Nós, Mulheres da Periferia parece ecoar para um suporte que auxilia na existência e legitimidade do grupo.

Em entrevista para o Minas Negras Gerais, Jéssica Moreira, cofundadora do coletivo afirma que contar histórias a partir das narrativas de mulheres negras da periferia e propor um espaço coletivo de escuta, é o objetivo e a condição que permeia as suas propostas: “podemos falar sobre todos os assuntos locais, nacionais e internacionais sempre com a nossa lupa de mulheres negras e periféricas”⁶. A nosso ver, esse é um apontamento importante para distinguir as interpretações das editoras diante uma gama de experiências jornalísticas que articulam o feminino, bastante diversas entre si. Como por exemplo, o jornal Nós, Mulheres, fundado na década de 1970. De acordo com Viviane Freitas (2018) as editoras na época, se atentavam para as relações de classe e gênero, principalmente na reivindicação de creches nos bairros, ao direito de as mulheres ocuparem o mercado de trabalho, e criticamente contra a ditadura militar. Já

⁴ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O84pPTNh8Yg&t=1s>>. Acesso em: setembro 2022

⁵ Disponível em: <<https://www.portaldosjornalistas.com.br/trofeu-mulher-imprensa-anuncia-vencedoras-2/>> Acesso em novembro 2022

⁶ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=SeYRhrxIxaw>>. Acesso em: setembro 2022.

Nós, Mulheres da Periferia apresenta uma forma muito singular na relação geográfica e racial, recortes que guiam o projeto do coletivo, em interseção com o gênero. O território das casas, os portões, a vizinhança de onde moram, são pontos onde as editoras se afinam para pensar nos recortes de gênero e raça.

Em nossa interpretação, essa apresentação é definitiva para a abordagem dos textos no site jornalístico. Com as seções divididas em “Análise”; “Notícias”; “Histórias” e “Contexto”, as editoras noticiam e informam, a partir do território das periferias. Nos Manifestos, por exemplo, a seção do site dedicada a dar destaque aos posicionamentos ideológicos das jornalistas, traz um sentido político com essa proposta de um “fazer” jornalístico de inspiração metodológica e epistemológica a partir das periferias territoriais, de gênero e raça⁷. Assim, por uma estratégia de ampliar a discussão de quais são os sentidos afetivos e simbólicos que a palavra “periferia” carrega, elas discutem e posicionam o que seria a proposta do Nós:

Periferia é muito mais que território. É um ponto de referência. É uma perspectiva, um lugar de fala, um corpo no mundo. Periferia é muito mais que geografia. É subjetividade, identidade, sentimento, memória afetiva. Periferia são narrativas contra a História única. Nossas vidas importam e cada trajetória é singular. (NÓS, MULHERES DA PERIFERIA - MANIFESTO)

Essa definição das jornalistas para a periferia como uma condição de posicionamento de conhecimento, e constituição de suas identidades, acompanha o coletivo desde a sua formação. O primeiro Manifesto do site indica principalmente o contexto ambíguo que a concepção de periferia carrega, entre a exclusão e o enfrentamento. Diante disso, nos parece que as jornalistas do coletivo reverberam uma não romantização e não mitificação para o lugar de seus ativismos e lutas sociais, e nem definem a periferia enquanto um lugar estereotipado em violências pela jurisdição do Estado. O que parece ser ressaltado pelas editoras, são as ambiguidades e complexidade que constituem a identidade de mulher negra e periférica na sociedade brasileira. Isto fica exposto logo no início do texto, ao afirmarem: “Somos maioria. Somos minoria”. São maioria, pois a maior parcela do grupo demográfico brasileiro é composta por mulheres negras, com 28%⁸. E são minoria pela marginalização quanto aos acessos de direitos sociais, políticas públicas, e pouco referenciadas nos espaços de institucionalidade.

Por este esforço das editoras de propor uma localização mais corporificada aos textos-manifesto, nós, enquanto leitores, interpretamos que esta identidade política da mulher negra periférica engloba histórias múltiplas de vida, por diferentes vivências e espessuras no

⁷ Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/manifesto/>> . Acesso em: setembro 2022

⁸ Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?edicao=34420&t=resultados>> . Acesso em: outubro 2022

cotidiano, revelando a heterogeneidade própria que a identidade carrega como está posto no Manifesto de 2014, que intercala uma percepção individual e coletiva. Entre uma sujeita individual, e a conjugação do verbo “ser” na primeira pessoa do plural, que indica uma posição política para a identidade da mulher negra como coletivo: “Somos as mães que trabalham para as filhas estudarem./Somos as filhas que se formam na universidade para as mães voltarem para a escola”. E também no Manifesto mais recente, de 2021: “Nascer e tornar-se mulher é estar inevitavelmente à margem.[...]//Diante do racismo estrutural e institucional, a mulher negra é periférica em qualquer endereço”.

Assim, ao passo que o Nós, Mulheres da Periferia é criado com a intenção de produzir relatos sobre indivíduos e grupos sociais outrora invisibilizados pela história oficial de nosso país, as editoras encontram um espaço maior na internet, ao criarem os seus conteúdos de forma mais autoral, através de sites, e perfis em plataformas digitais, devido principalmente aos custos baixos para manter as páginas. Os parceiros do coletivo que auxiliam financeiramente na produção de conteúdo são a Associação de Jornalismo Digital (AJOR), a associação Repórteres sem Fronteiras, o projeto em rede *Black Adnetwork* e a organização Ibirapitanga, além de se manterem pelas assinaturas de leitores e o *crowdfunding*. Este cenário típico de uma cultura organizacional no jornalismo hoje, impõe como desafio, manter o coletivo como a principal fonte de renda para as jornalistas. Isto é perceptível quando as integrantes trabalham em outros lugares, e o Nós, Mulheres da Periferia torna-se apenas uma complementação de suas carreiras: Jéssica Moreira hoje trabalha no blog Morte sem Tabu da Folha de S. Paulo e no programa Encontro, da Globo; Semayat Oliveira é produtora do podcast Mano a Mano, do Mano Brown, em parceria com o Spotify; Livia Lima é mestre em Estudos Culturais pela USP e trabalha no Sesc São Paulo; Regiany Silva é mestre em Estudos da Linguagem pela PUC SP e atua com o desenvolvimento de produtos digitais.

Pela falta de um aporte financeiro estável e de tempo, devido às outras demandas e tarefas, compreendemos que elas articulam estratégias para ampliarem a visibilidade para o Nós, Mulheres da Periferia, como a parceria com a rede *Black Adnetwork* que possibilita a aproximação de mídias de comunicação e influenciadores negros de marcas engajadas com as pautas e demandas destes grupos. Outras propostas articuladas pelo coletivo são as produções de oficinas, cursos e exposições junto às moradoras das periferias, por iniciativas públicas. A primeira oficina “Desconstruindo Estereótipos”, em 2015, foi contemplada pelo edital da VAI (Valorização de Iniciativas Culturais) de São Paulo. As discussões organizadas na oficina se ampliaram para a exposição artística multimídia “QUEM SOMOS [POR NÓS]” e para o documentário “Nós, Carolinas” para a divulgação das histórias das participantes (FREITAS,

2018). Além disso, as editoras usam o jornalismo também de forma estratégica para que outros e diferentes públicos tenham acesso aos seus conteúdos, quando elas publicam dois artigos em uma das principais mídias informativas do país, no Tendências/Debates da Folha de S. Paulo. O primeiro foi em 2012, como apresentamos anteriormente. O segundo foi em comemoração à formação do coletivo, em 8 de março de 2014, também com a temática voltada para o Dia Internacional das Mulheres, com o título “Nós, moradoras da periferia”⁹.

Nos parece instigante as estratégias e o movimento de negociação das jornalistas, por ocuparem este espaço, trazendo nestes relatos críticas sobre rótulos e invisibilidades de mulheres negras e a periferia territorial propalados pelos próprios discursos de um jornalismo moderno que se diz “de referência”. Além de, com essas críticas, apresentarem um caráter inventivo para compreender o jornalismo, de forma autoral. Já que estes discursos nas mídias “de referência”, de acordo com as jornalistas do coletivo, quase nunca contam histórias sobre as mulheres negras, ou acabam por consolidar estigmas e imagens de forma generalizada.

Ainda na entrevista para o Museu da Pessoa, Semayat Oliveira afirma que as periferias e as mulheres negras geralmente são pautadas na imprensa quando envolvem violências: mortes, feminicídios. Acrescentamos que as fontes ouvidas nestas reportagens, geralmente não passam dos boletins policiais, e as suas referências são muito redutoras e preconcebidas (GONÇALVES, FONSECA, COSTA, CARVALHO, 2021). Nesse sentido, o site Nós, Mulheres da Periferia aparece com uma outra proposta, e outros sentidos para os corpos e territórios das periferias.¹⁰ Como discutiremos melhor nos próximos capítulos, os discursos autorreferentes destas mídias e “grandes jornais” por uma concepção moderna, geralmente refletem e instituem uma única forma legítima de se fazer jornalismo, e assim, atribuem um mesmo modelo de referências e técnicas. Por exemplo, neste discurso, a Folha de S. Paulo, o Estado de Minas e O Globo supostamente produziriam um mesmo jornalismo, apesar de suas peculiaridades territoriais, ideológicas, de realidades históricas e de todo um circuito jornalístico que envolve a materialidade do jornal, como também os leitores e espectadores, que entram em contato e ressignificam os sentidos para os textos e as textualidades.

Interpretamos que os posicionamentos e demandas do Nós, Mulheres da Periferia apontam para as negociações e tensões com essa concepção jornalística que tenta homogeneizar experiências, e as particularidades nas relações com os sentidos para o território, que dinamizam a prática. Inicialmente, compreendemos que o território envolve uma relação que ultrapassa

⁹ Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/155404-nos-moradoras-da-periferia.shtml>> Acesso em: setembro 2022.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=O84pPTNh8Yg&t=1s>>. Acesso em: setembro 2022

uma definição estática, se relacionando com uma apropriação do espaço por sujeitos e sujeitas, e por isso, dimensões de uma vivência encarnada que refaz e rearticula os seus sentidos e significados, que permeiam aspectos valorativos, políticos e econômicos. Por isso, as suas relações são sempre heterogêneas. Assim, quando compreendemos o jornalismo a partir de seus imbricamentos com o território, todo um circuito em rede é exposto, por suas singularidades, e relações específicas com a história, e os agentes que compõem e disputam as narrativas.

Em algumas pesquisas e artigos recentes sobre o jornalismo das periferias (SILVA, 2017; MARTINI, 2018; TAVARES, 2019), percebemos que há uma certa predominância em caracterizá-lo e defini-lo como um modelo alternativo aos padrões de um jornalismo comercial. Inicialmente, a nosso ver, a periferia apresenta uma semântica para experiências jornalísticas muito diversas, podendo se enquadrarem ou não como um modelo alternativo. Assim, as mídias “alternativas” e “periféricas” se apresentariam enquanto experiências políticas distintas, principalmente nas relações com o território e a constelação de significados e sentidos que se abrem.

Por isso, a nosso ver, “alternativo” ainda é uma definição muito utilizada para indicar as mídias que se diferenciam de um jornalismo “de referência” de forma generalizada, principalmente em relação à sustentabilidade financeira. Mas de que critérios de independência estamos falando? Como sugere Figaro, Barros e Kinoshita (2019, p. 11), “[...] se todos se dizem independentes de compromissos com os que detêm poder e dinheiro, nem todos se mostram independentes de um certo conservadorismo na forma de pensar o jornalismo e sua relação com a sociedade”. Em nosso juízo, o argumento de classificação enquanto alternativo ou com um grau de independência, além de pouco atento às especificidades e relações do jornalismo, sugere a permanência de um discurso que exterioriza o “outro” e fomenta um determinado arquétipo para esses lugares e identidades. Afinal, o jornalismo não ocupa dois polos distintos, mas é um lugar de negociação e tensionamentos conforme as diferentes mídias, contextos históricos e territoriais.

Além disso, em algumas e distintas pesquisas que visitamos sobre um campo de estudo amplo voltado ao jornalismo das periferias, percebemos um movimento analítico que se ancorana tentativa de perceber essas proximidades das mídias periféricas de um jornalismo convencional, também em relação às técnicas e formas de se noticiar (TAVARES, 2019; FERNANDES, 2020; ARRUDA, ROVIDA, CUNHA, 2021; BEZERRA, 2021). Em nosso estudo, propomos um movimento inverso de não somente rascunhar as proximidades, como também os afastamentos e disputas. Por isso partimos de uma mídia específica para pensarmos nessas experiências jornalísticas vastas e complexas.

A partir da proposição do Nós, Mulheres da Periferia, retomamos o Manifesto de 2021, no qual as editoras delineiam a proposta e inspiração conceitual “jornalismo de beirada”, a partir de suas percepções e interrelações com os territórios das periferias: “Periferia é muito mais que geografia. É subjetividade, identidade, sentimento, memória afetiva. Periferia são narrativas contra a História única. Nossas vidas importam e cada trajetória é singular”. Nesse posicionamento das jornalistas, a periferia é entendida por uma relação incorporada e forma de conhecimento que ultrapassa uma delimitação geográfica e estática para o território. Desse modo, algumas questões configuram o ponto de partida em nossa investigação: Como o coletivo se relaciona com periferias em seu entorno? É possível pensar a “beirada” a partir de quais critérios? Que modo é esse de conceber o jornalismo e praticá-lo? Afinal, de que maneira este projeto se relaciona com uma discussão contemporânea sobre corpo, gênero e território?

De saída, compreendemos que a proposta do “jornalismo de beirada” parece não se esgotar ao coletivo, sendo ampliada para outros caminhos nas experiências contemporâneas. Entre elas está, por exemplo, o próprio site no qual as editoras do *Nós* também são repórteres, a Agência Mural de Jornalismo das Periferias de São Paulo, noticiando os acontecimentos das periferias a partir da visão dos moradores; os podcasts *Mano a Mano* do Spotify e *História Preta da B9*, que partem da negritude em suas propostas editoriais e como fio condutor para uma releitura da história; a revista *AzMina*, e o podcast *Praia dos Ossos*, da Rádio Novelo, se empenham, de modos particulares, nas discussões de gênero. Estando em grandes corporações ou em projetos independentes, estes produtos parecem salientar indiretamente a importância do conceito “jornalismo de beirada”, como uma forma jornalística de se pensar outras composições narrativas para além de uma visada única e teleológica da história.

Assim, para o início dessa trajetória buscamos aprofundar os sentidos para a “beirada”, nos modos como se constituem e configuram enquanto um aporte teórico-conceitual e epistemológico de saber o mundo. No capítulo 2, nos apoiamos nas discussões contemporâneas sobre as definições de margem e fronteira, por autoras e autor de distintas matrizes culturais e realidades históricas (SODRÉ, 2002; ANZALDÚA, 2005; SEGATO, 2007; RIVERA CUSICANQUI, 2018; HOOKS, 2019; DAS, 2020), a fim de compreender como elas têm se debruçado e refletido sobre estes conceitos, que apresentam um vínculo com as discussões de gênero, raça, corpo e território. Com proposições anticoloniais e seus relatos profundamente encarnados, atentos aos territórios e à historicidade dos corpos, propõem a ambiguidade de nossas colonialidades um lugar de potência para que as narrativas habitem com outras formas de se articular os aspectos temporais (JÁCOME, 2020). Assim, conseguiremos traçar o nosso intento, de perceber a beirada enquanto proposição constelar, aberta às negociações de sentido.

Compreendemos que a beirada sempre esteve em agência, se apropriando e disputando territórios, e costurando uma história mais diversa para o nosso país.

No capítulo 3, nos empenhamos em perceber como a beirada ganha texturas nos relatos do Nós, Mulheres da Periferia, e quais são os aspectos para a inspiração de um “jornalismo de beirada”, que a nosso ver, também possui uma proposição metodológica para a nossa pesquisa. Desse modo, compreendemos o jornalismo que elas produzem como um espaço seguro, a partir de Patricia Hill Collins (2019), a partir da politicidade do espaço doméstico, e a vizinhança como um lugar fortuito para a organização das mulheres, seja no portão das casas, nas salas, ou quintais. O que o coletivo aponta é uma narrativa política a partir de uma reunião entre mulheres e que propõe novas ritualizações para o jornalismo (SEGATO, 2016). A solidariedade predominante nas narrativas jornalísticas urdidas por mulheres das periferias, impõe uma atenção aos cotidianos e realidades históricas distintas.

Na experiência jornalística moderna-colonial há uma tentativa de apagamento e exclusão dessa complexidade plural, por uma imposição de fronteiras binárias, como um espaço inseguro e autoritário (ALBUQUERQUE, 2010) para narrativas, identidades e grupos sociais que fogem de sua normativa identitária. Portanto, nossa compreensão metodológica, que parte também de Rita Segato (2012), nos guia pelas textualidades do site, em busca de tatear essa iniciativa do coletivo para os espaços seguros, em sua prática múltipla e tensionadora que confronta a lógica binária e colonial.

Por fim, no capítulo 4, retomamos aos manifestos do Nós, Mulheres da Periferia, dando a ver suas normativas e interpretações próprias para o jornalismo. Os manifestos são os lugares de posicionamento e gestos de dar a conhecer as normativas do coletivo. Assim, retornaremos aos relatos, com um olhar atento para a beirada e o jornalismo, em suas intersecções. Acreditamos que o manifesto das eleições de 2022, elaborado pelas autoras do coletivo, reúne as nossas proposições teórico-metodológicas para a “beirada”. A partir desse manifesto, seguimos uma proposta analítica menos linear temporalmente, e mais atenta à uma compreensão historicizante das textualidades autorreferentes do coletivo, que compõem o nosso *corpus*. Desse modo, inquiremos como as definições de jornalismo emergem para o coletivo e como é estruturada nos aspectos contextuais nos territórios e ao seu entorno.

Nessa proposta analítica, oferecemos um caminho exploratório das textualidades para a vivacidade que a “beirada” propõe à historiografia e ao jornalismo, e como o projeto do coletivo amplia a nossa visão para os aspectos dinâmicos das narrativas, territórios e corpos na história nacional. Para darmos conta desse gesto analítico-metodológico, recorreremos à escrita ensaística para uma imersão de nosso fenômeno, entendemos que é a partir da proposição do “jornalismo de beirada”, que as questões de nosso percurso de pesquisa emergirão. Assim, inquiremos a rede textual do coletivo, como as fontes são mobilizadas, e quais vozes são

emergentes e questionadas; e como o coletivo interpreta a temporalidade e o território da beirada. Assim, compreender as perguntas do *lead* de forma temporalizada e territorializada pode nos auxiliar a inquirir os textos, com questões como: se narra, como narra? em qual temporalidade narra? quem narra/está narrando? Assim, quando nos direcionamos às narrativas do *Nós, Mulheres da Periferia*, já elencamos a nossa percepção e olhar para um recorte corporificado e atento às relações de gênero, raça e território nos relatos autorais de mulheres negras das periferias de São Paulo.

2. AS BEIRADAS COMO MANIFESTO

2.1 Habitar a contradição: ir contra uma história única da *mirada* moderna-colonial

Perus. Último bairro da zona norte de São Paulo. Na teoria, pois seus moradores fazem questão de reinventar as direções e afirmar a identidade do lugar como um bairro da região noroeste. (Jéssica Moreira e Larissa Gold - Queixadas: Por trás dos 7 anos de greve¹²)

A periferia pelas narrativas do Nós, Mulheres da Periferia possui uma relação específica com o corpo e o território, em nossa leitura. Nas vivências cotidianas que variam nas relações com os espaços domésticos aos espaços públicos das ruas e calçadas, existem diferentes percursos de comunicação entre mulheres. Dentro de casa, entre as mães, filhas e avós; colocando o corpo para fora de casa, no limiar dos portões, no encontro ou afastamento com as vizinhas; nos transportes públicos, dividindo os assentos ou a barra que sustenta os corpos em pé no movimento dos metrô, trens e ônibus; e nas relações durante o expediente de trabalho, com as diferentes classes entre as chefes e colegas. Como nos lembra Isabelle Chagas (2020) em sua pesquisa etnográfica que parte das relações comunicacionais na vizinhança de seu próprio bairro, é nesta ordem do ordinário e de uma perspectiva local que se configuram os modos de pensar, afetividades e o dizer.

Nos relatos autorais presentes no site, essas relações da ordem do cotidiano e da vizinhança são constantemente acionadas como pontos de referência, seja pelos portões, quintais e becos. Nesses acionamentos, quando partem do feminino e da negritude, a definição de beirada proposta pelas jornalistas parece começar a ganhar corpo, sentido e plasticidade. Por essa leitura, o relato de Jéssica Moreira argumenta: “se a periferia tivesse sexo, certamente seria feminino”¹³. A relação entre mulheres então, se apresenta de forma fundamental, já aparente no próprio título do coletivo, e nos relatos, como contexto para a análise e interpretação dos acontecimentos, ou é diretamente enfatizada.

A beirada além de estar na vizinhança dos bairros periféricos, também atravessa pontes, ruas e as linhas metroviárias para ocupar as cidades, os lugares institucionais, as universidades

¹² Disponível em: <<https://movimentofabricaperus.files.wordpress.com/2013/12/livro-queixadas.pdf>> Acesso em outubro 2022

¹³ Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/7408/>>. Acesso em outubro 2022

e a política. No relato de Franciele Conceição para o Nós, Mulheres da Periferia, atravessar a cidade e ocupar esses lugares envolvem significados ambíguos. Por um lado, são nesses lugares das instituições que a predominância de uma lógica patriarcal e a reprodução das violências de gênero, raça e classe se dilatam. Mas, como Franciele aponta, a sua resistência se ampara em continuar ocupando diferentes espaços¹⁴. Esse direcionamento da beirada para corpos, identidades e coletivos em movimento como gesto político, se apresenta também no Manifesto de 2021: “Nós, mulheres da periferia estamos em todos os espaços. Ultrapassamos e destruimos fronteiras. Somos diáspora. Somos ponte em qualquer rio. Estamos em travessia, em movimento”.

Outro exemplo para o significado da beirada como movimento e ocupação de distintos espaços, é o ambiente institucional da política que tem sido referência, quando há um aumento de mulheres negras e periféricas ocupando locais de liderança e representação, propondo novos projetos para o país. É com essa premissa que a jornalista Beatriz Oliveira, do Nós, Mulheres da Periferia, comunica um sentido político nas experiências singulares dessas mulheres eleitas, como um ponto determinante na elaboração de mandatos mais plurais, e que façam sentido no cotidiano de muitas outras mulheres das periferias geográficas e simbólicas.

Figura 1: Matéria “Mulheres negras na política representam possibilidade de futuro”



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/Notícias

Essa é uma postura que tem se despontado no contemporâneo. Durante as eleições de 2022, se destaca a maior presença de mulheres não-brancas na Câmara dos Deputados, que disputam com um lugar historicamente predominante por uma estrutura machista, sexista e

¹⁴ Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/poesia_ser_eu_mesma/> Acesso em outubro de 2022

patriarcal. Na ocasião, mulheres negras, lésbicas, trans, indígenas e periféricas foram eleitas para atuarem no legislativo, direcionando novas propostas e ressignificações para estes lugares. Entre alguns nomes das deputadas eleitas, estão Célia Xakriabá, Duda Salabert, Érika Hilton, Macaé Evaristo, Andrea de Jesus, Daiana Santos, Laura Sito e Sônia Guajajara. O Nós, Mulheres da Periferia se localiza enquanto experiência jornalística que sinaliza como as histórias dessas mulheres negras e das periferias atravessam espaços e tempos: “Das beiradas das nossas quebradas até o centro das discussões no Congresso Nacional, as mulheres negras vêm fazendo a diferença em nosso país”¹⁵.

O coletivo consegue expandir também os sentidos políticos da beirada e da vizinhança para além das fronteiras nacionais, como é o relato de Jéssica Moreira quando de Perus viaja ao Chile para se encontrar com o coletivo de mulheres negras imigrantes, o Negrocentricxs. No atravessar de fronteiras espaciais e temporais, entre as mulheres chilenas, peruanas, colombianas e brasileiras, o território da periferia adquire uma semântica ainda mais complexa, pois se vincula agora com a história colonial dos países latino-americanos. Como também, desoprimem as especificidades e singularidades nos processos históricos e das identidades no coletivo proposto por mulheres afro latino-americanas. Desse modo, a jornalista Jéssica amplia essa teia de relações para a formação política entre mulheres negras e periféricas.

Figura 2: Encontro de Jéssica Moreira com o coletivo Negrocentricxs em fevereiro de 2020 no Chile



Encontro do Nós, mulheres da periferia com Negrocentricxs, em fevereiro de 2020
Crédito: Arquivo pessoal

Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia

¹⁵ Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/leis-marielles-beneditas-por-mais-mulheres-negras-na-politica/>>

Por esses posicionamentos do coletivo, compreendemos a beirada apresentada por marcações de gênero e raça como lugares políticos de produção de territórios e também como proposta narrativa. Dessa forma, essas diferentes temporalidades reinscrevem o espaço nacional e a história, a partir das construções narrativas atentas ao contraditório, múltiplo e diverso, quando se considera a dificuldade da consciência ocidental em lidar com a ambiguidade das histórias da colonialidade.

Assim, as editoras do coletivo ao se inspirarem na beirada, parecem propor uma formação narrativa insurgente. São experiências movidas e localizadas em determinado espaço-tempo, e que propõe uma percepção para os acontecimentos do mundo, que não se desvincula de realidades históricas dos territórios e dos corpos. No olhar africano, por exemplo, Muniz Sodré afirma que na iniciação dos rituais, o corpo é interpretado como o mundo em escala reduzida, ou seja, como “entrada num espaço” que define a socialização sempre incorporada do indivíduo com o mundo (SODRÉ, 2002, p. 66). O território, lugar da incorporação na vivência cotidiana, da perspectiva local, complementa-se com a macro-história:

Pensar assim implica admitir a heterogeneidade de espaços, a ambivalência dos lugares e, deste modo, acolher o movimento de diferenciação, a indeterminação, o paradoxo quanto à percepção do real - em suma, a infinita pluralidade do sentido (como no espaço sagrado, onde cada lugar tem um sentido próprio). Na territorialização, apreende-se os efeitos de algo que ocorre, que se desenvolve, sem a redução intelectualista aos signos. (SODRÉ, 2002, p. 14).

Nesse sentido, aparentemente essas identidades indicam complexidades para compreensões ainda ancoradas por uma representação metafísica, como os ideais que uma identidade nacional moderna almeja. Essas ainda são concepções muito estabilizadas e coesas que não aferem esse caráter multiforme ao sujeito, que se expande e se movimenta. Portanto, a nosso ver, pensar a partir de dimensões mais localizadas para a beirada, seria a capacidade de se localizar um território e corpo, e nele, a pluralidade de afetos, sentidos e sensibilidades. Nos debruçamos ao longo deste capítulo, sobre a relação com o território e as narrativas das mulheres negras, entre as discussões contemporâneas de gênero e raça, para que possamos tentar explorar as negociações e significados para a “beirada”, e a sua proposta prática que aponta para uma história mais engajada, plural e diversa.

De acordo com Muniz Sodré (2002) a relação com o território é substancial, pois é a partir deste lugar que as opressões sexistas e raciais aos não-brancos se concretizam. É na conquista com a expropriação dos espaços além da fronteira europeia, que os corpos e temporalidades são subalternizados. A historiografia moderna homogeneiza temporalidades

radicais em sua diversidade em uma só tradição histórica, porque a invasão de territórios, a violência aos corpos e o epistemicídio viabilizaram a concretude de um projeto de apagamento de narrativas, em prol de uma identidade referencial.

Nessa concepção, o território envolve sempre uma disputa de poder. De acordo com o trabalho “O terreiro e a cidade” (2002) de Muniz Sodré, são apresentadas definições importantes dos processos de apropriação do poder colonial no projeto de nação brasileira. Na história oficial de nosso país, convivemos por uma segregação territorial às pessoas negras, mulheres e indígenas, enquanto os espaços são alimentados por um ideal modernizador.

Esse ideal amparado pela lógica colonial, foi responsável pela tentativa de homogeneizar identidades vistas enquanto empecilhos na régua progressista. Como afere o autor, esta concepção é materializada durante o projeto colonial, pelas políticas higienistas nas cidades, pela eugenia, e pelo aumento da força armada, no início do século XX. De acordo com Sodré, durante a proposta de modernização colonial do Rio de Janeiro, então capital do país, as relações de indivíduos e grupos com o espaço da cidade e os espaços habitacionais, foram transformadas pela defesa de se construir e sanear, deslocando pessoas pobres e negras para as margens da cidade. É importante ressaltar que essa modernização é derivada da história do nosso continente, e se espalha de formas distintas pelos países que o constituem. Como nos lembra Silvia Rivera Cusicanqui (2015) o projeto de cidadania de populações indígenas e negras, através da modernização envolve colonialismos internos para se justificarem violências físicas e simbólicas, no apagamento de particularidades dessas histórias e identidades.

Apesar dessa (tentativa) de homogeneização e apagamento, os territórios por envolverem sempre uma apropriação, também se constituem pelos movimentos contemporâneos de grupos sociais e identitários se estruturam no solo brasileiro - como também em nosso subcontinente - contra a lógica de um poder moderno-colonial. Como argumenta Sodré, na sociedade brasileira, é o movimento afrodiaspórico que convoca uma posicionalidade orgânica, de modo qualitativo, em que a apropriação do espaço pela identidade negra, através de suas crenças, símbolos e singularidades, ressignificam continuamente os territórios do projeto moderno nacional.

Desse modo, o território é o lugar de resistência e vínculos de grupos sociais outrora subalternizados, e de engajamento de identidades que disputam com essa forma supostamente uníssona para a história. Na prática, a experiência jornalística do Nós, Mulheres da Periferia resgata de forma historicizante e localizada essas disputas, quando, por exemplo, retomam a história de Perus, o bairro periférico na zona noroeste de São Paulo, lugar com um percurso de greves, movimentos sindicalistas, e participação ativa e coletiva de mulheres. Jéssica Moreira,

moradora da região, retoma a memória do bairro pela “Greve dos Queixadas”, em 14 de maio de 1962, que durou 7 anos, quando sindicalistas protestam contra as condições precárias da primeira fábrica de cimento do Brasil, e o movimento coletivo de mulheres contra o pó de cimento que sujava as roupas estendidas no varal. Esse passado emerge, quando o grupo contemporâneo Comunidade Cultural Quilombaque resgata por meio de uma intervenção artística, a história do bairro marcada pela greve sindicalista dos moradores, além de circular o trabalho dos artistas, também de Perus. Os idealizadores da exposição ainda lembram que a história do bairro perpassa outros ativismos de grupos sociais: “Povos Indígenas, Movimento Queixada, Movimento Negro, Movimento MST, Meio Ambiente, Movimento de Moradia e Vala Comum do Cemitério Dom Bosco”.

Figura 3: Greve dos Queixadas em Perus, São Paulo e exposição do Queixadas Parede

Por trás dos 7 anos de Greve

No dia 14 de maio de 1962, o bairro de Perus amanheceu diferente. Desde a inauguração da fábrica, em 1924, os fornos de cimento nunca haviam parado. Naquele dia, cerca de 3.500 operários unidos a outras fábricas do mesmo grupo, começaram aquela que se tornaria a mais longa paralisação trabalhista do país.



As placas serão espalhadas pelas principais ruas de Perus (SP).

Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia

Nesse relato sobre a exposição “Queixadas Parede” Jéssica percorre diferentes disputas do território pelas lentes de gênero, confluindo o espaço doméstico, e a memória da greve no espaço público, com o nome dos sindicalistas em placas de rua espalhadas pelo bairro de Perus. Além disso, é notável uma presença masculina predominante na fotografia de 1962, durante a greve. Com um movimento predominantemente dirigido por homens, também reverberou nas iniciativas das mulheres de Perus se organizarem contra a fábrica de cimento, que dificultava as condições dos operários, como também o trabalho doméstico, com o pó de cimento que se espalhava facilmente pelas casas, sujando roupas e cômodos limpados por elas. Nesse sentido, há uma disputa de gênero nas relações com o espaço doméstico, e principalmente, na esfera pública, nas mobilizações coletivas entre as vizinhas na greve, a favor do fechamento da fábrica.

Esse espaço de politicidade e disputas encabeçadas pelo feminino, aparentemente percorrem toda a proposta coletiva do Nós, Mulheres da Periferia. Essa vivência dos territórios das periferias pelas editoras também está integrada na experiência jornalística encabeçada por elas, no engajamento e na busca de alternativas para corromper as diferentes opressões que atravessam seus corpos e histórias. Assim, não seria possível falar de uma tática anticolonial, sem considerar os atravessamentos das particularidades de gênero e raça, e a localização do corpo no território como fundamentais na proposta prática e teoria do “jornalismo de beirada” para Nós, Mulheres da Periferia.

A beirada aparentemente elenca um compromisso político que não se destitui de uma prática e de uma formulação teórica. Portanto, em nossa pesquisa, compreendemos a beirada a partir de um contexto de organização de mulheres negras e da periferia que não pretende formar um ambiente de discussão teórica fechado, isolado de suas famílias, bairros, trabalhos e cotidianos, como a história do movimento feminista sugere, principalmente as correntes liberais e radicais, geralmente por uma associação contracultural de mulheres que se “libertam” ou “igualam” os seus direitos sociais com os homens (HOOKS, 2019). Porém, essa igualdade, como nos lembra bell hooks (2019), acaba por ser uma pauta individualista que é pouco profícua para o feminismo enquanto luta radical coletiva, já que a falta e a conquista de direitos são relativos, conforme a realidade histórica e nas relações com o poder/saber que atravessa cada corpo, em diferentes intensidades. Além de ser uma pauta que desconsidera, por exemplo, que homens negros também são oprimidos pelo patriarcado e as colonialidades incidentes na temporalidade, história e território modernos.

Nessa visada, uma consciência para os processos e singularidades históricas, com proposições práticas e teóricas vinculadas, na qual se refere bell hooks (2019), possibilita uma atenção à opressão sistemática que circula pelas relações de gênero, classe, raça e território, e

que afeta de forma integral tanto as subjetividades de mulheres negras, quanto outros grupos sociais de forma simbólica e no cotidiano vivido. Essa perspectiva para o que está em torno, da ordem do ordinário, é o que impulsiona um engajamento coletivo. Assim, aparentemente, a beirada pode sugerir um sentido de proximidade, uma relação estreita e não pacificada com a alteridade em dimensões subjetivas. Desse modo, Nós, Mulheres da Periferia em seus relatos, indica um movimento que é compromissado com o corpo, e a formação política da solidariedade.

No texto “De vizinha para vizinha: a solidariedade periférica feminina”¹⁶, Jéssica Moreira apresenta como a rede de mulheres mobiliza e ressignifica os territórios das periferias, por uma solidariedade entre elas, que não é pacificada, e que se dá por um contexto social na omissão do Estado, na falta de acesso aos serviços públicos, de saúde, educação de qualidade, e à mobilidade urbana. Nessa urgência, as mulheres se unem transcendendo percepções georreferenciais e simbólicas para a periferia associadas ao imaginário moderno-colonial, ao propor uma releitura criativa, com suas disputas, sentidos e interpretações.

Jéssica Moreira afirma que a solidariedade feminina nas “margens” existe desde sempre: “Todos os lugares que fui alçando na vida dizem sobre coletividades. E eu vejo que as periferias têm muitas lideranças (tanto homens quanto mulheres), mas as mulheres sempre foram dianteiras nessas grandes lutas”, em entrevista para o Minas Negras Gerais, se referindo aos ativismos das mulheres na periferia como um movimento geracional e histórico¹⁷. Assim o que predomina no discurso das jornalistas é um direcionamento para as relações de gênero e raça conectadas com as disputas de território e imaginários, para além de uma definição pré-definida.

Desse modo, a antropóloga argentina Rita Segato (2012) nos oferece uma visão para uma racionalidade moderna amparada pela colonialidade sobre os corpos, epistemologias e saberes que não compartilhem de seus preceitos e classificações, negando-os um aprofundamento histórico e a densidade de suas diferenças. De acordo com a autora, o projeto de colonialidade que continua balizando os Estados-nação da América Latina, recai principalmente, sobre o engessamento de posições identitárias, a partir da racialização que divide de forma binária e hierárquica, as/os sujeitas/os entre não-brancos (indígenas e negros) e brancos, ou seja, instaura-se uma identidade neutra e canônica, e o seu “Outro”, designado enquanto sobra, à margem.

¹⁶ Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/de-vizinha-para-vizinha-a-solidariedade-periferica-feminina/>> Acesso em setembro de 2022

¹⁷ Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/zona-leste-o-berco-do-sus/>>. Acesso em setembro de 2022

Neste ponto, tal projeto também respalda as relações de gênero, ao atribuir uma suposta universalização do espaço público, lugar dos homens, e a inferiorização das mulheres, por um sentido para o doméstico enquanto ambiente privado e íntimo.

Existiria nesta concepção, um sujeito aural de um espaço moderno, que formulou os direitos de humanidade e cidadania, a partir de sua própria imagem e identidade demarcada por uma exterioridade da episteme moderna-colonial. De acordo com Segato (2012, p. 123), este sujeito “é homem, é branco, é pater *familiae* – portanto, é funcionalmente heterossexual –, é proprietário, e é letrado”, e que em nossa concepção, tenta homogeneizar ou relegar à margem, experiências e conhecimentos que partem do feminino na esfera pública como também no espaço privado, pela configuração da família nuclear patriarcal. De modo que nessa construção de uma racionalidade moderna, percebemos um movimento para os sentidos históricos e sociais do que é designado à *margem*, entre um espaço periférico unânime e despolitizado, e as identidades que experienciam a colonialidade de forma incisiva, a partir das hierarquizações de gênero e raça. Partimos daqui, para compreender as ambivalências e disputas da margem em esfera social e política e os seus engajamentos com o território e o corpo, em sentido historicizante para a o enredo histórico e político em países latino-americanos, e aqui, especificamente na história de uma modernidade colonial que se desdobra no Brasil.

Retomando Rita Segato (2012), compreendemos que a modernidade apresenta aspectos coloniais, ao propor uma forte neutralização e centralização no sujeito enquanto individual e coletivo, e o que se diferencia, sob o signo de um “Outro”, também estático, que na verdade, reflete o “si mesmo” moderno. Isto porque, a relação de uma identidade homogênea como referência, também parece revelar que o “Outro” é visto enquanto ameaça para o sistema normativo moderno. Nessa interpretação, os grupos excluídos são apresentados sem possíveis vínculos históricos, atravessamentos, afetos e sentimentos. E isto acontece a partir de um lugar mantido por uma visão universal, de um sujeito, bem definido e resolvido em sua identidade, e o mundo, de forma horizontalizada e verticalizada, em relação hierárquica. A modernidade- colonialidade, ao produzir e acelerar os apagamentos de diferenças na historiografia, apresenta um projeto prático e palpável, a partir da colonização de nosso subcontinente, pelos corpos indígenas, e que posteriormente faz da escravidão de diferentes povos africanos e afrobrasileiros o seu pilar econômico sistematizado. Esse projeto prático político e econômico de encobrimento do dissidente (DUSSEL, 1994), e da conquista de espaços e territórios (SODRÉ, 2002), ao mesmo tempo que tenta despolitizar os vínculos sociais de povos indígenas e negros, pelo propósito da racialização, também destitui dos territórios o seu lugar de agência, pela consciência universalista.

Por esse empreendimento, a racionalidade moderna-colonial continua enquanto engrenagem nos imaginários dos Estados-nacionais da América Latina, por um sistema de dominação entre poder/saber com projetos em diferentes âmbitos: econômico, político, cultural, material, e no controle de territórios e subjetividades. Este projeto de dominação encontra amparo inicialmente na “raça” enquanto o critério fundamental de classificação social-universal. Raça é, portanto, um signo moderno, categoria que se infiltra por contextos sociais e culturais por processos históricos de cada nação (SEGATO, 2007; QUIJANO, 2005). A sua relação e institucionalização durante o período colonial, desdobra processos de desigualdades e encobrimentos para identidades que carregam influências de temporalidades múltiplas e heterogêneas. Se o discurso moderno e a historiografia elencaram uma padronização de sua racionalidade pela raça, de modo a “alcançar” todos os cantos do mundo, foi a partir da mão e do campo de visão minucioso da colonialidade que continua a hierarquizar e a excluir, com o seu alinhamento, passados, presentes e futuros de grupos sociais e suas relações intersubjetivas que destoam desta normatividade, em prol da construção de projetos nacionais.

O projeto moderno elenca também uma tentativa de esvaziar os sentidos e significados para as relações de gênero e sexualidade para determinados grupos e indivíduos. Desse modo, Rita Segato (2012) afirma sobre a importância em se considerar como as relações de gênero se reproduzem nas circunstâncias históricas. Na história da América Latina, o gênero se suplementa pela mirada da masculinidade e no alinhamento de determinados atributos que encontram amparo no projeto colonial, como a expropriação de valor de corpos e subjetividades. Na própria história do Brasil, a agência da masculinidade pelo sistema patriarcal, por certas cristalizações de normas e pressupostos regulatórios das relações de gênero e sexualidade que se enunciam nos corpos, continuam alicerces no contemporâneo e como epistemologia que sustenta o discurso da modernidade-colonialidade. Predominantes enquanto sistemas culturais, podemos pensar, auxiliados pelas reflexões de Gonçalves, et al. (2021, p. 146):

[...] O que vivenciamos hoje na era colonial-moderna, nomeado de patriarcado de baixa intensidade, é produto de tal ordem mais letal. A conexão proposta entre os termos patriarcal, colonial e modernidade se dá para descrever a priorização do patriarcado sobre o corpo das mulheres, sendo essas a primeira colônia.

O patriarcado continua se atualizando como uma das bases para a ação da colonialidade. Nesse sentido, Nós, Mulheres da Periferia parece apontar para esta regulação colonial de corpos, subjetividades, temporalidades e territórios pela relação de gênero e raça, na tentativa de não escapar do enredo histórico, político e cultural de países latino-americanos. Em seus

Manifestos, há um movimento historicizante para a relação social e política que as identidades de mulheres negras ocupam, e neste caso, especificamente na história do Brasil. O que o coletivo evidencia é que este grupo de mulheres, como outras mulheres que vivem cotidianamente opressões pelo sistema racista e patriarcal, estão à margem - compreendida aqui, por seus sentidos territoriais simbólicos -, e que este posicionamento desemboca na precarização de seus cotidianos, e é impulsionado constantemente pela escala moderna-colonial.

Mesmo por um contexto histórico e social distinto, nos aproximamos de bell hooks (2019) para densificar o que compreendemos como beirada no qual o coletivo advoga. A autora norte-americana se debruça em tentar compreender, como o sistema de poder/saber inferioriza grupos sociais pelo gênero e pela raça, e como propor uma homogeneização de experiências, vivências e temporalidades encobre as singularidades e diferenças de corpos e epistemologias próprias. Nesse sentido, a autora propõe uma reflexão a partir da vivência de mulheres negras, e de sua própria percepção enquanto feminista negra para o espaço da margem.

Além de não serem vivências lineares e alinhadas, certamente a margem não direciona um espaço estático, mas de movência. Portanto, tentamos compreender como a concepção moderna - que também se apropria de certos discursos feministas - se esforça por não apenas igualar realidades históricas distintas, como também as temporalidades múltiplas pelo mesmo signo e sistema binário. E nesse intuito, destituem corpos de seus atravessamentos em ligação com passados e propostas de futuros. Para hooks (2019) é a opressão sexista, o que incide no controle de corpos, e principalmente àqueles marginalizados. Essa opressão, quando atrelada aos discursos e as materialidades de gênero nos parâmetros da racionalidade moderna, contribuem para perpetuar e manter as engrenagens de poder e hierarquizações de corpos femininos e masculinos, a partir de uma escala patriarcal. E pelas singularidades próprias dessas vivências, a opressão sexista incide por diferentes métodos e de forma peculiar, insuflando as dominações de raça, classe, orientação sexual, religião, crenças, de territórios e temporalidades. O seu modo de agência é pela restrição - ainda que seja uma tentativa - de movimentos, de escolhas, de acessos, e de forma extrema de tempo e espaço. Portanto, concordamos com bell hooks (2019) sobre como o sistema patriarcal na colonialidade propicia um alinhamento de diferenças históricas por umamesma trama, e conseqüentemente, propicia a sua universalização como a única possibilidade de um sistema social vigente, encobrindo as suas faces e empreendimentos coloniais.

Ao retornarmos ao contexto brasileiro, percebemos processos muito singulares e ambíguos na conjugação da raça, classe, gênero e território. Na defesa de uma identidade nacional, o projeto moderno acabou por despontar na singularização de um *status* social,

supostamente compartilhado por todos os indivíduos e grupos (SODRÉ, 2002). As relações patriarcais e raciais seriam então, pacificadas, já que neste projeto a igualdade das/os sujeitas/os impera como possibilidade para superar as diferenças econômicas, políticas e culturais. Superando-as e homogeneizando as disputas dos territórios, as possibilidades para ser uma nação, finalmente, desenvolvida e moderna, estariam próximas. Entretanto, na prática, Rita Segato aponta para as diferentes vivências e escalas propiciadas pelas opressões sexistas e pelo racismo às pessoas negras, indígenas e mulheres. Isto porque, primeiro “[...]todo estado – colonial ou nacional – é outrificador, alterofílico e alterofóbico simultaneamente.” (SEGATO, 2007, p. 7). Ou seja, como nos lembra Rita Segato, todo Estado-nação moderno-colonial produz as suas alteridades históricas, articulando a engrenagem entre o sistema patriarcal com uma masculinidade insuflada, e as opressões étnico-raciais. E este sistema atua de formas distintas, pois ele é acionado no intuito de minar as possibilidades de movência e disputas. Assim, na percepção norte-americana de bell hooks, esse caráter opressor é complexo e contraditório, pois em certos momentos, as vozes de mulheres negras e grupos subordinados ecoam se forem para concordar com um discurso dominante (HOOKS, 2019, p. 41). O que, neste sentido, se aproxima em certos aspectos, da experiência do projeto nacional brasileiro. Já que símbolos, mitos e crenças de grupos sociais subalternizados são comumente expropriados, para que a elite e a branquitude possam indexar simbolicamente o *Outro* “[...] para incluir na sua heráldica os símbolos dos territórios apropriados” (SEGATO, 2007, p. 7). Assim, constroem a “diferença” artificial, seja nos binarismos entre as relações de territórios nos centros e periferias, na construção de uma identidade nacional muito coesa, e que ainda se associa aos símbolos culturais de brasilidade. Nesse sentido há uma construção hierárquica balizada pelos colonialismos internos, da diferença pelas elites, num movimento que distancia as pessoas negras dos direitos à cidadania, também os despojou dos direitos ao território. Ou seja, nessa concepção da jurisdição, a margem por um lado compõe sentidos de exclusão entre os corpos, inicialmente praticado no cotidiano das cidades no final do século XIX (SODRÉ, 2002, p. 11):

[...] Com o esfacelamento da ordem escravagista e o progressivo predomínio nas cidades do sistema comercial-financeiro, era preciso redefinir territorialmente as linhas de distanciamento, já que a nova estrutura social- de características liberais e igualitaristas - ameaçava o antigo consenso quanto à hierarquia social.

Nessa visada, as margens como o “lugar distante” nas cidades, na hierarquia moderna-colonial, são por ora tomadas como primitivas, sem leis e normas, no qual as ordenações e controles estatais contemporâneos tornam-se aparatos necessários para a manutenção dessa diferença, pois depende do “Outro” para legitimar a sua própria identidade (SEGATO, 2007).

O coletivo Nós, Mulheres da Periferia frisa extensamente as violências de Estado e suas fronteiras impostas às pessoas negras e moradoras das periferias, com medidas como as intervenções policiais, a falta de políticas públicas, e o racismo. Nos textos publicados no início da pandemia de Covid-19: “*O que a história do racismo em São Paulo diz sobre a violência de Estado hoje*” de Jéssica Moreira, e “*Covid-19 nas periferias: Estado falha no controle local da pandemia*” de Regiany Silva, as editoras buscam elencar dois grandes enfrentamentos que se entrecruzam, como fio comum para as periferias: a homogeneização dos territórios para se falar de políticas públicas (ou seja, acesso à saúde, educação, alimentação, mobilidade, segurança e moradia), o que leva ao não reconhecimento de corpos periféricos enquanto cidadãos de um Estado nacional.

Figura 4. Texto racismo São Paulo Jéssica Moreira/ Gráfico sobre a pandemia de coronavírus nas rias de São Paulo

NOSSAS VOZES



POR JÉSSICA MOREIRA | 24/08/2020



NOTÍCIAS



POR REGIANY SILVA | 28/10/2020



Fonte: site Nós, Mulheres da Periferia

Esses posicionamentos acarretam sistematicamente na violência e apagamento desses corpos. Por exemplo, o 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2021, registrou que entre as 6.145 mortes causadas pela intervenção de policiais militares e civis, 84% são negros. Ou quando pelos dados do boletim apresentado pelo Nós, Mulheres da Periferia em parceria com o coletivo jornalístico Alma Preta, sobre a evolução das mortes pelo coronavírus em São Paulo, apontam que a maioria dessas pessoas estão nas periferias. De acordo com o coletivo, são muitos fatores estruturais que impulsionam essas mortes, e uma relação estreita com o Estado, que envolve a falta de medicamentos, profissionais de saúde e leitos hospitalares disponíveis nas periferias. Os bairros afastados do centro da capital tiveram o maior número de

mortes de acordo com os dados no Mapa de Desigualdade das Periferias de 2021¹⁸, e como é também ilustrado pelo balanço do Nós, Mulheres da Periferia:

Figura 5. Gráfico curva das mortes por coronavírus em São Paulo



Fonte: site Nós, Mulheres da Periferia

A beirada envolve relações de poder e disputas com o território e os corpos. Orientar-se de forma territorial é assumir uma atuação local, como Regiany Silva certifica. Os saberes e mobilizações da margem envolvem uma consciência para os entornos. Trabalharemos adiante como o coletivo, ao apontar para a modernidade enquanto o regime espaço-temporal predominante, desvela as consequências dos aspectos coloniais em territórios que são lidos pela negação de suas multiplicidades na régua do progresso. Essa concepção serviu, inclusive, para concretizar em projetos nacionais de países considerados subdesenvolvidos, uma aceleração em prol de se alcançar os países ditos desenvolvidos. Nesse sentido, há uma tentativa de unir temporalidades múltiplas e dispersas, sobre uma mesma experiência histórica que sugere acelerações e rupturas numa mesma prefiguração de mundo, como é o caso de nossa experiência brasileira.

O projeto arrebatador da modernidade-colonial aos seus “outros” impassíveis sob os seus signos (QUIJANO, 2005), difundiu-se na América Latina, respingando também nas

¹⁸ Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Tabelas.pdf> Acesso em dezembro de 2022.

diferentes formações nacionais. Contudo, a modernidade não se deu da mesma forma para todas as nações, embora a sua promulgação de universalidade. Este projeto encontrou os contextos específicos de cada país, com divergências, os seus próprios processos políticos, históricos e de construções territoriais, impossibilitando a visada unificadora de saberes. Entretanto, tais obstáculos não eximiram a racionalidade moderna com aspectos coloniais, em definir posições fixas entre os “centros” enquanto o ocidente civilizatório e as “periferias”. Nessa medida, o nosso subcontinente estaria sempre “atrasado” e distante de um progresso, e representaria a outridade autorreferente da modernidade. Assim, os autores, com posicionamentos localizados e relatos profundamente encarnados em suas experiências sócio-históricas, parecem desenvolver uma contra pedagogia da modernidade-colonialidade (SEGATO, 2018), a partir de uma epistemologia fronteiriça, sem negar e apagar as fissuras coloniais. O exercício de nossa investigação parece indicar formas das experiências jornalísticas habitarem estas fissuras, e fazer destes territórios, o lugar de temporalidades que não são necessariamente sincrônicas, emergirem.

Como indicamos até aqui, o “jornalismo de beirada” de Nós, Mulheres da Periferia, se trataria de aproximações com os sentidos geográficos e simbólicos para o território. No próximo tópico ampliaremos os significados de “território”, na tentativa de compreender como a beirada indica proximidades com discussões teóricas-conceituais sobre as definições sobre a “margem” e “fronteira”, pelas chaves de leitura específicas de autoras pelos recortes de gênero e raça. Desse modo, acreditamos que o território se corporifica e temporaliza para ampliarmos a proposta conceitual elencada pelas editoras do coletivo.

2.2 A beirada pela ótica da “consciência de margem/fronteira”

Diferentes autoras têm mobilizado discussões contemporâneas na tentativa de elencar a “margem” e a “fronteira” como um posicionamento geopolítico e epistemológico por uma leitura de raça e gênero (HOOKS, 2019; SEGATO, 2007, 2018; DAS, 2020; ANZALDÚA, 2005; RIVERA CUSICANQUI, 2015, 2018). Como proposto por elas, é essa articulação de um modo de conceber o território que ultrapassa determinações convergentes e muito bem resolvidas para o fronteiriço. Compromissadas com a erradicação de opressões sexistas, as autoras procuram elucidar uma maneira de lidar com identidades que partem e são atravessadas por temporalidades difusas e não pacificadas, inseridas na história colonial.

O lugar da fronteira, no imaginário do Estado moderno delineado pelos resquícios da colonialidade, é a manifestação de um nacionalismo extremo, por uma articulação radical de

definir uma identidade concisa e um “Outro” ameaçador para a soberania nacional. Como Veena Das e Deborah Poole (2008) advogam, as estratégias de regulação e centralização do Estado para o seu funcionamento, deixam marcas nas subjetividades e cotidianos de grupos sociais, e estabilizações para a complexidade que consiste a alteridade.

Se para a modernidade-colonialidade, a fronteira é sinônimo de limites e restrições, uma posição de “consciência fronteiriça” é a corporificação de passados, presentes e futuros, suprimidos pela agência da colonialidade. Ou seja, uma concepção localizada a partir das tensões entre a história e a cultura em cada território, e como sujeitas e sujeitos são atravessados, em suas realidades e cotidianos, pelas matrizes culturais de um país, ainda que por diferentes medidas. Por isso, falar de sua própria experiência e narrar, a partir de uma percepção coletiva e solidária torna-se uma fuga da instrumentalização do Estado, que estimula um movimento contrário: uma consciência individualista, ou seja, centrada em sua própria identidade e imagem, e uma narrativa homogênea - no apagamento da voz como também um posicionamento epistemológico

Esta incorporação, portanto, é uma relação reflexiva de se recuperar passados e histórias outrora encobertos. Para Anzaldúa, ser *chicana* vivendo nos Estados Unidos, é a experiência de uma identidade que foge de regulações e muros de uma concepção moderna, é um compartilhamento de saberes e epistemologias herdadas dos povos indígenas, mexicanos e estadunidenses que se inter cruzam. O território da fronteira para a consciência mestiça, é portanto, uma apropriação de identidades forjadas por temporalidades em constante trânsito, que envolve disputas, aproximações e distanciamentos. Assim, emergem como possibilidades o “falar de si” e pensar em comunidade enquanto um posicionamento que reivindica outras epistemologias, territórios e tempos. Essa, nos parece ser uma das reivindicações do Nós, Mulheres da Periferia, quando partem de uma localização do saber, a partir de suas próprias histórias e daquelas que são ancestrais e contemporâneas como uma maneira de fraturar o imaginário e a mitificação em torno de seus corpos e imagens, pelo ideal identitário da modernidade-colonialidade. Como afirma Anzaldúa, ser possuída por uma visão chicana e consciência fronteiriça “é uma visão de nós mesmas/os em nossas aparências verdadeiras, e não como a personalidade racial falsa que nos foi imposta, e que nos impusemos” (ANZALDÚA, 2005, p. 714).

Por diferentes matrizes culturais, mas consonantes com uma atenção para o corpo e suas temporalidades que mobilizam narrativas, bell hooks (2019), mantém a percepção para o sistema de dominação por uma interpretação historicizante que territorializa as relações e o agenciamento de poderes disputados. Portanto, não é um movimento pacificado e naturalizado

no preceito do discurso de igualdade social. É o gesto de afirmar as diferenças e multiplicidades que caminham juntas por um senso coletivo. Nesse sentido, a consciência “de margem” ou “fronteira”¹⁹ permitem elucidar como o discurso em defesa da igualdade é pouco produtivo para tensionar um sistema opressivo, isto porque, somos corpos e grupos sociais distintos, que transitam por diferentes territórios, lugares, histórias, memórias e temporalidades. Assim, “ênfatar a erradicação da base cultural da opressão de grupo”, como é aventado por bell hooks (2019) permite uma percepção mais localizada e corporificada, que engloba dimensões de gênero, sexualidade, raça, classe, geração, e a vivência no território, e que conseqüentemente, compreende o feminismo como proposta de luta de erradicação de opressões a todos os corpos e grupos sociais que são atravessados por apagamentos histórico, sociais e epistemológicos:

Quando o feminismo, na forma como é definido, consegue chamar a atenção para as diversas realidades sociais e políticas da mulher, ele põe no centro a experiência de todas as mulheres, especialmente daquelas cujas condições sociais estão menos presentes como tema de estudo e como horizonte das práticas transformadoras dos movimentos políticos. Quando deixamos de insistir na opinião simplista de que “os homens são o inimigo”, somos compelidas a examinar os sistemas de dominação e nossa contribuição para a sua manutenção e perpetuação. (HOOKS, 2019, p. 58)

Assim, ter uma consciência política para a opressão sexista e racista não é uma fórmula pré-definida ou automática. Esse movimento que sinaliza um engajamento consciente, requer o mapeamento de diferentes estratégias, que comecem pelas experiências individuais, ampliando as compreensões para o gênero e raça. É a partir das demandas singulares, que se cria um nível de solidariedade e estratégias coletivas para as tentativas de erradicação da colonialidade, já que para o sistema de dominação ocidental as ideologias racista e sexista são interconectadas.

Nesse movimento temporal e espacial sempre ambivalente que a modernidade-colonialidade nos impõe, as definições de margem e fronteira são também figuras paradoxais: ora perpassam sentidos de forma estabilizada e homogênea, pela colonialidade do poder e saber, que impossibilita a comunicação aberta com a alteridade, encarnada no espaço. Isto porque, a colonialidade apagou traços, singularidades de tempos e espaços, encarando-os enquanto uma figura metafísica e que não geram problematizações (SODRÉ, 2022). Por outro lado, no contemporâneo, essas figuras são apropriadas, e compreendidas como fissuras a serem

¹⁹ Interpretamos que a consciência de margem/fronteira possui proximidade nas propostas das autoras: ênfatar a territorialização e localização de um poder dominante em escalas históricas, sociais e em matrizes culturais distintas, para assim, remediá-lo. Todos temos corpos e vivemos transitando e formando territórios. Nesse sentido, o poder também possui um corpo, e transforma territórios.

habitadas por temporalidades múltiplas em ebulição, e em trânsito que refazem o território. Portanto, os posicionamentos de bell hooks (2019) e Gloria Anzaldúa (2005) não seria negar estes paradoxos, mas assumi-los enquanto possibilidades para a construção de outros mundos, em que as diferenças não indicam um problema, mas um lugar fecundo para a erradicação do apagamento de experiências e narrativas singulares.

Entretanto, em nosso juízo, estas figuras-metáfora da margem/fronteira são formas de leitura que ainda são muito associadas por uma posição binária em relação ao centro, e que aponta para uma história intransigente. As fronteiras ainda carregam uma relação muito escorada na instrumentalização colonial de uma identidade homogênea, de um exterior que é estrangeiro, e um interior supranacionalista, que sustenta o imaginário de uma identidade essencializada da nação, e um “outro” sempre ameaçador. Não por acaso, os muros que separamos ocidentais dos “outros” lugares na ordem global se atualizam produzindo a bipartição entre “centro” e “periferias”/ “ricos” e “pobres”/ “moderno” e “atrasado”. Se pensarmos na experiência latino-americana, essas relações são calcadas em modos de colonialidade nas pré-definições de raça e de gênero. Entretanto, como reforça Silvia Rivera Cusicanqui (2015), essas colonialidades também se desenrolam internamente, pela atuação de uma jurisdição estatal, e é aqui que a concepção para a margem se ancora, mais fortemente.

A margem também conforma a configuração moderna e compõe a jurisdição estatal (DAS, POOLE, 2008). São os territórios das periferias, pessoas negras, indígenas, mulheres, a população LGBTQIAPN+, imigrantes, que neste caso, são afetados de forma mais incisiva, no cotidiano das cidades e centros urbanos pelas definições da margem pelo Estado. Isto porque, a cidade é o lugar praticado por esses corpos, que transitam por cotidianos e realidades distintas, e que se distanciam conforme, principalmente, as suas classes sociais. Nas cidades que sentimos as precariedades de um sistema estrutural, enquanto vivemos. Especificamente sobre São Paulo, o Mapa da desigualdade de 2021²⁰ nos aponta para o déficit de acesso aos transportes públicos de certos bairros distantes do “centro econômico” e regiões metropolitanas; a falta de acesso aos atendimentos médicos, pela falta de unidades de saúde nestes bairros; ou o medo da violência policial aos moradores das periferias; o medo de uma rua erma e escura para certos grupos sociais que sofrem com a violência de gênero. Essas práticas de controles pedagógicos do Estado determinam o seu limite, e portanto, perpassam o território político e social das cidades (DAS, POOLE, 2008). Por isso, as margens não são espaços inertes, elas são móveis conforme negociam com as leis e o Estado em âmbitos econômico, social e político.

²⁰ Disponível em: <https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Tabelas.pdf> Acesso em dezembro de 2022

Se no imaginário social alimentado, o Estado se apresenta com uma imagem “racional” e a margem enquanto populações a serem administradas, na prática vemos que as posições de “algoz” e “dominados” não são fixas. Inclusive, estas identidades performam no território formas distintas e complexas de negociação, como afirma Anzaldúa, a *chicana* e a consciência fronteiriça apontam para as várias temporalidades heterogêneas que convivem tensionando uma fixidez identitária: “não podemos mais deixar que defesas e cercas cresçam ao nosso redor” (ANZALDÚA, 2005, p. 715).

O posicionamento de margem e da fronteira, então, é uma consciência atada aos sentidos do corpo e da história. E que não só permite a localização de uma linha histórica moderna, como na leitura dos colonialismos internos de cada nação, que podem corroborar na perpetuação de uma dominação macro-histórica, através principalmente da “mirada”, o olhar como órgão privilegiado da colonização. Assim, de acordo com Rivera Cusicanqui, uma possibilidade de tensionar a mirada colonial, na tentativa de se nutrir uma consciência encarnada, está em “[...] liberar a visualização dos laços da linguagem e atualizar a memória da experiência como um todo indissolúvel, no qual os sentidos corporais e mentais se fundem” (RIVERA CUSICANQUI, 2015, p. 23 - tradução nossa).

O corpo, portanto, em perspectiva anticolonial, contesta as formas de controle e as pedagogias do poder. São alguns destes trabalhos interessados em como as narrativas particulares de um cotidiano podem revelar marcações político-sociais, quanto sobre acontecimentos e eventos históricos. Isto é importante quando categorias como uma posição “local” é oposta à dimensão “global”, reproduzindo os moldes do binarismo perpetuado pelo discurso moderno-colonial. E assim, sem um exercício reflexivo de como a “localização” é uma epistemologia política e ética para se perceber o mundo e os acontecimentos macro-históricos, de forma a não se correr o risco, para dizer o mínimo, de uma apropriação a-histórica e generalizada de conceitos, lutas sociais e pautas, que possuem circunstâncias próprias e espaciais em cada país (SEGATO, 2007). Nesse sentido de “localização” do corpo na história, como um gesto de encarnar o espaço-tempo, baliza a epistemologia para a margem, e também se aproxima de uma consciência fronteiriça, na tentativa de aprendê-la em sua instabilidade, disputas e comunicação no território.

Nos aproximamos da “consciência de margem” (HOOKS, 2019) e da “chicana” que é flexível às ambiguidades e contradições de identidades e territórios (ANZALDÚA, 2005), para compreender como o coletivo Nós, Mulheres da Periferia sugere a “beirada” enquanto uma incorporação das ambiguidades temporais e territoriais de identidades fraturadas em um desejo de pertencimento, nos lugares que se impõe uma linearidade moderna atualizada,

como é a disputa por cidadania, que conformam sentidos simbólicos e práticos nos cotidianos das cidades pelo Estado.

A “beirada” se apresenta enquanto uma figura-metáfora indigesta aos projetos moderno-coloniais, já que apesar de ser arrematada no bojo de uma imposição espaço-temporal moderna, enseja uma outra definição para o que significa o nacional. Ela não nega a colonialidade, mas engana as suas mãos e olhos (SODRÉ, 2002). Ela propõe uma modernidade que seja governada por grupos outrora ofuscados pela herança colonial, não de forma individualista alimentada pelo imaginário da igualdade homogênea, mas a partir de suas diferenças que criam elos coletivos temporalizados e territorializados.

Entre esses elos, estão as mulheres negras das periferias, e as temporalidades ambíguas e insurgentes que cruzam os seus corpos. Elas que atravessam as cidades, estão performando e rompendo com pressupostos sobre o corpo negro e feminino. Nas ruas, no trabalho, nas universidades, nos futuros e passados, dançando e movendo os seus corpos à medida que ressignificam os territórios transitados, e os seus próprios CEPs. A “beirada” se aproxima da lógica dos lugares próprios (SODRÉ, 2002), neste caso marcado pelas identidades e subjetividades de mulheres negras e das periferias. Quando aproximamos as leituras contemporâneas para margem e fronteira do projeto “jornalismo de beirada”, parece então, envolver experiências diversas e sobretudo, dinâmicas por uma política temporal.

A beirada parece versar uma remissão ao passado, na tentativa de consolidar referências pelas histórias de mulheres negras e das periferias, silenciadas pela colonialidade. Nesse sentido, esta inspiração conceitual tramada pelo coletivo apontaria para o passado não como um apartado, mas complexo, estratificado e enquanto campo de disputas em aberto, para se interpretar a história e ampliando também a experiência jornalística. O coletivo parece se direcionar à um destes estratos, quando se refere à ancestralidade, sem, entretanto, simplificar a identidade da mulher negra.

2.2.1 A beirada e a remissão à ancestralidade

Em 23 de julho de 2021, Jéssica Moreira e Marília Moreira publicam o texto “Os futuros imaginados pelas mulheres negras”, da série de podcast Futurar, parceria conjunta do Nós, Mulheres da Periferia com a Revista AzMina. Nesse relato conduzido pelas histórias mobilizadas por entrevistas com diferentes mulheres, há uma clara referência ao passado. O texto se inicia com as memórias de Donana para as histórias que a sua avó Benedita contava

durante a infância. Donana é líder espiritual e *griot*²¹ do quilombo Quingoma, em Salvador. Nas referências ao quilombamento e à memória ancestral, as editoras iniciam o relato abrindo o passado numa tentativa de resgatar histórias das mulheres, no intuito de visibilizá-las. De forma bastante didática, elas exploram como o arranjo de passados para se projetar futuros apresenta outros contornos políticos, quando lidos pela temporalidade da negritude. Nesse ponto, a partir de Donana, as editoras direcionam o fio ancestral se aproximando do afrofuturismo, um movimento político que instiga o gesto de se imaginar futuros numa inscrição no presente, pela releitura do passado da escravidão e a resistência negra.

Figura 6: Matéria “Os futuros imaginados pelas mulheres negras”



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/Notícias

O texto da jornalista Semayat Oliveira, cofundadora do coletivo, também retoma o fio ancestral, agora por uma releitura para o feminismo, a partir da história de sua avó, Bielá, mulher negra e da periferia. Na releitura de Semayat para o movimento feminista, há especificamente uma relação para raça e o território que parece ampliá-lo, por vínculos também com as histórias de uma vivência prática. Assim, a nosso ver, a jornalista sinaliza que o impulso para se imaginar futuros possíveis pode partir das próprias casas e do cotidiano, seja pelo feminismo ou a negritude, no gesto de recuperar histórias por um fio ancestral.

Desse modo, os dois textos que se amparam nas relações de Donana sobre as memórias para a avó, e de Semayat sobre Bielá apontam para um gesto em comum: de ressaltar que a

²¹ É quem narra histórias do lugar, quem transmite saberes e as tradições do povo, símbolo da oralidade africana.

ancestralidade feminina negra é recoberta de politicidade nas relações com o ambiente doméstico, em coletivo e na geração de mulheres negras com o ancestral. Entretanto, a reverência à ancestralidade para o coletivo não se esgota nestes textos, mas emerge como fio narrativo para a própria experiência jornalística que as editoras propõem. Essa relação com o passado, presente e futuro parece contornar também todo o projeto do “jornalismo de beirada”, de forma que quando lido pela negritude e o feminino, ancora a ampliação para as leituras das definições modernas para gênero e raça.

O passado, portanto, ocupa dois locais ambíguos nos sentidos apontados pelo coletivo: por uma certa criatividade, em não escapar de um enredo histórico colonial do nosso subcontinente como marca para as mulheres negras, e fazer desses lugares, “zonas de fricção” com a inscrição corporal no aqui-agora dessas histórias, indicando outros contornos para se narrar.

O coletivo amplia essa visada na proposição de referências ao passado, para o ambiente político institucional, por exemplo, quando argumentam sobre os novos mandatos contemporâneos, com mais mulheres negras e periféricas em cargos políticos, ser um gesto devedor da herança ancestral das mais velhas²², que pavimentaram este trajeto. Quando o coletivo retoma estes passados, contando histórias das quituteiras e mulheres afroempreendedoras, ou quando retomam a memória de Almerinda Faria Gomes, uma das principais lideranças do movimento sufragista no Brasil, mas que não recebeu tanto destaque quanto as mulheres brancas na história do movimento feminista, se posicionam também no ensejo de estar na história. Assim, a nosso ver, quando o coletivo alarga o espaço presente, a partir de um chamado para o passado, com a percepção para temporalidades fragmentadas e não pacificadas, as histórias de mulheres negras ganham um direito a serem narradas.

Como afirma Silvia Rivera Cusicanqui (2018), esse modo de se aproximar do passado envolve a compreensão de sua politicidade e ação por uma dialética no presente. O tempo presente, lugar da agência, que costura percepções voltadas às camadas de passados e futuros trama fios emaranhados, próprios de um *ethos* da mestiçagem “ch’ixi”. Segundo Rivera Cusicanqui, a epistemologia “ch’ixi” é uma referência à formação geológica no contexto andino de um mineral de cor “cinza-manchado”, que se conecta em cores que não se fundem, também se apresenta como um conceito-metáfora para a posição de reconhecimento de uma fissura colonial sem necessariamente clamar pelo que foi perdido, mas usar deste lugar contraditório, como fecundo para propostas metodológicas e de agenciamento. Em nossa concepção, a autora,

²² Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/lecis-marielles-beneditas-por-mais-mulheres-negras-na-politica/>>

a partir da linguagem *aymara* para temporalidades não fagocitadas, dispõe a potencialidade da “beirada” e seu caráter temporal, para pensarmos nessa amplitude e ambivalência própria das histórias das nações do subcontinente latinoamericano.

Essa vivência “ch’ixi” da ambiguidade convém com possibilidades de enfrentamento, ao fazer dessa fissura colonial com suas inscrições históricas, um amálgama de restos de passados “não digeridos”, revistos no presente, nas propostas heterogêneas de temporalidades que provocam certas disjunções à racionalidade moderna. Pensando então, que a modernidade busca para seus sentidos, a purificação de tempos e espaços, criando-se categorias vazias e desiguais para centralizar uma história “bem resolvida”, e uma racionalidade livre de heranças. Assim, quando o arcaico se justapõe ao moderno, regurgitam-se temporalidades indigestas para as convicções de um ideal na modernidade e da historiografia que se impõe sobre determinados corpos.

Em nosso juízo, a beirada se aproxima de uma ambiguidade espaço-temporal que é profícua, apontando para as oscilações, desvios e a formação de contra-espacos, mesmo quando ocupam um lugar institucional. Desse modo, com essa intenção própria da beirada de revisitar o passado, em busca de referências por uma releitura a partir das lentes da ancestralidade negra e/ou pelo feminino como pontos fundantes para experiências anti/contracoloniais, parece se relacionar e qualificar outras narrativas para além do Nós, Mulheres da Periferia. Como as editoras sinalizam, se elas existem como coletivo hoje, foi por influência da mobilização política de outros grupos predecessores e contemporâneos em nosso país. Ou seja, por mais que as editoras tenham sido propulsoras da inspiração do “jornalismo de beirada”, o conceito parece envolver uma constelação ampla de experiências. Entre as narrativas que a beirada qualifica, estão, por exemplo, os movimentos coletivos como a fundação do Movimento Negro Unificado em 1978 no Brasil, com suas reivindicações políticas para os direitos da população negra e contra o racismo; o Instituto da Mulher Negra, Geledés, em 1988, organização fundada por Sueli Carneiro, no qual se mobiliza a partir das pautas de gênero e raça; e se direciona para um cenário mais recente, também por manifestações políticas e coletivas, como as reivindicações dos povos indígenas em junho de 2022 contra o marco temporal¹ para a demarcação de terras, em frente ao Congresso Nacional.

Desse modo, por uma relação multidisciplinar, e em diferentes tempos e espaços, na semântica da beirada, encontra-se a convergência de coletivos e identidades que reivindicam a emergência de suas narrativas e, sobretudo, para os seus corpos. Portanto, o que este afinamento da beirada parece convocar, são caminhos construídos pelas temporalidades de gênero e/ou raça, que se ancoram na abertura de passados, a partir de suas heranças, indicando a tentativa

¹ O “marco temporal” é uma tese defendida, principalmente pelos ruralistas, que impõe uma interpretação sobre os indígenas terem direitos às terras, se estivessem sobre sua posse até a data de promulgação da Constituição Federal, em 1988.

de questionar esta lógica, que hierarquiza e produz desigualdades de poder. Segundo Rita Segato (2012), o projeto colonial que se infiltra nos territórios e sistemas de poder/saber, acaba por transformar as relações “duais” existentes entre o feminino e o masculino em seus papéis sociais, para uma violenta hierarquia de gênero e de raça, na separação e privação de espaços, tempos e identidades, pensados agora, por um sistema patriarcal e binarista²³. Assim, compreendemos que essa passagem entre o dual e o binário convoca uma interpretação política para o tempo, o território e narrativas na qual a “beirada” procura desvelar.

2.3 A politicidade das narrativas de beirada

Neste capítulo, nos detemos na proposição política e inspiração da “beirada” como forma de conceber outras concepções de mundo, que também se encarnam no jornalismo. Para nos referirmos à beirada, é necessário que pensemos em outras marcações e produções de territórios, por temporalidades que culminam em conexões não-lineares, menos ajustadas às imposições de uma história moderna na aceleração, rupturas e avanços desenfreados. Todavia, esta tomada de posição enfrenta o revés de um território ainda muito balizado pelas determinações políticas, sociais e epistemológicas da racionalidade colonial. Esta perpetuação encontra amparo sistêmico na medida em que o sistema capitalista torna-se a verve de opressão, desde o século XVI, quando o “sistema mundo moderno” centralizado, fundado por uma economia global sustentada pela colonização, que se inicia na Europa e é incorporada de forma peculiar nos outros Estados-nação (WALLERSTEIN, 1990). Para o autor, o sistema da modernidade e o capitalismo são correlativos. Não é por acaso que ainda se perpetua uma economia e políticas com trabalhos precários e escravos, o racismo e o patriarcado. A acumulação do capital, por exemplo, serviria como amparo para as divisões sociais e de poder aquisitivo entre o centro e a periferia dos centros urbanos. Esse projeto colonial de se construir uma grande fronteira então, se apoiaria também nas relações internas da nação com uma história homogênea.

Porém, como Rita Segato (2007) nos lembra, ao contrário do que a universalidade advoga, na prática há uma multiplicidade de experiências e narrativas, divergentes entre si, por mais que o imaginário moderno indique o contrário. Isto porque, a complexidade das realidades históricas, culturais e sociais variam em cada país e região, por lógicas próprias de formação de alteridades. Essa proposta indica uma não fixação das identidades e grupos no espaço-tempo,

²³ Nos detemos mais extensamente sobre a relação entre binarismo e dualidade, e a formação privada/esfera pública no próximo capítulo

mas compreendê-las dialeticamente em sua historicidade por seus arranjos locais e nacionais. São práticas contemporâneas que apontam outros sentidos para o território, por uma perspectiva localizada e atenta aos corpos e o tramado de histórias que inscrevem as diferenças por um sentido radical, compondo e disputando territórios. Assim, por mais que a nação se constitua por um processo de deliberação, são múltiplas temporalidades e narrativas que atuam e participam da cultura nacional. No Brasil, essa é uma estratégia subversiva de grupos sociais que introduzem os seus distintos patrimônios culturais sem cair no projeto multiculturalista essencialista do país, por um gesto de compor a nação “habitando” e “corporificando” suas identidades emblemáticas e ambíguas. É a mestiçagem radical na cultura que se ampara nas singularidades heterogêneas não enquanto um problema a ser resolvido.

Essa marcação das experiências das identidades no Brasil por Rita Segato, nos parece compor um dos sentidos para a “beirada” enquanto produção de narrativas que se dedicam em refazer o território com as suas interpretações e patrimônio cultural enquanto vivência radical com a alteridade. Não como uma diferença estanque e pré-fabricada, mas o gesto de deixar-se atravessar e reconhecer essa divergência, que não é pacificada e aglutinada em referência à uma identidade normativa (SEGATO, 2007). Assim, a beirada propõe críticas ao sistema colonial-moderno, quando semantiza sobre a realidade e singularidade dos territórios das cidades, bairros e na leitura para gênero e a raça, em aspectos que se aproximam da consciência do fronteiro e de margem, como ferramenta política. Quando se coloca em perspectiva as suas condições históricas, a beirada não se calca em determinações fechadas. São grupos e identidades que vivem o território de forma qualitativa com seus próprios símbolos, crenças e patrimônios. De acordo com Sodré (2002, p. 53), patrimônio “é a lei desse grupo, e não qualquer critério de caráter universal, que determina a transmissão de bens econômicos ou de recursos (técnicos, simbólicos) no interior de uma comunidade específica, com traços autônomos”. A beirada parece se aproximar das interpretações e leituras na politicidade do patrimônio afrobrasileiro, que faz do território uma prática no “aqui”, de um corpo presente, inserido em uma realidade histórica.

Nos cabe agora perceber como a beirada se relaciona e qualifica a experiência jornalística. E como é uma proposta para narrativas jornalísticas engajadas com o corpo e o território. Se a beirada enseja por uma história que erradique as colonialidades, para que corpos de mulheres negras tenham direito à narrativa, ela também parte de forma inevitável da história moderna, já que essa cronologia foi imposta a todos os países e nações em escala global. O gesto insurgente, nos parece, é o de apontar para essa racionalidade, jogando luz sobre sua suposta neutralidade para dar a ver os seus aspectos coloniais. Assim, a beirada, por sua

territorialização e corporificação, oferece instrumentos para a percepção do sistema colonial-moderno amparado pelas opressões sexistas, de raça e capitalistas, que perduram no imaginário contemporâneo.

Essa disputa por território da beirada, que está ora dentro de espaços institucionais modernos ou no espaço doméstico, ora nas ruas, atravessando pontes e cruzando fronteiras, faz deste projeto um corpo não digerível por uma concepção homogênea. A beirada não é somente o “outro” da modernidade, mas parece propor um lugar não pacificado de encontros e distanciamentos, de precariedade e violência, mas que possibilita a insurgência de táticas criativas no território, entre formulações teóricas e vivência-prática.

Nesse sentido, essa proposta da beirada quando se aproxima de metodologias jornalísticas, nos inquirir sobre a história do jornalismo no Brasil com o projeto de modernização, iluminando os aspectos coloniais de discursos, narrativas, e de metodologias muito homogêneas e excludentes. Sincronicamente, enseja outras inspirações para o jornalismo. Dessa forma, nos próximos capítulos exploramos como a beirada qualifica o jornalismo, a partir dos relatos do Nós, Mulheres da Periferia? Em quais aspectos ela se propõe em dar a ver metodologias jornalísticas moderno-coloniais como um espaço inseguro? Como ela propõe sincronicamente uma apropriação e reinterpretação do território do jornalismo, a partir da narrativa de mulheres negras e das periferias?

3. ESPAÇO (IN)SEGURO: Entre comunidade à inspiração do jornalismo de beirada

Como começamos a traçar no segundo capítulo, a beirada quando entendida como o limiar nas relações de gênero, raça e território abarca uma série de grupos sociais heterogêneos e identidades que emergem e se expandem nos espaços nacionais. Se a modernidade (tentou) condensar as experiências em prol de uma identidade universal e como a única possibilidade de existência, trouxe consigo formas de exclusão e de centralização de territórios e subjetividades. A “beirada” é então, a possibilidade de retomada de outras epistemologias sufocadas por essa matriz de dominação. Isso nos incentiva a adotar uma atitude também desviante em nossa proposta investigativa, para compreendermos o território e as dinâmicas territoriais encabeçadas pelo projeto do coletivo Nós, Mulheres da Periferia. Esse movimento é fundamental, já que quando pensamos somente por uma chave de comparação binária, a partir de uma supremacia dos ideais no projeto nacional, corremos o risco de despotencializar o que a proposta intercambiável que o “jornalismo de beirada” imbui.

Nesse sentido, assim como a linearidade da norma moderna e de projetos que se inspiram neste ideal como tradição torna-se insuficiente para lidar com o “jornalismo de beirada”, também nos parece improdutivo o gesto de negá-la. A nosso ver, desconsiderar a modernidade-colonialidade da história de nosso país, é também promover uma ruptura, implicando na suspensão de vínculos sociohistóricos. Assim, correríamos o risco de continuar homogeneizando a “beirada” como o “Outro” externo, reduzindo os seus traçados e posicionamentos políticos.

Por uma outra dimensão, o coletivo complexifica a definição da beirada, quando se refere aos territórios de uma história nacional e da tradição cultural do jornalismo, a partir de uma discussão alavancada pelos cotidianos de mulheres das periferias. Essas narrativas são então, visibilizadas diante a privatização dos espaços, pela conjuntura da historiografia moderna. Entretanto, não seria uma oposição binária e delimitada entre grupos dominantes/dominados, ou entre uma apreensão local/global, já que são lugares confluentes em que as colonialidades de poder/saber se dão de maneiras diversas. Antes, o grupo parece tratar das potencialidades desta inspiração conceitual a partir de uma perspectiva “local” que também abarca as discussões sobre o “global”. É um gesto, a nosso ver, de partir dos vínculos que corpos e grupos se inserem, por contextos históricos e bagagens pré-figuradas para o mundo, para se construir e refigurar narrativas mais plurais.

Nos debruçamos ao longo deste capítulo, na tentativa de compreender metodologicamente a proposta das editoras em fundar um “jornalismo de beirada”. Esta por sua

vez, não é uma tarefa bem delimitada, seja pelo encargo político que a inspiração conceitual do coletivo parece propor em suas relações entre gênero, raça, classe e território, além de uma demanda não-linear entre o passado, presente e futuro. Em linhas paralelas, está a tradição colonial do jornalismo moderno que se ampara nos vínculos com o projeto de uma linha progressiva para a nação. Ou seja, em escalas discursivas na linguagem, e nas disputas simbólicas, a modernização do jornalismo consiste em uma das instituições que tentam promulgar uma única concepção “oficial” a historiografia nacional.

Como sublinhamos há pouco, o coletivo se articula a partir das vivências singulares e os cotidianos de mulheres negras das periferias. Entretanto, essas perspectivas peculiares e singulares das mulheres, não se redimem à uma percepção individualista do mundo, ao contrário, são motores para uma organização coletiva que ressalta a multiplicidade como potência, tanto em âmbitos privados, quanto nos lugares públicos e institucionais. Nos parece que a organização em comunidade por uma leitura específica de gênero e raça, é uma tentativa de desarticular as colonialidades que atravessam os corpos, subjetividades, mobilidade e discursos.

As formas de controle dos corpos são perpetuadas na práxis pelas relações de gênero, a partir do sistema patriarcal moderno, principalmente, pelos seus dois pilares conservadores: nas relações familiares e no trabalho. Como já ressaltamos, o sistema modernidade-colonialidade²⁴, quando se torna o modelo preponderante contribui para sustentar uma hierarquia entre as sociedades. Além de uma expropriação dos territórios, o sistema capitalista colonial desde os séculos XV ao XVII (FEDERICI, 2017) acomete corpos de mulheres negras fortemente, principalmente durante a estrutura escravocrata e racista vigente na América Latina, continuando como sistema de poder no contemporâneo. O que é importante delimitarmos aqui, é uma despolitização dos espaços domésticos, pela estrutura binária verticalizada entre os discursos dos espaços público e privado. No sistema moderno, o espaço doméstico é delimitado pela característica de intimidade, não mais conhecida enquanto um lugar de trabalho, e compartilhamento entre outras sujeitas e sujeitos, sejam eles por laços consanguíneos ou amparados pela reciprocidade e proximidade com a vizinhança. Por essa distribuição muito bem delimitada dos lugares sociais ocupados e com o processo de cercamento social (FEDERICI, 2017), as mulheres seriam aquelas que ocupam apenas o local privado de suas casas, por mais que mantenham empregos e jornadas de trabalho em ambientes públicos.

²⁴ Aqui compreendemos a modernidade como um sistema, amparado pela colonialidade e pela economia capitalista, em todas as esferas de saber, subjetividades e cotidianos.

Construir uma sucessão historiográfica não está em nosso recorte de pesquisa. Portanto, para a arquitetura de nossa linha de raciocínio, julgamos relevante entender por um olhar historicizante a partir dos relatos do Nós, Mulheres da Periferia, o que é “micro”, a nível cotidiano e, por isso, intangível pela totalidade das rédeas modernas. Isso implica um desafio metodológico, já que nos leva a tentar compreender o projeto do coletivo a partir de um posicionamento que de certa forma, se distancia de um raciocínio completamente conciliável com o território que também nos encontramos, na pesquisa acadêmica. Seguimos, inicialmente, os espaços dos manifestos que dão a ver as experimentações narrativas da ordem do ordinário, pelas proposições das editoras, adotando um gesto reflexivo de se construir uma teoria e caminhos metodológicos pelo “jornalismo de beira”.

Como discutiremos ao longo do capítulo, esses cotidianos circunscritos nos relatos das mulheres parecem talhar, por diferentes intensidades, uma percepção para as relações com a família e o trabalho, e os ensejos modernos em apropriar-se dessas instituições, territórios e temporalidades. Por isso, nos debruçamos, primeiramente, ampliando como os discursos jornalísticos da beirada são cambiantes nestes lugares em âmbito doméstico, nos portões das casas e nas ruas, oferecendo novas reconfigurações para as regulações e ritualidades (SEGATO, 2012). Para posteriormente, entendermos como essa experiência jornalística intersecciona nas esferas da família e do trabalho, a partir de uma leitura para a politicidade do feminino.

3.1 O jornalismo como espaço (in)seguro: os reflexos da modernidade colonialidade

O período de modernização do jornalismo nacional a partir da década de 1950 marca uma incorporação por diferentes jornais, ao novo modelo retórico para definir as suas práticas. Nesse novo discurso, a crença na busca da verdade e da aproximação com uma realidade dos fatos é preponderante, a partir de critérios e técnicas que supostamente poderiam separar a subjetividade da objetividade, a emoção do racional, a natureza e a ciência. Essa decantação difunde um isolamento hierárquico entre as práticas jornalísticas, como veremos, enquanto uma ruptura na tradição do jornalismo para certos métodos “arcaicos” associados à literatura, e finalmente, um alcance de um ideal moderno. O novo modelo cultural também interfere na normatização e controle das práticas dos jornalistas, que assumem uma posição individualista no compromisso de “investigadores dos fatos”. Nesse ímpeto, a objetividade constitui (ainda) o lugar de legitimidade do jornalismo, e é posta como um “ritual” a ser seguido e praticado

(BIROLI, MIGUEL, 2012). Veremos com mais precisão essa normatividade em lugares no qual a autorreferência dos jornais prevalece, ou seja, um falar sobre suas expectativas e modos para alcançá-las: principalmente nos editoriais, manuais de redação e cartas aos leitores. O grande problema, é que estes lugares tendem a homogeneizar a experiência jornalística por uma série de métodos parecidos e difundidos por distintas mídias, e a legitimá-las enquanto um projeto a ser replicado.

A moderna tradição do jornalismo brasileiro estaria, portanto, no gesto de superar de forma linear, temporalidades e territórios arcaicos de acordo com uma linha sucessiva, e circular da modernidade:

[...] o “moderno” como uma maneira específica de percepção da experiência temporal que, no caso do jornalismo brasileiro, aponta tanto para uma linearidade – na medida em que cada modernização pretende impor-se em relação às anteriores que, imediatamente, tornam-se arcaicas – quanto a uma circularidade – tendo em vista sua repetição sistemática. (JÁCOME, 2020, p. 19)

Nessa concepção, o jornalismo tende a se transformar em experiências individualistas que se tornam universais, na medida em que corpos e territórios que se diferem de suas regras, são preteridos. Essa modernização ao erguer fronteiras por uma separação binária excludente, e não enquanto diferentes narrativas e realidades históricas que podem coexistir (SEGATO, 2012), sugere o que seria um singular-coletivo (NERONE, 2013; JÁCOME, 2020) no qual propõe uma unificação de temporalidades por um todo constitutivo que romperia com qualquer relação a posteriori e experiências construídas até então. É como se essa concepção modernocolonial do jornalismo, desvinculada de territorialidade e de historicidade, pudesse ser transportada por diferentes tempos e territórios dispersos e muitas vezes incompatíveis, e consequentemente apagando as singularidades das narrativas e dos próprios jornais. Assim, supostamente a Folha de S. Paulo, Estado de Minas e o New York Times, em seus discursos autorreferentes, deveriam corresponder a um único modelo e concepção, relegando assim, a uma complexa distinção entre modos próprios de saber a realidade, desde parâmetros históricos e georreferenciais muito específicos até as suas próprias configurações público-leitor, jornalistas e questões editoriais. Nesse sentido, Rita Segato (2007) adverte como conceitos e teorias perdem o sentido e a potência de significância quando transportados entre realidades históricas incompatíveis, isto porque, as realidades são moldadas por aspectos sociais e culturais, que apresentam construções de valores próprios. Além disso, essa concepção sugere uma temporalidade circular e uma equivalência histórica em todos os países, e não enquanto

realidades concebidas por disputas e movimentos tortos, rupturas e continuidades. Portanto, a suposta adoção e transposição de um “modelo americano” ao jornalismo brasileiro, encontra percalços devido a essas realidades sociais, culturais e configurações temporais de cada território.

No cenário do jornalismo nacional, o Diário Carioca é considerado o primeiro periódico a mudar radicalmente a sua configuração em 1950, a partir de um processo de implementação político liderado pelos jornalistas Pompeu de Souza, Danton Jobim e Luís Paulistano. Como contextualiza Ana Paula Goulart Ribeiro (2000) essa transformação é produzida pelos próprios profissionais, e acontece quando Pompeu de Souza é convidado pelo diretor do DIP, Lourival Flores para trabalhar no programa Voz da América, produzido em Nova York e transmitido também na América Latina, tendo exercido nas rotinas de trabalho, um modelo normativo de jornalismo americano. Pompeu volta ao Brasil, em 1943, muito influenciado pelo modelo estadunidense da objetividade, buscando introduzir gradativamente as “inovações” nos discursos, tanto nas concepções para os papéis dos jornalistas, quanto também referente às transformações textuais, com os critérios modernos de noticiabilidade. São critérios presentes, por exemplo, na coluna “Cartas a um foca” que sugere um determinado *ethos* para a profissão, compartilhado entre os jornalistas, com valores para a independência e a objetividade (RIBEIRO, 2000, p. 302).

Entretanto, a mudança do jornal não foi um fato isolado, outros periódicos acompanharam a adoção deste modelo, como a Folha de S. Paulo na década de 1980, no qual Otavio Frias Filho conduz o “Projeto Folha”¹⁰, e marca a passagem do periódico para a circulação de “um jornalismo moderno e necessário”, como se define já no título do texto editorial. Entre os argumentos presentes na seção “Ilustrada” do jornal, estão a defesa de um jornalismo crítico, apartidário, moderno e pluralista, neste aspecto no texto, se justifica “a crítica mais forte é a que revela fatos documentados e incontestáveis [...]. Tal crítica é mais eficaz do que qualquer crítica adjetiva, baseada em opiniões, travestida ou não de “interpretações” (FOLHA, 1985, p. 41). Neste enxerto, o jornal revela o seu novo posicionamento editorial frente ao público. A “crítica” é interpretada pela Folha como um valor da cultura profissional, em que o jornalista como dever e compromisso moral, deve apresentar os “fatos” e a “verdade” seguindo o padrão legítimo e ético da profissão, de não poluir a notícia com as suas opiniões, e ser “objetivo”.

Figura 7: Chamada “Um jornalismo moderno e necessário” da Folha de S. Paulo// Texto “A crítica da crítica da objetividade” de Otavio Frias Filho



Fonte: Folha de S. Paulo/ Primeira Leitura

Nestes discursos, a objetividade confere o aspecto diferencial entre os “tipos” de jornalismo, como o lugar de legitimidade para o campo profissional, com um ritual próprio a ser performado. Apesar dessa objetividade ser vista como uma característica que compõe a identidade jornalística moderna, como uma tentativa de esvaziar os vínculos temporais e territoriais, inquirimos que ela possui um percurso histórico e cultural, que na verdade, sugere um modo de conceber o mundo influenciado por aspectos coloniais da modernidade. Não por acaso, a objetividade se apresenta enquanto um mecanismo de bipartição com um valor científico e amparado na racionalidade para o jornalismo, que separa de si, visões de mundo singulares. Uma configuração, então, aparentemente cartesiana do espaço e do tempo.

Assim, em certos discursos, a referência à objetividade ainda é lida por uma chave binária, enquanto oposta à subjetividade, sendo esta última “problemática” para a produção da notícia e da informação. Há, portanto, um movimento paradoxal, quando também tecem críticas a esta objetividade, ao mesmo tempo em que não é abdicável enquanto um valor para a profissão. Isso é posto, por exemplo, na última atualização do Manual de Redação da Folha de S. Paulo, em abril de 2019, numa série de mudanças prescritas como “um jornalismo cada vez mais crítico e mais criticado”; “crítica,

pluralidade e apartidarismo num espaço de reformulação”; está também a proposta de formulação de textos de “forma mais livre”, no qual a intenção é transitar de um texto estritamente informativo e objetivo para um outro padrão, com uma escrita mais dinâmica e livre. Entretanto, frente a esse argumento para uma suposta atualização, o jornal afirma uma certa cautela que essa “mudança” imbuí, para que “não se perca a base objetiva da informação” e o leitor “não fique à mercê dos caprichos da subjetividade de quem está ali para, antes de mais nada, informar com exatidão”²⁵. A objetividade neste ponto, é retomada enquanto um valor importante e necessário para “limpar” o espaço da notícia.

Frente a estes argumentos, pouco se problematizam sobre como essa objetividade é estanque, “suspensa”, confusa, e ao que parece, facilmente substituível por outras gramáticas como a “isenção”, a “neutralidade”, “imparcialidade” e o “compromisso com a informação” em manuais de redação e estilo e em princípios editoriais, mesmo não sendo termos sinônimos (SPONHOLZ, 2003). O que prevalece, portanto, são as críticas e fragilidades a objetividade, com uma ampla caracterização, podendo resultar em percepções de um debate desgastado e tautológico. Entretanto, a objetividade para o jornalismo atua como um “valor” de legitimidade, pela adoção de um conjunto de regras e adjetivações, é preciso que o jornalista siga métodos bem delimitados, surge por isso, uma realidade imobilizada, transportada e “purificada” para o texto. Nesses campos escorregadios e em aberto, estamos menos interessados em definir o que de fato é a objetividade, para perceber *como* a objetividade continua sendo uma base para as fronteiras normativas que tentam apreender o jornalismo apenas por uma gramática, e um modo de experiência narrativa.

A pesquisadora Liriam Sponholz (2003) propõe percepções a partir da teoria do conhecimento, na qual objetividade é a aproximação da realidade por um lugar de observação. No jornalismo é a relação entre realidade social e midiática, ação necessária para falar e retratar sobre os acontecimentos do mundo, a partir de uma perspectiva, essa conexão “só é possível se existir uma realidade além daquela que a mídia apresenta” (SPONHOLZ, 2003, p. 112). No entanto, para retratar essa realidade, a objetividade jornalística estabeleceu um conjunto de regras e normas, que homogeneízam essa observação, como se fosse possível se aproximar de uma “totalidade” do real (SPONHOLZ, 2003), prática que ganha força no Brasil no período na década de 1950, como apontamos, para o período de modernização e institucionalização do jornalismo como um campo profissional independente. Como afirma a autora, o conjunto de regras

²⁵ Disponível em: <<https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projetos-editoriais-anteriores/1997-caos-da-informacao-exige-jornalismo-mais-seletivo-qualificado-e-didatico.shtml>>

é notório em construções textuais, pela estética do *lead* com um resumo de apresentação inicial do texto, a técnica da pirâmide invertida e pelo uso estratégico das aspas, como se esse conjunto de regras por si só garantissem um jornalismo isento, plural, neutro, portanto, o jornalismo usa da objetividade de forma estratégica para valorizar o campo profissional.

A concepção de objetividade parte de premissas que historicamente participam da legitimação da imprensa no contexto social específico dos Estados Unidos, que foram supostamente adotadas da mesma forma por outros países. Segundo Sponholz (2008, p. 127) “a ideia de que objetividade foi ‘um presente’ da sociedade norte-americana para o mundo parte do pressuposto de que este conceito tem o mesmo significado em todos os lugares”, dessa forma, considera o passado e a história como estáveis, e sem lacunas, eximindo deste processo a historicidade e os contextos sociais distintos em que o jornalismo se constrói. Assim, nessa reformulação do jornalismo no Brasil, o “modelo norte-americano” inicialmente influencia muito mais como compreendemos a objetividade pelas técnicas sobre um modelo textual e de pirâmide invertida na construção das matérias, na defesa de uma compreensibilidade mais efetiva na comunicação com o público (SPONHOLZ, 2008), adotando critérios mais “diretos” na escrita, favorável a interesses também comerciais. Com a adoção deste modelo específico de jornalismo no Brasil, apresenta-se em prática, uma “modernização” contraditória e autoritária (ALBUQUERQUE, 2010), com o seu próprio conjunto de normas, que apregoa uma ruptura com um jornalismo supostamente ultrapassado, para adotar as técnicas que possibilitam a construção de um jornalismo “do futuro”, prevalecendo mais um ideal, para alcançar esse modelo sobreposto à sua efetividade. Com a crença no passado que se esvai, deslegitimando-o de sua importância e interferências para o tempo presente e o futuro, a modernização assume um caráter autoritário imposta pelos próprios jornalistas, uma aderência ao modelo de objetividade, “de forma bastante radical, a fim de adequá-lo às circunstâncias específicas da sociedade brasileira naquele momento” (ALBUQUERQUE, 2010, p. 107).

De forma paradoxal, a objetividade passa a ser amplamente criticada por alguns jornalistas que percebem um processo de “empobrecimento” do jornalismo, e sobressalto de uma racionalização, isto é, um conjunto de manejos para autenticar o campo. Entretanto, apesar de ser uma discussão bastante desgastada, concordamos com Ana Paula Ribeiro (2006, p. 15) “[...] a objetividade ainda é uma das grandes responsáveis pela acolhida que o jornalismo tem”. Nesses discursos autolegitimadores que averiguam a independência do campo, existe uma forte relação entre a normatividade do jornalismo

brasileiro com o ideal da objetividade, mesmo em certos momentos sendo denominada por outras gramáticas, mas que se mantém a oposição entre fatos e opiniões. O jornalista moderno estaria encarregado de encaminhar todas essas caracterizações como marcador de fidelidade aos fatos e como marca da profissão. Se a objetividade por vezes é substituída por outras nomenclaturas, pelo entendimento dos profissionais da impossibilidade de ser alcançada no apagamento total do narrador, ao menos é possível banir os seus traços “subjetivos”, ou encobrir outros discursos que destoam dessa concepção moderna-colonial. Assim, ainda que existam diferentes práticas, a objetividade se mantém como padrão dominante que confere legitimidade às experiências jornalísticas (BIROLI, MIGUEL, 2012, p. 24).

Por mais que as críticas sejam feitas a racionalidade objetiva, o que prevalece ainda, é uma concepção do jornalismo enquanto espelho da realidade, e por isso, sugere uma obviedade de seus métodos e técnicas a serem utilizados para lidar com os fatos, como o uso correto de aspas, as fontes selecionadas e o gesto de não expor posicionamentos, mantendo-se imparcial.

No que tange essa idealização de uma forma não situada ao jornalismo, que paira sobre toda uma esfera social, cultural, e temporalidades é fortemente balizada pelo ideal moderno-colonial. De acordo com Flávia Biroli e Luis Felipe Miguel (2012, p. 26):

Ele (o jornalismo moderno) se apresenta como capaz de determinar quais são as preocupações centrais da sociedade num determinado momento e quais as contribuições relevantes ao debate sobre elas. A capacidade de tomar tais decisões “objetivamente” implica em se colocar num ponto de vista que sobrevoa os interesses parciais em conflito. Idealmente, o jornalismo vocalizaria uma verdade autônoma em relação às disputas e conflitos.

O paradoxo dessa estrutura da objetividade que se afirma neutra e imparcial, está em sua produção de desigualdades que delineiam o jornalismo e na própria cultura das sociedades. Ou seja, por mais que a objetividade seja associada à forma legítima do fazer jornalístico, ela também deixa as suas marcas subjetivas por seu arranjo binário e simplificador das experiências. Essa estrutura é fortemente balizada pelo projeto moderno-colonial que conforma as sociedades, com a sua racionalidade e temporalidade dominantes. Fabiana Moraes e Márcia Veiga da Silva (2019) apontam como o jornalismo moderno, no qual a objetividade é um de seus alicerces, está interligado à base cientificista da modernidade, ao ser elencada como a estrutura de conhecimento válida. Esses aspectos coloniais atuam diretamente no racismo e sexismo epistêmico, quando se

ampara por exemplo, na identidade universal que de acordo com Rita Segato (2007, p. 123) é homem, branco, *pater-familia* e heterossexual.

O jornalismo brasileiro, com a incorporação de um modelo da objetividade, se individualiza e deslegitima outras experiências, desatando a sua formação circundante na comunidade, já que antes da imposição de uma racionalidade moderna, o jornalismo compartilhava e continua no contemporâneo inscrito por diferentes formas, em escala dual, ou seja, com experiências que coexistem em um mesmo território, pela imprensa feminista, os jornais satíricos, abolicionistas, literário, com recortes para a negritude, o território, gênero etc. Entretanto, essas práticas não deixaram de existir, mas a partir do de um discurso moderno-colonial, há uma certa tentativa de subalternização dessas experiências supostamente desviantes de sua normativa. Assim, essa objetividade jornalística é alimentada pelas “estruturas epistêmicas do sistema-mundo capitalista” (MORAES, VEIGA DA SILVA, 2019, p. 2), que impõem a importação de um modelo americano e ocidental de jornalismo aos outros países. Do mesmo modo que a régua do progresso classifica historicamente as sociedades entre atrasados e modernos, esse modelo supostamente institui a mesma concepção dominante nos diferentes territórios. De acordo com as autoras, como um sistema de saber, os valores da modernidade foram e continuam sendo estruturantes para a produção do conhecimento científico e também se aproximam do jornalismo, quando se defende um princípio da universalidade e a homogeneização das experiências e práticas. Nas palavras de Moraes e Veiga da Silva (2019, p. 6):

Refletindo em analogia sobre os impactos dos pressupostos moderno-iluministas, tanto na Ciência quanto no Jornalismo, percebe-se que estas ideologias para a produção do conhecimento são permeadas de valores políticos, econômicos e culturais hegemônicos legitimados pelo paradigma moderno e resultam na manutenção do status quo em ambas as instâncias.

Nesse sentido, como pontuamos, essa perspectiva universal produz hierarquias que, a partir de marcadores sociais, colaboram para o afastamento de epistemologias, identidades e grupos da produção de conhecimento. Assim, quando tomamos os lugares de discursos autorreferentes desse jornalismo moderno, como os princípios editoriais, percebemos valores que são legitimados enquanto dominantes e reproduzidos desde a adoção da objetividade - ainda que de forma peculiar no território e contexto histórico brasileiro -. Continuaremos tomando como exemplo os discursos da Folha de S. Paulo, por uma relação estreita com a história do projeto de modernização do jornalismo

brasileiro, desde a sua reformulação em 1980, e uma constante atualização de seus princípios editoriais.

3.1.1 Entre o discurso moderno-colonial e uma prática efervescente

Visitando os princípios editoriais da Folha de S. Paulo de 23 de maio de 2010, já na capa é apresentado o título em azul, “*Novíssima!*”, indicando as suas atualizações. O editorial agora se chama “Espelho do mundo” e indica: “Num ambiente em mudança, o jornal se *renova* para garantir maior espaço de debate público e estimular cidadania”¹² (Editorial, 2010, grifo nosso). Nesse novo editorial, também está a defesa de um posicionamento neutro e imparcial como uma qualidade crítica. Por esses argumentos, novamente, nos parece um conjunto de pretensões que tomam a realidade como purificada e facilmente reproduzível, que parece dizer pouco sobre a prática efetiva do jornal. Além disso, sugere uma ruptura abrupta dos contornos temporais, já que esse processo de *renovação* é tangenciado por uma mudança que calcifica o passado como um tempo findo, e rechaça para o presente uma mesma concepção para a compreensão do jornalismo. No fim, se por esse discurso moderno, o passado não agenciaria e mobilizaria o presente, esse gesto se aproxima de um jornalismo sem memória e tradição, condicionado por uma ideologia presentista da aceleração rumo à verdade e a apreensão dos fatos. Assim, como afirma Phellipy Jácome (2020, p. 45) “[...] ainda que ditas técnicas mudem e a sociedade evolua, a essência do jornalismo deveria permanecer a mesma, na medida em que a verdade continuaria sempre lá, à espera de sua apreensão”.

Figura 8: Editorial “Espelho do mundo” de 2010.

FOLHA DE S. PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

FUNDELAÇÃO DESTEIO 1961 - PROPRIEDADE DA EMPRESA FOLHA DE S. PAULO S/A

Presidente LEZ FERES
Diretor Sênior JOVANO VITAL FERES
Representantes ANTONIO MARCEL FERREIRA VENEZUELO E EDUARDO BASSO
Conselho Editorial JOVANO VITAL FERES, CARLOS AUGUSTO LIMA, MARCELO COELHO, JORGE DE FREITAS, CLAUDIO CAMARGO, CECILIA DE LIMA, CARLOS HEITOR TONI, CLAUDIO PEREIRA, ALEXANDRE MARQUES, TEODORO MENDES, ALBERTO FERREIRA, CARLOS AUGUSTO LIMA
Diretor Executivo ANTONIO CARLOS DE SOUZA COSTA E AGUIAR, PEDRO MARQUEZ
Departamento Editorial WALTER FERREIRA DE SOUZA, MARCELO VIEIRA FERREIRA
Assessoria LUCAS LIMA, ALBERTO FERREIRA

EDITORIAIS

Espelho do mundo

Num ambiente em mudança, jornal se renova para garantir maior espaço de debate público e estimular cidadania

Dificilmente a acompanhar o dia a dia de um mundo em contínua e rápida evolução, é natural que os jornais também mudem. Isso é ainda mais verdadeiro quando se trata de um jornal como este, que procura cultivar a autorenovação periódica como postulado.

Em meio às mudanças, é oportuno ressaltar o que permanece. Antes de tudo, uma preocupação sistemática de servir ao leitor e ao interesse público.

Otávio Frias de Oliveira, que liderou o crescimento da *Folha* durante mais de quatro décadas, foi dos primeiros a entender a autonomia editorial de um periódico como decorrência da autonomia econômica da empresa que o produz. Sem jornalismo é bom para

Um manual de redação dado a público, a fim de permitir ao leitor e aos personagens do noticiário cobrar compromissos assumidos. Um profissional de alto nível — o ombudsman — remunerado exclusivamente para submeter a própria *Folha* à crítica sistemática e pública. Uma seção diária de retificações. O compromisso de publicar as contestações recebidas.

Ah, agora, o leitor e o jornalista — os dois pilares da livre circulação de informações e ideias — têm recompensado os esforços.

A expansão dos meios digitais atinge diretamente as comunicações e o jornalismo. Como toda evolução tecnológica, a digitalização abre riscos e oportunidades, vantagens e perdas. A disseminação das informações e da livre acesso a elas só pode ser saudável, não apenas como avanço democrático, mas como conquista cultural da humanidade.

Por outro lado, configura-se uma sociedade cada vez mais atin-



ELÓVIS ROSSI

O quebra-cabeças

SÃO PAULO - Descoberto pelo seu gênio de repensar, mas, desta vez, é por um motivo nobre: "Honestidade" como tudo seguir a desejar, não poderia ficar de fora da nova edição que é o lançamento do novo projeto desta *Folha*.

Partilho da festa com todo o entusiasmo. O meu projeto é exatamente o que acho que o jornalismo impresso deve seguir. Defendo, aliás, esse modelo há uns 20 anos. Mas precisamente, desde que a Rede Globo de Televisão, que é o principal veículo de informação para a maioria dos brasileiros, passou a fazer jornalismo, após o fim do comunismo, no mundo, a queda de Fernando Collor, no Brasil.

Ah, então, a *Globo* dedicou-se a combater o seguitamento estrangeiro: comunismo internacional e seus braços brasileiros e a defender a civilização da ocidente e cristã, que tinha pouco de civilização e quase nada de cristianismo.

Sobrava, pois, espaço para que

os demais filosofosos jornalistas, espaço que esta *Folha* aproveitou melhor que ninguém.

O jornalismo de tempos não tão recentes era a tarefa de recolher as peças do quebra-cabeças e entregá-las ao leitor para montar. Jornalismo impresso, quero dizer, o único que amava a profissão. Depois, veio a fase de recolher as peças e também montar o quebra-cabeças.

Agora, a nova exigência é recorrer às peças, montar o quebra-cabeças e, ainda por cima, explicar os antecedentes do desenho formado e suas consequências para o mundo, o país, a cidade e o leitor.

Tudo no espaço de umas 10 ou 12 horas, que é o tempo que mais como entre o momento em que o mundo abre as cortinas e o momento em que se fecha a edição.

E uma tomada diária, é um exercício físico e mental, mas é também a mais fascinante maneira de ganhar a vida honestamente. O resultado, você julga a partir de hoje.

escolha@uol.com.br

EMÍLIO QUEBRANT

Onde foi que erramos?

No última quarta-feira, participei de um debate sobre como dar mais transparência às grandes empresas competidoras. Compartilho com os leitores desta *Folha* as ideias que levei.

Têm muitas oportunidades a empresa que se mantiver competitiva e souber criar as condições para isso. Desisto de dois caminhos, associados a uma gestão eficiente e eficaz: capacitar-se para a ocupação antecipada de espaços geográficos e de negócios, criando um ambiente organizacional propício ao autoaperfeiçoamento de seus integrantes, mediante, por exemplo, a adoção de um modelo de atuação descentralizada.

Mas reconheço que para a melhoria da competitividade das empresas brasileiras há alguns aspectos que lhes fogem aos olhos.

Um: criar lugares, aqui já várias vezes tentados.
 - Educação em outras es-

ELIANE CANTANHÊDE

E agora, José?

Fonte: Acervo Folha de S. Paulo

Por mais que o discurso moderno nacional propale uma suspensão do jornalismo na concepção da objetividade, ele compõe disputas simbólicas na ordem da linguagem que não se findam nos parâmetros textuais, mas integram também uma rede exógena, imbricada na realidade histórica e social de cada território. Assim, o jornalismo também integra os sistemas de poder e saber da sociedade, que circundam as práticas políticas, culturais e econômicas e de condições próprias da produção epistêmica (MORAES, VEIGA DA SILVA, 2019, p. 12).

Assim, o empreendimento para a adoção de um modelo normativo na nossa história nacional precisou adaptar-se às demandas sociais da população e do campo profissional, para a tentativa de tornar-se hegemônico. A partir daí as técnicas jornalísticas são generalizadas por uma condição pedagógica, no “ensino” e “instrução” para os recém-ingressos na carreira, para os profissionais das redações, e também como atitude de preservar a credibilidade com os leitores. A modernização do jornalismo é, portanto, autoritária quando se trata de uma injunção pela racionalidade e do discurso moderno-colonial, praticada pelos próprios profissionais (ALBUQUERQUE, 2010). Superar as diferenças, agora consideradas ultrapassadas para aplacar um mesmo modelo

de jornalismo no território nacional torna-se a expectativa da profissão. Assim, por mais que acontecimentos históricos, as épocas e os territórios se transformem, o jornalismo no discurso moderno permaneceria imutável, com as mesmas formas de compreendê-lo. “Ou seja [...] a relação proposta com a realidade, bem como uma ideia de jornalismo, permanece substancialmente a mesma (JÁCOME, 2020, p. 48)”.

Desse modo, a lógica, ou ao menos, os indicativos nos discursos do jornalismo moderno-colonial, estariam propensos a um tempo linear e acelerado para se apreender os fatos, como por exemplo, sinaliza o *slogan* da Globonews “o jornalismo que nunca desliga” enquanto o jornalista nessa proposta, seria um profissional autônomo que investiga e capta os fatos, propalando um compromisso com a verdade e a realidade, como normas incontornáveis. Projeto que também modela certos valores para a prática, como por exemplo, o “furo jornalístico”, com uma notícia de grande impacto e de grande interesse público. Além disso, significaria uma competência para os jornalistas, enquanto testemunhas oculares e perseguidores da verdade (TRAQUINA, 2005), e pelo recorte de gênero, predominante em valores e atributos masculinos sobre os repórteres “heróis” e “bastiões da democracia” (VEIGA DA SILVA, 2000).

Assim, cada vez mais o jornalismo moderno se aproximaria de um “singular coletivo” (JÁCOME, 2020, p. 123), com um modo único e ainda preponderante para o campo, no qual outras mídias, desde às associadas à partidos políticos, sindicatos, grupos coletivos ou à uma narrativa sensacional seriam o “outro” indesejado para suas conformidades delineadas por uma construção binária e masculinista, e por isso, totalizadora e excludente (MORAES, VEIGA DA SILVA, 2019). De certa forma, essa modernização autoritária do jornalismo se ampara na estrutura social da família e do trabalho, enquanto esferas praticamente opostas. O discurso moderno do jornalismo estaria no lugar dos valores da racionalidade, no discurso científico, e de uma totalização de sua estrutura profissional individualista e patriarcal. Enquanto outras experiências temporais e territoriais seriam subjugadas à privação de existirem enquanto parte da comunidade profissional.

Nesse caminho, cultuando uma base ideológica pelos valores da objetividade, o jornalismo moderno-colonial aparentemente se aproxima do projeto nacional ao simplificar em uma única identidade todas as experiências e disputas de um território. Assim, nesta concepção, as peculiaridades do jornalismo seriam sobrepostas por uma unicidade territorial, supostamente equivalente para todas as regiões do país, nos espaços públicos das cidades, entre as periferias e o “centro”. Na prática, essas experiências são um problema para essa tentativa de linearizar a história do jornalismo nacional, quando

inquirem sobre os apagamentos de sujeitos, saberes e discurso, ao passo que também se referenciam a sua tradição.

Entretanto, a colonialidade continua a balizar formas de poder e saber nos sistemas econômicos, simbólicos e epistemológicos (QUIJANO, 2005), no qual o discurso midiático não apenas direciona os sentidos para a comunicação, como contribui na manutenção de lógicas de desigualdades na estrutura social.

Nesse sentido, nos cabe afirmar que essa normativa moderna com aspectos coloniais é um *espaço inseguro* para outras modulações do território e interpretações para a realidade, incidente também no jornalismo. Segundo Patricia Hill Collins (2019) o “espaço seguro” é uma construção comunitária e dual, ou seja, múltipla em sua forma, que agrega a formação de laços entre grupos sociais, sobretudo para a autora, entre as mulheres negras. Entretanto, ao contrário de um empenho para o arranjo dual, de uma comunidade política e diversa em suas negociações, a modernização do jornalismo com os seus aspectos coloniais sugere a independência do campo, do próprio papel do jornalista, e a totalização de seu saber. Dessa forma, compreendemos a partir de Collins, que a relação binária na ritualização da privatização para a família e o feminino, e a totalização do trabalho e do masculino, delegados à esfera pública, de certa forma despolitizam a comunidade entre mulheres. Essa leitura é indicial para que observemos também os fenômenos midiáticos e o jornalismo, guiados a nosso ver, por preceitos dominantes pelo patriarcado:

Firmemente enraizado em um mercado baseado na troca, pressuposto decisões econômicas tomadas racionalmente e o controle masculino do mercado, esse modelo de comunidade enfatizava o direito do indivíduo de decidir segundo seus interesses, independentemente do impacto na sociedade em geral. [...] Esse modelo de comunidade legitima as relações de dominação, seja negando sua existência, seja tratando-as como inevitáveis. (COLLINS, 2019, p. 111)

Essa proposta teórico-conceitual para a comunidade entre mulheres negras, desenvolvida pela autora, nos permite inferir que as experiências sociohistóricas, e entre elas, o jornalismo elaborado em nosso país, se mostra muito mais complexo e heterogêneo do que o discurso moderno-colonial parece supor. Isto porque “espaço seguro” concebe a ideia de diferentes redes que manifestam a complexidade de um imbricamento entre espaço, tempo e corpo em escalas singulares e cotidianas que refazem e reinterpretam constantemente os territórios, em suas dimensões para a cultura, a sociedade, as políticas econômicas, e as mídias jornalísticas.

Nessa proposta dos vínculos de comunidade pela leitura do espaço seguro, há um

alargamento das possibilidades para se compreender narrativas, projetos políticos de identidades e grupos no contexto histórico de nosso país, em aproximação ao “jornalismo de beirada”. No caso do coletivo Nós, Mulheres da Periferia, a beirada parece indicar a concepção de um espaço seguro pelo resgate dos sentidos de comunidade e família entre mulheres que se dá além dos muros e das privações, mas principalmente, a partir dos portões para se construir uma rede de vizinhas pela proximidade em recorte geográfico, como também enquanto representação.

Compreendemos, desse modo, que o jornalismo moderno-colonial pode ser lido enquanto um território inseguro, por acompanhar concepções da própria colonialidade, e contribuir para legitimá-la, pelo binarismo para se perceber a realidade, provocando hierarquias e desigualdades. Assim, no próximo tópico tentamos definir essa “insegurança” por um movimento de separação violenta dos trânsitos que a semântica da comunidade envolve, a partir da reclusão do feminino e a totalização do patriarcado. Um ponto inicial que os recortes contemporâneos de gênero, raça e território para nos aproximarmos do projeto da “beirada”, tem nos apontado, é ampliar o nosso entendimento diante estruturas de dominação e apagamento que o jornalismo ainda imbuí por sua concepção moderna-colonial.

Exploramos a materialização do binarismo em duas instâncias que são caras para Nós, Mulheres da Periferia e para a crítica e expansão do projeto jornalístico da beirada: a família e o trabalho. Assim, Rita Segato (2012) e Patricia Hill Collins (2019) nos ajudam a tentar esboçar as contradições destas instituições, que por um lado corroboram para o apagamento do feminino negro e da periferia pela totalização da esfera pública, como também a nosso ver, por outras fundações menos hierarquizantes, são as bases para a construção do jornalismo de beirada como um espaço seguro político e coletivo.

3.1.2 A despolitização para as relações do feminino nos discursos jornalísticos

Segundo Silvia Federici (2017), Patricia Hill Collins (2019) e Rita Segato (2012), o modelo da família nuclear no sistema moderno-colonial, esquematizou a soberania de uma escassez e dependência como condições estruturais para a vida de mulheres. Formada por bases da heterossexualidade e do cristianismo, essa concepção da família nuclear seria designada ao ambiente privado, com papéis de gênero performados por um pai de família que recebe um salário como fonte de sustento da casa, e uma mãe e filha encarregadas dos afazeres domésticos. Desse modo, essa estrutura familiar é fundada a partir de uma nova ordem patriarcal, e contribui

para a cristalização do gênero, raça e classe em territórios limitados que prescreve uma separação entre a família e o trabalho, no qual o primeiro é o lugar de isolamento abrupto do feminino, de sua autonomia diante as relações no espaço público. E o trabalho, lugar institucional e masculino.

Apesar de ser uma lógica que é reproduzível diante a santificação da maternidade, ou na construção de espaços íntimos, não é a escolha e realidade prática de muitas mulheres. Como a autora Patrícia Hill Collins (2019) argumenta, essas definições são por exemplo, opostas às estruturas das famílias negras, e como de fato, vivem na prática e no cotidiano. De acordo com a autora, para as mulheres negras²⁶, a divisão opositora entre a esfera “privada” não remunerada e a “pública” lugar do trabalho, não se aplica. As mulheres negras desde sempre transitaram pelos locais privados e públicos, participando do mercado de trabalho, ao lado dos homens, para contribuir com o sustento de suas casas ou da própria sobrevivência. No Brasil, nos lares chefiados por mulheres negras apontam 63% delas vivem abaixo da linha da pobreza, de acordo com a Síntese dos Indicadores Sociais, realizada pelo IBGE em 2019²⁷

Entretanto, essa estrutura da família nuclear por mais que não seja a realidade da maioria dos cotidianos, continua a ser no contemporânea, legitimada e centralizada como parâmetro social. Este modelo parece corroborar como lugar marcante para se justificar a reprodução de violências físicas e simbólicas, e na precarização de narrativas de mulheres negras e periféricas, sejam nos trabalhos ou nas relações familiares. Nessa determinação, de acordo com Collins (2019, p. 108) a exploração econômica e a impotência política são os substratos para os corpos de mulheres circunscritos por um modelo pré-definido de feminilidade, a partir da leitura para os papéis sociais.

Essa vulnerabilização, seria então, uma consequência de uma permanência da epistemologia moderna-colonial, que atua de modo que, alguns corpos, mesmo por suas diferenças culturais se classificariam como “inferiores” por seus papéis sociais de gênero, raça e território. É nesse sentido que, considerando o intento do projeto colonial de fazer sociedades e povos responderem aos seus ideais, Rita Segato (2012, p. 118) afirma que “é a esfera pública o que hoje alimenta e aprofunda o processo colonizador”. Com a sua totalização, torna-se determinante para o compartilhamento de seus valores orientados por uma relação patriarcal e hierárquica, nos discursos, nas instituições estatais, no planejamento urbano, prevaletentes nos cargos de chefia. Assim, por uma “gestão colonial estatal” (Ibid), os homens ocupariam os

²⁶ Adaptamos a referência de mulheres afro-americanas, utilizado por Patricia Hill Collins para “mulheres negras”, como uma forma de nos aproximarmos de nosso contexto histórico, social e cultural no Brasil.

²⁷ Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>

lugares públicos e racionais, de prestígio sobre o conhecimento e o poder, que compelem à subjugação de outros corpos à invisibilidade dos espaços intimistas e privados.

Desse modo, as instituições da família e do trabalho, regidas por uma concepção a partir da dominação colonial e patriarcal do Estado moderno, continuam a tentar desamparar as mulheres negras e trabalhadoras de seus direitos e da cidadania. Isso porque, as estratégias para manter esses manejos do projeto moderno-colonial perpassam os binarismos cada vez mais sofisticados nos imaginários entre o que é público e privado, espaço doméstico e trabalho, centro e periferia. Há, portanto, um “[...]desmoronamento do valor [das mulheres e das casas] e sua munição política, ou seja, de sua capacidade de participação em decisões que afetam à coletividade toda” (SEGATO, 2012, p. 121). Nesse sentido, as mulheres também passam a ser classificadas e associadas aos assuntos próprios da emoção e fragilidade e por isso, desvalorizadas perante a relevância universal da racionalidade. O racional como substrato do modelo moderno-colonial seria, portanto, lugar de reprodução do masculino por vias econômicas, culturais, políticas, de conhecimento, enfim, produto de uma ordem colonial prática que se infiltrou na América Latina. Assim, compreendemos que essa concepção binária para as relações da família e o trabalho, mantém os arranjos e redes de sentido nas articulações para gênero, raça e território, e permanecem centralizadoras como sistema simbólico também na concepção do jornalismo moderno-colonial.

Como nos apontam Fabiana Moraes e Márcia Veiga da Silva (2019), o modelo de um jornalismo moderno e objetivo é também lugar de reprodução dessas hierarquias entre o masculino e o feminino. Segundo as autoras, as redes textuais jornalísticas, como lugares de disputas de sentido, não podem ser descontextualizadas das racionalidades e condições epistêmicas que integram a sociedade e a cultura, contribuindo por um lado, para a legitimação desses valores sociais que privatizam o feminino. Por essa via, a racionalidade e a objetividade são preceitos e signos masculinos da modernidade-colonial e ainda configuram certos ideais nos discursos autorreferentes jornalísticos, indicativos de uma norma objetiva vigilante, totalizadora e, portanto, masculina. Esses valores que constituem intrinsecamente a concepção colonizadora do jornalismo, são reincidentes, de certo modo, na própria construção de referencialidade, pelas fontes que compõe as textualidades das notícias. Isso é visto, sobretudo, nas narrativas jornalísticas sobre acontecimentos para as violências físicas e simbólicas contra indígenas, negros, e mulheres cis, e principalmente trans. No caso da cobertura midiática sobre o feminicídio, de acordo com Gonçalves et. al (2021, p. 153), essas violências também estão presentes “no silenciamento das vítimas, cujas vozes são repetidamente substituídas pelas falas

de policiais, numa dupla camada de colonialidades, em que tais narrativas adotam a dicção policial com todas as suas referências preconcebidas e preconceituosas.”

O discurso moderno-colonial, é então, capaz de reafirmar características fundadas na racionalidade objetiva em narrativas jornalísticas (JÁCOME, 2020a). Entretanto, é importante reconhecer que estas são epistemologias com capacidades explicativas limitantes que não dão conta de uma prática jornalística diversa nos territórios. Isto porque, apesar dessa modernização linear e colonial tentar se sobrepor com os seus próprios valores, a realidade histórica não é possível de ser transposta enquanto a mesma em todos os territórios e tempos. Ela depende de um processo narrativo peculiar para ser compreendida, pois se atualiza conforme os contextos históricos e as territorialidades. Assim, a prática aponta para um processo de configuração de experiências narrativas e produção de significados não necessariamente sincrônicos. Nesse sentido, Ana Carolina Fonseca (2014, p. 3) afirma:

Assumir que os contornos do jornalismo possam ser um tanto mais amplos do que muitas vezes se pretende coloca questões interessantes em cena. Obriga a reconsiderar, por exemplo, a noção de tempo com que opera o jornalismo: aquilo que é novidade na grande imprensa, muitas vezes está sendo gestado muito antes, do ponto de vista jornalístico mesmo, em outros espaços. E todas essas escritas estão conectadas, são recursivas, provocam-se e criam lastros umas para as outras, sem expectativas de que esta ou aquela prática dê conta de tudo o que se espera do jornalismo. Retomando a resposta ensaiada na introdução, não falamos de um mesmo, é certo, mas tratamos de experiências que participam de uma mesma tessitura.

Assim, enquanto o discurso da objetividade sugere cada vez mais uma independência e homogeneização masculina do jornalismo, as práticas apontam para a sua diversidade e porosidade, na própria referência para o feminino. Apesar de ainda prevalecer um sistema moderno e instituições centradas no binarismo para a família/trabalho, público/privado, centro/periferia, a “beirada” aponta para mulheres negras e das periferias (e outras identidades e grupos sociais) que vivem estruturas cambiantes, negociáveis e em permanente trânsito pela nos espaços públicos e privados, nas famílias, nas universidades e no trabalho.

Este é também o propósito do livro “Vão” da cofundadora do Nós, Mulheres da Periferia, Jéssica Moreira, recentemente lançado pela editora independente Patuá²⁸. Nessa reunião de contos sobre as suas passagens nas linhas metroviárias de São Paulo, a autora navega

²⁸ Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/vao-cofundadora-no-nos-lanca-livro-sobre-cotidiano-nos-trens/>. Acesso em: outubro 2022

por um contexto que não é um pano de fundo, mas uma perspectiva simbólica, que atravessa as dificuldades da mobilidade urbana das cidades grandes por uma perspectiva de raça e gênero, nas vivências e afetos dos trabalhadores e trabalhadoras periféricos que usam o trem e metrô para se locomoverem aos seus destinos, nas diferentes estruturas familiares e relações coletivas que observa nos vagões. Essa escala cotidiana é composta por diversos imbricamentos práticos, que não são contáveis para uma historiografia e determinadas epistemologias, mas que respondem a muitos dos processos históricos e sociais do nosso país, nas compreensões para as dinâmicas do poder/saber. Desse modo, em nossa leitura, esse espaço do “Vão” entre a ponte e o vagão do trem, representa uma figura-metáfora que corresponde a um lugar prático, de constante passagem, e de transposição de um isolamento dos corpos periféricos que mesmo com todos os impedimentos, circulam e ocupam distintos lugares. A nosso ver, esse “vão” dos trens, pode ser também uma forma de leitura que se aproxima do projeto encabeçado pelas editoras para as narrativas da “beirada”, por tentar expor as contradições de um discurso idealizado e as práticas múltiplas e diversas.

Figura 9: Matéria sobre o livro “Vão: trens, marretas e outras histórias” de Jéssica Moreira, cofundadora do Nós, Mulheres da Periferia/ Foto de minha autoria, do livro físico

NOTÍCIAS



Vão: Cofundadora no Nós lança livro sobre cotidiano nos trens

Na obra "Vão: trens, marretas e outras histórias", a jornalista e escritora Jéssica Moreira conta histórias de populações periféricas que usam o transporte ferroviário.

POR REDAÇÃO | 11/11/2021



Fonte: Site Nós, Mulheres das Periferias - Notícias/ Autoria minha

Por mais que o projeto moderno-colonial para os territórios e temporalidades tentem implicar um distanciamento para pessoas negras e periféricas, o cotidiano prático nas casas e nas cidades com constituições variadas das famílias e do trabalho, apontam o contrário, já que na prática, não há uma definição precisa e limitada para o território. As suas construções dependem de multiplicidades e variações de como as relações se dinamizam nos espaços por uma rede que implica distintos sujeitos, suas aproximações e distanciamentos.

Neste momento, é importante reforçar as relações para o feminino negro na produção narrativa da beirada, entre a contradição de uma epistemologia colonial, e uma prática que desponta para distintos caminhos, para nos aproximarmos dos relatos do Nós, Mulheres da Periferia. Como afere Patricia Hill Collins (2019), as famílias e os trabalhos são configurados por distintas diretrizes, e entre as mulheres negras essa interseção pode ser construída e mantida por laços de proximidade por afinidades e compaixão, que compartilhem das responsabilidades domésticas e do trabalho juntas, como por exemplo, o cuidado das crianças. Nesse sentido, o

trabalho e a maternidade na prática cotidiana, não são possíveis de serem decantados em esferas separadas, já que, maternar, apesar de ser reforçado aos espaços reclusos próprios devido à concepção patriarcal, dificilmente ocupa somente o doméstico. Principalmente na realidade de mães solo e periféricas que trabalham fora, consiste num lugar de dedicação trabalhista e coletiva entre mulheres. A família então, assume contornos de uma extensão para a esfera pública, por configurações solidárias entre mulheres de um mesmo ou distintos lares, mas que não apagam as disputas e singularidades que consiste o gesto de estar em comunidade.

Neste ponto, se o discurso e a epistemologia moderno-colonial se alastram no imaginário nacional, reafirmando a totalização do espaço público, tentando sintetizar culturas e formas de historicidade diversas, em contraponto com uma prática difusa entre negociações, aproximações e afastamentos, nos encontramos no desafio metodológico que a “beirada” nos impõe para investigar o coletivo jornalístico Nós, Mulheres da Periferia. Como já pontuamos, no Brasil a “modernização” do jornalismo aponta para um “singular-coletivo” amparado pela objetividade (JÁCOME, 2020; BIROLI, MIGUEL, 2012; ALBUQUERQUE, 2010), no qual o adjetivo “moderno” assume a inscrição de um tipo específico se interpretar para o jornalismo. Por isso, o nosso gesto metodológico também se encontra nesse impasse, já que com essa nova diretriz, os jornais assumem um posicionamento ambíguo: passam a advogar por uma mesma definição para as narrativas jornalísticas, frente uma diferença de práticas, experiências, identidades e territórios. É nesse sentido que tal modelo moderno-colonial conflui para uma narrativa acidentada, conectada a um conjunto de valores como a objetividade, neutralidade e profissionalismo que determinariam o que seria um jornalismo “de qualidade” e as outras práticas “amadoras”.

Frente a essa tentativa de sincronização de temporalidades e territórios muito diversas e de uma individualização das relações, existem outras mídias e formas narrativas que se deslocam dessa ubiquidade, isto porque, o solo nacional abriga uma diversidade de realidades históricas e outras definições para o “ser moderno”. Entretanto, em nossa interpretação, essa conjuntura muito estabilizada em seus limites não corresponde ao que o coletivo de mulheres apregoa. Isto porque, quando voltamos aos relatos dos Manifestos, no site do Nós, Mulheres da Periferia, nos deparamos com um discurso construído pela relação geracional feminina entre mulheres, mães, avós, filhas e as vizinhas. Por um lado, inicialmente, essa referência ainda sugere uma constituição normativa da família, a partir de um feminino que é cisgênero, porém a nosso ver, há uma politicidade para essa relação na tentativa de aproximar a família de uma formação política comunitária, e não enquanto instituição isolada e privada, como chave para se interpretar a sociedade e tecer narrativas jornalísticas. Desse modo, no entremeio da

amplitude de experiências midiáticas, Nós, Mulheres da Periferia estão movimentando e criando suas próprias normativas e fazendo do jornalismo um espaço de comunidade entre mulheres.

No próximo tópico, procuramos explorar como podemos abarcar o jornalismo de beirada construído enquanto um espaço seguro? Como perceber os espaços seguros enquanto um direito à narrativa das mulheres das periferias (e de outras identidades e grupos sociais apagados pelas normativas moderno-coloniais)? E como nos apropriarmos metodologicamente destas narrativas jornalísticas?

3.2 O “jornalismo de beirada” como espaço seguro narrativo: a rede afetiva entre as mulheres das periferias

A construção de uma rede textual entre mulheres em relação com o território da periferia são questões fundamentais para o Nós, Mulheres das Periferias. Nesse contexto, antes da criação do coletivo, as editoras mobilizam a intenção de formar essa rede entre mulheres de forma prática, na publicação de um artigo no Tendências/Debates da Folha de S. Paulo em 7 de março de 2012. Nesta edição, na véspera do Dia Internacional das Mulheres, o texto das jornalistas apresentava um ponto de vista próprio e bastante singular, no qual o território da periferia é imprescindível para suas narrativas.

Figura 10: Texto “Nós, mulheres da periferia” no Tendências/Debates da Folha de S. Paulo

TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não representam a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

debates@usp.br [Twitter.com/Folhadebates](http://twitter.com/Folhadebates)

Nós, mulheres da periferia

BIANCA PEDRINA, JÉSSICA MOREIRA, MAYARA PENINA, SEMAYAT OLIVEIRA E PATRÍCIA SILVA

Se a periferia tivesse sexo, certamente seria feminino. Como coração de mãe, ela abraça os seus filhos sem distinção, sem ver se é belo ou feio, dentro ou fora dos padrões.

No dicionário, periferia é a região mais afastada do centro. Um termo que designa apenas um espaço geográfico, não o pior lugar da cidade.

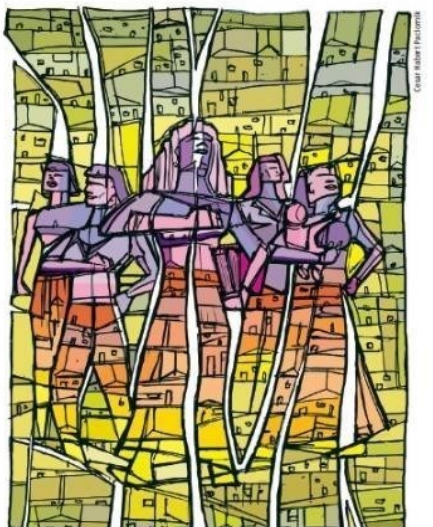
Em São Paulo, há mais de 650 mil mulheres vivendo na periferia — e presentes em toda a cidade, trabalhando, estudando e saindo com os amigos. No Brasil, quase 22 milhões de mulheres são chefes de família.

É para quem é considerada uma favelada, alcançar o ensino superior é quase impossível. É como se ela nascesse com seu destino determinado. Jamais vai ter dinheiro para pagar a universidade e a escola pública não vai prepará-la.

Mas agora, belas, agressivas, cheias de gana e autoconfiança, essas mulheres estão driblando as dificuldades para ascender socialmente. Passaram a incluir mais uma atividade em sua dupla jornada, que se tornou tripla, pois também estudam.

Hoje, mais do que nunca, mães que não tiveram oportunidades de ensino podem sonhar com o estudo dos seus filhos. Na periferia, a mãe tem orgulho de dizer à patroa que seu filho “fez faculdade”.

Não que o diploma de ensino superior tire a sensação de ser margi-



Fonte: Acervo Folha de S. Paulo

O artigo assinado por Jéssica Moreira, Bianca Pedrina, Mayara Penina, Semayat Oliveira e Patrícia Silva, reflete sobre os significados simbólicos da periferia, na relação entre território e gênero. É interessante notar como essa interseção é posta no espaço da Folha de S. Paulo, contradizendo o próprio discurso autorreferente do jornal, que apregoa princípios editoriais balizados pela imparcialidade, objetividade e a aceleração para as narrativas jornalísticas e o território. Assim, o que as autoras parecem reivindicar é a pouca complexificação oferecidas por essa normativa, para dar conta das relações sociais de gênero e a periferia, como também restritiva para a leitura da realidade da prática jornalísticas, composta por experiências narrativas múltiplas.

É nesse sentido que as jornalistas trazem suas perspectivas para tentarem fissurar este imaginário moderno já muito consolidado, quando afirmam, por exemplo: “Em São Paulo, há mais de 650 mil mulheres vivendo na periferia — e presentes em toda a cidade, trabalhando, estudando e saindo com os amigos”, apontando, a nosso ver, para a relação política em cobrar um cotidiano, que na verdade, é composto em maioria, por mulheres periféricas que se movimentam e negociam com a normativa moderna e os espaços restritivos. Assim, o texto “Nós, Mulheres da Periferia” parece apontar para as falhas da modernidade-colonial, a partir das contradições que redigem a periferia, complexificando-a pelos atravessamentos das

questões de gênero. Seguindo esta premissa, em tomar como ponto de partida as histórias e narrativas das mulheres das periferias, passam a ser os sintagmas para a construção da proposta jornalística pelas editoras.

Em 2014, o coletivo homônimo ao texto publicado na Folha de S. Paulo, introduz a proposta de desenvolver um “jornalismo de beirada”, também tendo como perspectiva o gênero e a periferia como um alargamento para os fenômenos históricos e para compreender e formar experiências jornalísticas. Portanto, as narrativas da beirada, como já mencionamos, revelam pontos de contradições e disputas expondo as colonialidades do projeto moderno, como também as insuficiências e falhas desse ideal, já que na prática, a nação não é uniforme, mas formada por um constante processo de deliberação e fragmentação (SEGATO, 2007).

Essa estratégia e percepção política, de fenômenos que enxergam o espaço nacional e as relações sociais enquanto narrativas ambíguas e complexas, pluralizam as formas de se habitar a modernidade, sem necessariamente condizer com a toada universalizante. Em nosso juízo, ao inquirir tanto um ponto de vista a partir dos atravessamentos de gênero, raça e periferia, quanto suas interpretações para o sentido de comunidade, *Nós, Mulheres da Periferia* propõe uma corporificação da beirada, com a construção de suas próprias narrativas. A relação entre as mulheres negras das periferias parece disputar sentidos comuns que foram se consolidando nas definições para os espaços públicos e comunidade, com o avanço do projeto moderno-colonial. Nesse contexto, Patricia Hill Collins (2019, p. 185) afirma: “Embora a dominação seja inevitável como fato social, é improvável que seja hegemônica como ideologia dentro dos espaços sociais nos quais as mulheres negras falam livremente”. A nosso ver, as definições de Collins se aproximam da proposta espaço do coletivo, em apontar a comunidade entre mulheres negras e periféricas enquanto uma relação política e complexa diante as definições muito coesase binárias entre a família, e o espaço público.

De forma prática, as editoras indicam nas textualidades essa construção política e complexa para a comunidade, partindo de relatos individuais e singulares. A rede da vizinhança é muito presente em certos relatos: Priscila Gomes, por exemplo, que mora no Jardim Recanto Verde, na zona norte de São Paulo, afirma que a sua vizinhança é um lugar de acolhimento e ajuda mútua: “Todos aqui começaram a construir suas moradias juntos. A nossa é a menos acabada da rua, pode ser porque somos a menor família dela, minha mãe e eu”.

Figura 11: Matéria “Morar na periferia é ter solidariedade entre os vizinhos”



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Notícias

É importante sinalizar que essas relações não são pacificadas e uniformes, elas se dão por cenários precários, pela omissão do Estado na falta de acessos, e de políticas públicas. Mas é nesse contexto, que na vizinhança no entremeio entre a vida pública e privada, as pessoas se relacionam construindo laços de parentesco, proximidades ou distanciamentos, ou seja, na própria convivência cotidiana (CHAGAS, 2020, p.52). De acordo com a pesquisa etnográfica de Isabelle Chagas (2020) em sua própria comunidade Vila Nova, na região metropolitana de Belo Horizonte, são as interferências de vizinhas/os no cotidiano uns dos outros, por uma relação comunicação menos limitada para a alteridade, que pode suceder a formação de um laço de confiança e cumplicidade.

Desse modo, essas vivências individuais e coletivas, no trânsito entre espaços públicos e privados, acabam por remodelar também a estrutura simbólica do território, e no limite, fissuram o imaginário moderno sobre as periferias. Esse gesto se ancora no jogo narrativo do Nós, Mulheres da Periferia, se por um lado pincela a história moderna, por outro, aponta para outras significações para os territórios sem necessariamente reafirmá-los convergentes diante os preceitos coloniais. É a partir destes pontos ambíguos e contraditórios, que as editoras pluralizam os significados para o “moderno”, quando partem de narrativas sobre a solidariedade entre mulheres negras da periferia. Desse modo, inserem suas narrativas que participam das configurações e disputas com outros sentidos para o que seja a história moderna. Como afirma a editora Jéssica Moreira, essa rede de solidariedade feminina sempre existiu na história:

As mulheres periféricas sempre se uniram em teias generosas de proteção e ajuda mútua. [...] Antes de romantizar essas lideranças e agentes de mudança de nossos territórios, precisamos lembrar que é a ancestralidade do passado que nos une no presente. Falar sobre solidariedade nas periferias é dizer também sobre as populações africanas e indígenas, e do sentimento de coletividade que costurava as relações nos

quilombos e aldeias (MOREIRA, Jéssica. *De vizinha para vizinha, a solidariedade feminina entre mulheres*).

Figura 12: Matéria “De vizinha para vizinha: a solidariedade periférica feminina”



Nesse sentido, a “beirada” com suas características singulares e peculiares de cada relação, cotidiano e processos comunicativos, possibilita “territorializar” os saberes e valores muito naturalizados nos discursos autorreferentes do jornalismo moderno. Com valores simbólicos, esta inspiração epistemológica pelas editoras do Nós, Mulheres da Periferia, sugere uma “descida ao ordinário” (DAS, 2020), para os acontecimentos práticos e cotidianos, para o que está em torno, a rede da vizinhança, as instituições comunitárias, como lugares de produção de conhecimento. Estando no espaço entre o público ou privado, as narrativas atentas à percepção do íntimo e particular podem contribuir para a compreensão do tecido social e os processos históricos de cada país por convocarem uma percepção que não escapa dos meandros do cotidiano e das relações comunicacionais. Como Veena Das (2020) sustenta, o cotidiano vivido é o lugar da temporalização e da territorialização da experiência, e o território no qual produzimos narrativas, reinterpretamos e reavivamos heranças predecessoras, para significar o espaço-tempo que se apresenta. De saída, podemos afirmar que produzir narrativas é paralelo ao gesto de viver e significar, ou seja, de costurar historicidade, dependendo da particularidade das culturas, línguas e processos históricos de cada terreno, ainda que dentro de uma mesma nação.

Quando Nós, Mulheres das Periferias, com suas narrativas particulares no território que atravessa as relações de gênero, raça, classe e geração, apontam para aspectos sociais e

históricos da linguagem e do discurso. Assim, não existiria uma interpretação purificada da realidade e uma narrativa descolada de contextos históricos e políticos, como os discursos sobre a objetividade e racionalidade da modernidade-colonial e do jornalismo moderno de nosso país apregoam. Veena Das (2020) nos aponta para a medida em que vamos narrando, produzimos realidades mobilizando uma série de circunferências específicas com o que nos é familiar e também com o que é estranho e distante, aprendendo a significar quais são as disputas e as concessões dos espaços que estamos produzindo experiências territoriais. Neste esforço de leitura do mundo e de nosso entorno, os laços afetivos, a nossa perspectiva social e posicionamento no território geográfico, auxiliam a semantizar as raízes da cultura²⁹ e processos históricos que fazemos parte como condição na produção de conhecimento. Essa vivência concreta e a experiência, potencializa os sentidos da comunidade. Isto porque as relações e laços afetivos entre sujeitas/os dependem de um cotidiano encarnado e territorializado. Como afere bell hooks (2021, p. 162) mesmo dentro de uma família nuclear, os integrantes experimentam relações extensas com outras pessoas. Assim, participamos de comunidades, e formamos territórios, na medida em que transitamos por distintos espaços.

A própria iniciativa de criação do coletivo jornalístico é uma formação de comunidade entre as editoras, moradoras das periferias e suas leitoras. De acordo com a dissertação da integrante e editora do Nós, Mulheres da Periferia, Regiany Silva (2018), a experiência comum que as uniram em comunidade perpassa os incômodos quanto a opressão de seus corpos e territórios, e a demanda de autonomia para a produção de suas narrativas. A comunidade se expande, quando leitoras e outras mulheres também publicam os seus relatos no site do coletivo, compartilhando de certa forma, as percepções sobre as desigualdades de gênero, raça e território, enquanto reivindicam nos textos, também uma emergência para suas narrativas. Esta é a proposta, por exemplo, da seção “Nossas Vozes”, no qual os relatos autobiográficos e singulares compõem, em interseção, uma rede coletiva difusa. Em 2016, Jéssica Moreira emite uma nota convidando mulheres a escreverem para o site³⁰:

Nós, agora, construímos as nossas próprias histórias e queremos que você, mulher periférica de qualquer parte desse Brasil, se junte a nós na construção de uma nova

²⁹ Compreendemos o conceito de cultura por uma interpretação historicizante e portanto, singular, a partir de Rita Segato (ANO). A cultura tem história e tempo, elaborada por diferentes interpretações no mesmo território nacional.

³⁰ Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/aumente-nossas-vozes-escreva-para-o-nos-mulheres-da-periferia/>> Acesso em novembro de 2022

narrativa feita por nós e para nós em nossa nova campanha “Aumente Nossas Vozes”. Por isso, convidamos a todas para escreverem sobre qualquer assunto que se sintam à vontade. O texto vai para a seção “Nossas Vozes” do site do Nós. Seja sobre seus sonhos, lutas, objetivos e as tantas caminhadas que percorrem e os desafios que enfrentam todos os dias enquanto mulheres periféricas. Também aceitamos relatos de nossas mães, avós, tias ou vizinhas. A ideia é aumentar as nossas vozes.

A proposta, como o coletivo indica, parece convocar a sucessão de uma nova perspectiva de comunidade, entre mulheres negras e das periferias que dispõe de heranças das relações com as suas antepassadas, mirando novos caminhos para o futuro. O relato assinado por Edite Neves dialoga com a seção do Nossas Vozes: “Um corpo que é carta ancestral já nasce cheio de marcas e dores daquelas que vieram antes. Com segredos, sapiências, amores, lutas e tudo que um corpo pode expressar”.

Figura 13: Matéria “Contar nossas histórias é uma forma de curar as que foram silenciadas”



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Nossas Vozes

Os laços de comunidade entre as mulheres negras mobilizados pelo coletivo, apresentam uma relação temporalizante não necessariamente linear. Ao falar de si, o passado é retomado, apontando para um caminho advindo de construções e rupturas, mas que contém traços de uma tradição. Em outro momento do relato da doula Edite Neves, ela refaz a árvore genealógica de mulheres de sua família, filha de Eurides Teixeira e neta de Edite Francisca de Jesus e herdeira de seu nome, enquanto também avulta as relações com as mulheres que cruzaram o seu caminho, no processo de acolhimento de sua profissão, doula, pedagoga e conselheira familiar:

Não mais suportaremos as águas sujas que tentam desaguar em nós. Sou porque outras vieram antes me mim e hoje gosto muito da mulher que me tornei. Por isso, a cada passo que dou, seguro na mão das minhas irmãs, as de sangue, de coração e de alma. São muitas as mulheres que me chegam e que me encantam.

Figura 14: Matéria “Contar nossas histórias é uma forma de curar as que foram silenciadas”

Eurides de Jesus Teixeira nascida em Ruy Barbosa, filha mais parecida de Edite Francisca de Jesus, que produzia panela de barro para vender na feira e gostava de botar samba pra Cosme e Damião no terreiro de sua casa.



O pai e a irmã Tina, Edite abaixo, Rose, a mãe Eurides segurando a irmã Elis e, ao lado, os irmãos José Carlos e Jorge Henrique
Crédito: Arquivo pessoal

Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Nossas Vozes

A comunidade é erguida até as mulheres Afro-Antilhanas do Rio Madeira em Rondônia, como Marcela Bonfim escreve em seu texto. Essas mulheres, que migram massivamente com as suas famílias para a região Sudeste da Amazônia, se uniram em coletivo, em prol de acessos à saúde e à educação básica para os seus filhos e as crianças da região, estruturando a rede pública de ensino de Rondônia.

Ao falar dessas mulheres, remontamos importantes impactos causados a partir dessas corpos-imagens recém-chegadas a Porto Velho, vindas de uma intensa diáspora oriunda das antigas ilhas inglesas; provocando de imediato significativas rupturas no fluxo das imagens (sujeitas), apregoadas ao corpo-imagem escuro; agora, sugeridos à perspectiva de outras imagens apresentadas por si mesmas, mais autônomas e visivelmente alinhadas a seus percursos; principalmente na exposição de suas potencialidades, aos poucos, encaixadas na métrica e nos espaços daquele tempo em que o Rio Madeira ouvia blues.

Figura 15: Matéria “Marcela Bonfim: “celebramos as mulheres Afro-Antilhanas do Rio Madeira

NOSSAS VOZES



POR REDAÇÃO | 19/07/2021



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia / Nossas Vozes

A comunidade entre mulheres apenas se torna viável pela base da solidariedade. O que não significa uma opacidade das relações. A solidariedade envolve o engajamento das relações, entre discordâncias e convergências, devido à singularidade das experiências e histórias. Como aponta bell hooks (2019), essa comunicação entre mulheres de mesma etnia, ou que vivam na mesma vizinhança não se dá de forma semelhante, ainda que compartilhem de um mesmo contexto histórico “[...] ao mapear estratégias (de comunicação) distintas, podemos afirmar nossa diversidade ao mesmo tempo que trabalhávamos em prol da solidariedade” (HOOKS, 2019, p. 99). Mulheres negras se unem nessa rede compartilhada e coletiva e estendem as suas famílias, contradizendo o modelo de comunidade nuclear e privado da sociedade branca ocidental. Elas se organizam propondo espaços de autonomia e solidariedade na vizinhança, nas universidades, nas instituições comunitárias, e também na criação de coletivos jornalísticos, como veremos adiante.

Neste espaço-tempo da modernidade-colonial que atravessa as sociedades, principalmente os países subdesenvolvidos para essa racionalidade, mulheres negras e periféricas formam entre si espaços seguros, de acordo com Patricia Hill Collins. Construir um espaço seguro além de ser uma estratégia de contradizer a toada da colonização de grupos e de saberes, é principalmente, uma possibilidade de inquirir a objetificação de suas identidades enquanto “Outro”, a partir da autodefinição e busca de autonomia ao mesmo tempo que sujeitas/os se mobilizam enquanto coletivo, fortalecendo a solidariedade (HOOKS, 2019, p. 105). A história universal e patriarcal tenta minar qualquer possibilidade de união e organização

entre mulheres, sobretudo, negras, trabalhadoras e pobres. Quando elas se reúnem em qualquer espaço estruturando suas questões, de forma coletiva, o patriarcado acaba por perder força e credibilidade. Os espaços seguros podem se estruturar em distintos territórios ou relações entre as mulheres negras. Segundo Patricia Hill Collins (2019), podem estar em ambiente doméstico, nas relações íntimas entre mulheres com familiares (avós, mães, tias), na vizinhança, além dos vínculos organizacionais mais formais, no trabalho ou nos movimentos sociais políticos. É importante sinalizar que essas relações não correspondem a uma percepção unânime. Nem sempre estes lugares se configuram enquanto um espaço seguro, como por exemplo nas relações familiares. Mas, geralmente, o convívio entre mães, filhas e avós é um terreno fértil para se construir comunidade e segurança entre mulheres. Ainda de acordo com a socióloga norte-americana, a relação entre mãe e filha é propícia para o incentivo da autodefinição de mulheres negras, e para a abertura segura de possibilidades de se viver socialmente, nos espaços públicos.

Instigante notar que em vários relatos, Nós, Mulheres das Periferias ressaltam a abrangência do significado do cuidado. São várias mães e tias, não necessariamente biológicas, que se impulsionam por uma rede de cuidado mútuo ou para as crianças. A série “*As mães que me criaram – rede de apoio e primeira infância nas periferias*”, em parceria com a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, aponta para essa compreensão da relação de maternagem que não é isolada e privada, relativa ao padrão de feminilidade moderno, mas que também envolve os percalços dentro de suas próprias casas. Nessa estrutura da ausência paterna, grande parte dessas mulheres precisam trabalhar, pagar as contas, estudar, e cuidar de seus filhos, reservando pouco tempo para o lazer. A jornalista do Nós, Bianca Pedrina, conta a história da educadora Priscila Obaci, mãe de duas crianças, e em certo trecho ela diz sobre a relação feminina entre as avós e mães, que acabam assumindo um lugar integral de criação dos filhos³¹:

[...] Ter pessoas com quem possa contar para que esse fluxo aconteça em sua vida foi fundamental para que hoje o peso seja menor. “Cada pessoa tem uma função e achamos que construir um ser humano, que é a coisa mais complexa do mundo, vamos conseguir com duas pessoas, isso quando estamos falando de um relacionamento padrão, mas, o que vemos, principalmente nas periferias, é uma mãe e no máximo uma avó carregando todas essas crianças sozinhas”, exemplifica.

Figura 16: Matéria “Criança é responsabilidade da mãe quando está no ventre

³¹ Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/crianca-e-responsabilidade-da-mae-quando-esta-no-ventre-quando-sai-e-de-todos/>> Acesso em novembro 2022



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/Notícias

Por mais que as redes de apoio estendidas entre as mulheres aconteça na prática, o que ainda impera como valor social, como nos diz o relato de Priscila, é o ideal moderno para a feminilidade em sua resposta integral à maternidade, à privação e aos cuidados com a casa. Entretanto, a família, principalmente na experiência de mulheres negras e periféricas, é composta por redes difusas e não homogêneas, até mesmo dentro de suas estruturas genealógicas, como já pontuamos. O relato de Maria de Fátima, cabeleireira, avó e também mãe de seus netos, aponta para as zonas borradas e emaranhadas dessas relações. A jornalista Semayat Oliveira conta a história de Fátima³²:

[...] Com um pai ausente dos cuidados diários, o papel de avó acabou alcançando outro patamar. Mesmo tendo dito que a filha deveria tomar conta de tudo, Fátima passou a ser mais ativa nos cuidados e na educação. Bia conta que isso foi essencial porque, sozinha, não teria dado conta.

Figura 17: Matéria: “Mãe, avó e filha: a rede de apoio entre mulheres da mesma família

³² Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/mae-avo-e-filha-a-rede-de-apoio-entre-mulheres-da-mesma-familia/>> Acesso em novembro 2022



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/Histórias

Essa rede de apoio entre mulheres mães ou não, incide também em instituições estruturadas, como é o Coletivo de Apoio à Maternidade Solo. Segundo Mayara Penina, esse coletivo criado por Thais Cassapian, professora da rede municipal de educação de São Paulo, arrecada doações para mulheres em situação de insegurança alimentar e vulnerabilidade social na metrópole paulista³³. Os espaços seguros são também ambientes organizados e coletivos, amplificados pela solidariedade e a amizade. Nas conversas cotidianas sérias ou bem-humoradas, as mulheres das periferias ratificam e fortalecem os laços em comum, como partem desses portões das casas, para a compreensão dos acontecimentos e da história. Este é um projeto que perpassa e delinea toda a concepção do coletivo para a “beirada”, mas que também apresenta uma materialização prática, na criação do podcast “Conversa de Portão” em 2020; na proposta de *lives* “Conversa de Quintal”, no mesmo ano; além do curta-documentário “Nós, Carolinas”, o primeiro produto lançado pelo coletivo, em 2017. Ambos, com seus diferentes formatos, conduzem um fio narrativo a partir das singularidades das histórias das mulheres periféricas e uma relação política com a autoria.

Tal intenção de propor uma narrativa na cobrança de outras formas para se falar sobre gênero e raça, também é o projeto de outros coletivos femininos no contemporâneo. Por exemplo, o “Nós, Madalenas”³⁴, criado em 2014, por mulheres também das periferias de São Paulo, para a criação audiovisual sobre os seus cotidianos e as táticas para cobrar as desigualdades de gênero e racial. O documentário Mucamas, criado por elas, sobre o trabalho

³³ Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/cuidado-maternidade-e-redes-de-apoio-a-experiencia-de-mulheres-negras/>> Acesso em novembro 2022

³⁴ Disponível em: <<https://www.facebook.com/NosMadalenas>>

doméstico de quatro mulheres distintas, residentes das Periferias de São Paulo, foi exibido em Bogotá, na Colômbia, durante o 8º Festival Ojo al Sancocho – Festival Internacional de Cine e Vídeo Alternativo e Comunitário. Na produção audiovisual também está presente o coletivo Baciada das Mulheres do Juquery³⁵, contando as histórias das moradoras desta região tão importante no abastecimento aquífero da região metropolitana de São Paulo. Estes coletivos formados pela comunidade de mulheres também transitam na literatura, como é o caso dos Clubes de Leitura, entre eles está o Leia Mulheres³⁶, com encontros em mais de 100 cidades brasileiras. A criação de espaços seguros, é portando, difundida de forma multidisciplinar por iniciativas de grupos que cobram as suas narrativas como também participantes das disputas e contornos da nação.

Desse modo, nessas redes de proximidade construídas por mulheres, o espaço seguro é fortalecido pela escrita autoral (COLLINS, 2019). De acordo com Patrícia Hill Collins, as desigualdades de classes segmentam o acesso de mulheres negras à escrita, e por isso, essa forma de inscrição de um espaço seguro, transita entre a forma oral e o gesto de escrever. Portanto, compreendemos, a partir de Glória Anzaldúa (2000) o gesto de escrever um ato de subversão, com toda a presença diante os apagamentos pelas epistemologias do saber/poder. Por isso não somente a palavra escrita ganha peso, como também outras formas de expressão e inscrição narrativa. Em Nós, Mulheres da Periferia essa autonomia é uma tática para incentivar a autodefinição e a circulação de suas próprias histórias, por exemplo, na seção “Nossas Vozes” que propõe às leitoras, um espaço de autoria e criação. O coletivo também é atravessado pela memória das antepassadas, escritoras e faveladas, de Tula Pilar Oliveira à Maria Firmina e Carolina Maria de Jesus, e das autoras e poetisas contemporâneas que continuam escrevendo e construindo espaços de acolhimento: Conceição Evaristo, Joice Aziza, Geni Guimarães, e as mulheres negras e escritoras reunidas no Coletivo de Escritoras Negras Flores de Baobá na fotografia nas escadarias da rua 13 de maio do bairro Bexiga³⁷. Esta iniciativa pelo coletivo surgiu após a Feira do Livro de São Paulo deste ano, quando as 400 mulheres escritoras presentes foram tirar uma fotografia no estádio Pacaembu, e apenas 30 eram escritoras negras. Nesse sentido, Collins (2019, p. 190) aponta para a importância da autoafirmação individual na escrita e na voz das mulheres negras para a criação e o fortalecimento de laços no contexto coletivo.

³⁵ Disponível em: <<https://www.facebook.com/baciadadasmulheres>>

³⁶ Disponível em: <<https://leiamulheres.com.br/>>

³⁷ Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/um-grande-dia-no-bixiga-escritoras-negras-organizam-foto-historica/>> Acesso em novembro 2022

Figura 18: Textos “Diário de Isolamento: ativista Joice Aziza lança livro sobre pandemia”/ “Escritora Geni Guimarães é a homenageada da Balada Literária 2020



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/Notícias

O gênero e a raça como criações modernas-coloniais agem nos interstícios para despolitizar e deslegitimar a comunidade e as relações de grupos e identidades dissidentes de suas normas. Quando Patricia Hill Collins (2019) diz de uma autoafirmação de mulheres negras enquanto sujeitas, não se refere a uma comparação semelhante com a concepção moderna de indivíduo completo e conformado, na inteireza de suas partes. Ao contrário, se aproxima de uma não aceitação dos padrões convencionais e limitantes de gênero e raça, pela autoafirmação das singularidades com todas as complexidades, inconformidades e incompletudes atadas. Nesse lugar da beirada que transita por espaços-tempo, parece questionar a compreensão binária do corpo, do tempo e do espaço. A sua característica ambígua e contraditória, e uma dificuldade de ser delimitada e definida, ao mesmo tempo que impõe a presença de um território complexo, expõe os conflitos e as contradições próprias das identidades. Algumas questões nos chamam a atenção para um desafio metodológico imposto: Como podemos perceber a beirada como um espaço seguro, se ela é tortuosa e desestabilizante? Como é possível criar um espaço seguro,

em sociedades que se desagregam, dentro de seus próprios grupos e comunidades, com o avanço do sistema capitalista-colonial?

Desse modo, o espaço seguro como afirma Collins (2019, p. 199) é um lugar estratégico para se criar comunidade entre grupos que destoam da normatividade moderna-colonial. Nesse contexto, o espaço seguro surge como um conceito teórico e prático, especificamente desenvolvido pela autora, na formação de vínculos coletivos entre mulheres negras, mas pode ser compartilhado em outras relações, como dentro do movimento LGBTQIAP+. A potência deste espaço é um deslocar-se da narrativa linear da nação moderna, para que sejam possíveis os esforços por justiça social. “Estrategicamente, os espaços seguros dependem de práticas excludentes, mas seu objetivo geral é uma sociedade mais inclusiva e justa” (Ibid, p. 200). Entretanto, a modernidade não cessaria as tentativas de colonizar estas identidades e grupos. Neste caso, as mobilizações ativistas são qualificadas como “separatistas” e disruptivas de uma soberania nacional:

Qualquer grupo que se organize em torno de seus próprios interesses corre o risco de ser rotulado de “separatista”, “essencialista” e antidemocrático. Esse ataque prolongado às chamadas políticas identitárias tenta suprimir grupos historicamente oprimidos que tenham por objetivo criar agendas políticas independentes em torno de identidades de raça, gênero, classe e/ou sexualidade. (COLLINS, 2019, p. 200)

Fora do campo de visão do Estado, os espaços seguros são ameaçadores, pois se dispersam do que é inteligível por suas definições binárias. “[...] Tais espaços liberam as mulheres negras da vigilância e ao mesmo tempo lhes oferecem condições para autodefinições independentes. Quando institucionalizadas, essas autodefinições se tornam fundamentais para pontos de vista feministas negros politizados” (COLLINS, 2019, p. 201). Como uma alternativa para a perpetuação da comunidade entre mulheres negras, aonde quer que estejam reunidas, na vizinhança, nos serviços, dentro de suas próprias casas, na escrita, em coletivos de comunicação e/ou jornalísticos, condizem com a possibilidade dos desvios de uma história imposta e da normatização de valores muito consolidados de certas instituições, como é o padrão de objetividade do jornalismo.

A união de sujeitas/os nos espaços seguros para deliberar e criar estratégias coletivas, de forma racional e propositiva, requer então, a solidariedade, que não é pacificada, mas engajada e compromissada politicamente. Segundo bell hooks (2019, p. 108) “[...] A experiência da solidariedade requer uma comunhão de interesses, crenças e objetivos em torno dos quais se possa formar uma aliança, uma irmandade”. E em cada cena desta construção

nacional, a relação com o território e o tempo se desenvolvem de formas distintas, “com linhas de fratura características, que conferem singularidade a cada nação” (SEGATO, 2007, p. 167 - *tradução nossa*).

Se a modernidade e os seus aspectos coloniais se refazem enquanto racionalidade dominante, proporcionando cada vez mais a totalização do espaço público e da masculinidade, e a privação do feminino correspondente à um ideal das performances de gênero e sexualidade (SEGATO, 2012) o desafio metodológico para os espaços seguros, nos parece ser, encontrar estratégias para ocupar as esferas públicas de forma radical, com toda a carga política que as relações das casas e a comunidade entre as mulheres carregam.

Como já pontuamos até aqui, os espaços seguros fundados por mulheres negras e das periferias são lugares encarnados, emaranhados entre tempos e territórios difusos. Delineado no ambiente íntimo, nas suas próprias casas, nas organizações ou na rede entre vizinhas contém uma politicidade, que é retirada sobre as lentes da modernidade-colonialidade também reproduzida nos valores jornalísticos, classificando o feminino como lugares de fragilidade, de privação e vulnerabilidade (SEGATO, 2012, p. 127). Porém, quando Nós, Mulheres da Periferia critica esses lugares e parâmetros de exclusão, encontrando nos cacos e resquícios de um projeto arrebatador de colonização, formas potentes de autoafirmação e dos vínculos comunitários, as editoras do coletivo, então impulsionam a “devolução” da politicidade para os lugares de suas casas e aos lares das outras.

Quando as redes entre mulheres são organizadas, com estratégias que se desviam da classificação moderna-colonial, implica no questionamento desse sistema dominante. Ocupar o espaço público, a partir da politicidade das relações de vizinhança e comunidade, e suas organizações “[...]prejudica (a modernidade-colonial), criando redes corporativas e parentais que atravessam o espaço público, ao mesmo tempo em que quando a solidariedade comunitária influencia e inflexiona a ordem moderna, torna-a mais benéfica, aprimora-a” (SEGATO, 2012, p. 128). Em Nós, Mulheres da Periferia, as estratégias de formar um espaço seguro entre mulheres mães, avós, filhas e vizinhas, está no território das periferias. Se por um lado, recuperam a relação binária e fecunda no imaginário moderno-colonial, indicam que esta é uma interpretação restrita perto dos outros significados para o ser periférica/o. Assim, fenômenos como a proposta do coletivo, não negam as colonialidades imbricadas na história de nosso país, mas ressignificam o “ser moderno”, pluralizando as suas definições, que não necessariamente corroboram com um padrão linear e uniforme.

3.2.1 Interpretando o jornalismo pelas beiradas

Os discursos autorreferentes determinam como jornais e/ou mídias compreendem a experiência jornalística (JÁCOME, 2020a). Por eles, são construídos certos valores, e um local de posicionamento. Durante a modernização do jornalismo brasileiro, e a adoção de atributos da objetividade, a autorreferência passa a ser sistematizada entre os jornais, como já pontuamos. Em *Nós, Mulheres das Periferias*, percebemos certos valores que se aproximam do jornalismo moderno, sem necessariamente serem concordantes com essa única forma de experiência. Vemos, por exemplo, a própria forma de se noticiar e os significados de noticiabilidade pelas editoras se aproximam do feminino, e das relações comunitárias como âncoras para o fazer jornalístico.

Como vimos até aqui, o processo de modernização do jornalismo no Brasil também aponta para uma identidade forjada nesse lugar de trânsito, no qual imperam os valores da objetividade enquanto uma normatividade que ocultaria outras formas práticas de se compreender as experiências jornalísticas. Essa modernização autoritária (ALBUQUERQUE, 2010, p. 105) resulta de um deslocamento que classifica práticas divergentes de sua construção, enquanto atrasadas e periféricas. Entre as características proeminentes dessa transição, que se inicia com o jornal *Diário Carioca* em 1950, está na substituição de uma fórmula textual “literária” para a adoção de um estilo em *lead*, derivada da técnica norte-americana como proeminente. O *lead* é a abertura do texto, o primeiro parágrafo que deveria apresentar, de forma objetiva, o epílogo do que seria apresentado durante a notícia, com as perguntas: quem? quando? onde? como? e por quê? De acordo com Ana Paula Goulart Ribeiro (2003, p. 149)

[...] Símbolo máximo do jornalismo moderno, o lead veio substituir o "nariz de cera", texto introdutório longo e rebuscado, normalmente opinativo, que antecedia a narrativa dos acontecimentos e que visava a ambientar o leitor. A antiga técnica geralmente usava uma linguagem prolixa e pouco objetiva, narrando os acontecimentos a partir de uma ordem mais ou menos cronológica. Narração, comentário e análise se confundiam.

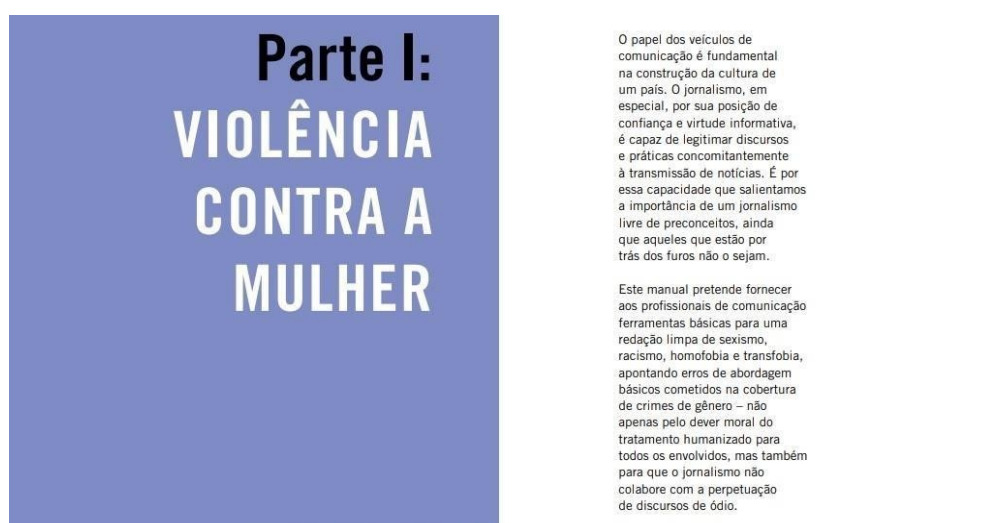
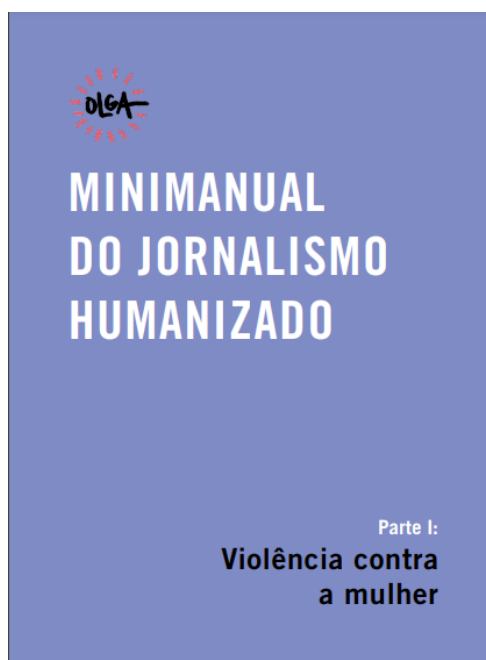
Essas técnicas integram principalmente, os manuais de redação e estilo, espaços nos quais o jornalismo também delimita as suas normativas pelos discursos autorreferentes. Em relação aos métodos modernos de redação, da profissionalização, e da estruturação dos textos jornalísticos, existe uma aproximação pela demanda de uma rapidez tanto no processo de apuração, quanto para a circulação das notícias (RIBEIRO, 2003, p. 150). O *lead* seria o responsável pela adequação dessa urgência nos jornais e mídias, que constitui uma das bases

da modernidade e que exige uma dinâmica para o consumo e produção pelo sistema capitalista. Os manuais de redação serviriam para padronizar essas técnicas e despersonalizar a escrita, com a incorporação dos valores da objetividade e factualidade (JÁCOME, 2020, p. 76). Com a institucionalização das regras deste novo modelo de jornalismo a partir da reforma do Diário Carioca, significa uma suposição de reprodução das regras e métodos de forma irreflexiva, e consequentemente, uma estabilidade por essa estrutura, no espaço e no tempo (ALBUQUERQUE, 2010, p. 109). Neste manual de redação do Diário Carioca, a notícia ganha relevância por ser a estrutura legítima dessa reforma modernizante. Segundo Jácome (2020, p. 164):

[...] No manual, afirmava-se que os jornalistas deveriam partir sempre de um acontecimento ou dado concreto e não de sua livre imaginação. Ademais, trazia-se o imperativo da utilização do lide e postulava que quaisquer comentários só poderiam ser feitos em espaço editorial. Na defesa do manual, Danton Jobim afirmava que ele era uma decorrência natural do desenvolvimento do jornalismo enquanto indústria. E, como consequência, cedo ou tarde, todas as nações acabariam por adotar esse conjunto de normas codificadas para tornar a prática mais eficiente e homogênea.

Nesse contexto, o modelo normativo deste jornalismo como sinônimo da modernidade-colonial, ao se considerar enquanto a única prática legítima, tem anulado espaços políticos e os sentidos e valores da comunidade entre mulheres e com o território, por uma definição binária e hierárquica entre as instituições, a esfera pública e privada. Assim, perceber nas brechas dessa epistemologia moderna possibilidades de apropriação e transformação para outras formas do “ser moderno” parece ser a proposta de fenômenos como o Nós, Mulheres da Periferia. Nesse sentido, manuais de redação como da organização Think Olga, ressaltando prioritariamente as questões de gênero em intersecção, orientando as abordagens sobre notícias relacionadas às mulheres. Nesta primeira parte, o assunto é focado principalmente sobre a violência contra as mulheres, feminicídio, transfobia e racismo. Ao justificarem a criação do manual, é afirmado: [...] “salientamos a importância de um jornalismo livre de preconceitos, ainda que aqueles que estão por trás dos furos não o sejam”.

Figura 19: Minimanual do jornalismo humanizado Parte I: violência contra a mulher



Fonte: Site Think Olga

Interessante notar que este Manual de Jornalismo Humanizado proposto por Think Olga serve de referência para projetos jornalísticos focados nos atravessamentos, relações e desigualdades de gênero, como a revista AzMina. Nos princípios editoriais de 2017, as normativas são apresentadas, e entre as práticas e visões das editoras da revista, está a menção ao manual do Think Olga: “AzMina segue as recomendações do Manual de Jornalismo Humanizado do Think Olga para coberturas de casos de violência contra a mulher”³⁸. Interessante pontuar que neste mesmo espaço, elas indicam um entendimento para “o que é a pauta” - uma das etapas do sistema de produção das notícias, delineada pelos aspectos modernos

³⁸ Disponível em: <<https://azmina.com.br/2017/07/manual-de-redacao-da-revista-azmina/>>. Acesso em novembro de 2022

da objetividade - a partir do Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros³⁹, formado por um conjunto de regras e métodos normativos sobre o que o jornalismo deveria ser e corresponder. Esse também é um dos processos que outorgam a modernização da profissão. Assim, o gesto da revista *Azmina* aparentemente sugere uma aproximação de certos deveres do profissional jornalista, ao passo que também se distanciam de uma presumida análise imparcial e neutra. Ao dialogarem sobre formas menos desiguais de abordagem de gênero pelo jornalismo, apontam para perspectivas posicionadas e uma “missão” em comum das editoras:

Acreditamos que um dos deveres do jornalismo é colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e nosso papel específico é alimentar debates que livrem as mulheres de todos os tipos de violência, considerando as diversidades de raça, classe e orientação sexual. (AZMINA, Manual de Redação da Revista *Azmina*, 2017)

Nesse sentido, as possibilidades de negociação, principalmente na emergência de coletivos jornalísticos contemporâneos, sugerem uma reinterpretação e apropriação do que seriam essas normativas. Ou seja, uma prática muito mais diversa do que o discurso autorreferente e universal poderia supor para o jornalismo. Outro projeto que parece tensionar essa relação pacífica com corpo, tempo e território é o manual *Jornalismo e Território*, elaborado pelo Énois Conteúdo⁴⁰ sobre jornalismo e iniciativas comunicacionais das periferias. Inicialmente, a abertura do manual guia-se pelas perguntas: “Você conhece a sua favela, a sua quebrada, a sua periferia, a sua comunidade?”, para que seja desenvolvido a apresentação da metodologia do Mapa Afetivo, um exercício de conhecimento das “quebradas” por sujeitas/os e iniciativas de comunicação, que apresentam os sentidos e relações com o território de maneira concomitante. Para esta iniciativa do Énois, o território atravessa a perspectiva e a posicionalidade dos sujeitos, e neste caso, de moradores e comunicadores das periferias. Nesse manual, também é pautado um glossário para as terminologias jornalísticas, que se aproximam das definições modernas para o *lead*, a pauta, as fontes, a reportagem e o projeto editorial.

Figura 20: Esboço de modelo de mapa afetivo

³⁹ Disponível em: <<http://www.abi.org.br/institucional/legislacao/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>>. Acesso em novembro de 2022

⁴⁰ Disponível em: <<https://enoisconteudo.com.br/jornalismo-territorio/>>. Acesso em novembro de 2022

MAPA AFETIVO: TEMPLATE

PARTE 1	PARTE 2	PARTE 3
<p>1. Sinalize 15 locais importantes para você no seu bairro. Ex: escolas, creches, bares, associações de bairro, bares etc.</p>	<p>4. Sinalize com a cor azul os ambientes que remetem a sentimentos positivos.</p>	<p>7. Sinalize com ! os espaços onde se discute política.</p>
<p>2. Sinalize com um círculo os locais em que há presença de crianças.</p>	<p>5. Sinalize com a cor vermelha os ambientes que remetem a sentimentos negativos.</p>	<p>8. Sinalize com X os espaços onde há violação de direitos.</p>
<p>3. Sinalize com um quadrado os locais em que há presença de adolescentes.</p>	<p>6. Sinalize com a cor amarela os ambientes que remetem a sentimentos neutros.</p>	

15

mapa afetivo
legenda (locais)

- meus lares (Bela e gente se discute)
- meus pilares (Bela e gente se discute)
- meus asilares (É que a gente vive)
- meus bolares (Bela e gente vive)

O Mapa Afetivo pode ser feito em cima da representação cartográfica do território ou desenhado à mão, como as duas versões ao lado.

17

c. Glossário

MATÉRIA/REPORTAGEM

Texto noticioso, que segue critérios técnicos e éticos do jornalismo. É veiculado e divulgado, na imprensa.

PAUTA

É o roteiro de uma reportagem, ou seja, da história que se vai contar. Descreve o que será narrado pelo jornalista. Elas diferem a partir do veículo ou mídia que se quer contar a história.

GANCHO

É quando um assunto não é necessariamente quente/atual, mas se relaciona com o que é – e, por isso, ganha valor. Por exemplo, efemérides.

EFEMÉRIDES

Datas comemorativas e/ou feriados que podem pautar a produção de conteúdos.

FONTE

Como o próprio nome diz, é de onde se tira a informação para a reportagem. Uma fonte pode ser algum/a especialista sobre determinado tema, uma instituição que forneça dados, uma pessoa que vai contar a sua história (o personagem da matéria).

LEAD

É o resumo que define uma pauta, respondendo a seis questões-chaves: O quê? Quem? Quando? Como? Onde? Por quê?

PROJETO EDITORIAL

Documento que descreve detalhadamente as orientações e características, individuais e coletivas, políticas e econômicas, relacionadas ao veículo de imprensa, editorial.

58

Fonte: Site Enóis Conteúdo

Nesse sentido, a aproximação com as técnicas e formatos do jornalismo moderno pelo coletivo, parece sugerir a ampliação desses métodos jornalísticos para a produção de uma narrativa sensível para o território, como é a proposição do mapa afetivo. Assim, em Énois, o território da periferia parece atravessar e se apropriar desses métodos criados pelo discurso da profissionalização, apontando para uma necessidade da posicionalidade para o que está em torno, para a construção das reportagens

Desse modo, o jornalismo nos aparenta cada vez mais uma prática diversa e heterogênea, conforme apontado por Jácome (2020), Moraes e Veiga da Silva (2019) e Fonseca (2019) que se estrutura conforme as realidades apresentadas de um tempo, território de um determinado jornal e mídia. Se as relações de gênero são condições para a proposta de

jornalismo da revista AzMina, e o território das periferias o que atravessa de maneira proeminente o coletivo Énois, a inspiração metodológica de Nós, Mulheres da Periferia desponta para o cruzamento de gênero e periferia como disposição para as suas construções narrativas. Nesse sentido, percorrer os discursos autorreferentes do coletivo presentes no site, parece ser um início fortuito para a compreensão, de maneira mais enfática, como a proposta do “jornalismo de beirada” é destrinchado pelas editoras, entre gênero e a periferia, e como e *onde* as técnicas jornalísticas se renovam.

Assim, nos deslocamos por um caminho metodológico-analítico que compreende o *lead* e as perguntas-guia que formam esses processos operacionais, fortuitos para entendermos como as narrativas da beirada se temporalizam e encarnam nos relatos do coletivo. Desse modo, acreditamos ser possível refutar a ideia de um só modo de conhecimento do mundo, e da realidade, isto porque, na prática o *lead* aponta para a singularidade de experiências jornalísticas. O que pretendemos, portanto, é dinamizar essa estrutura técnica do *lead*, considerando-o não enquanto um receituário bem delimitado, que deveria corresponder com uma realidade e a verdade imóveis. O coletivo Nós, Mulheres da Periferia se insere aí, ao construir um território pelas beiradas da temporalidade moderna, e um método jornalístico que está “entre”, nos interstícios dessa historicidade. Em julho de 2021, por exemplo, as editoras delimitam um “novo posicionamento e jeito de fazer jornalismo” que de certa forma, atualizam os sentidos para a experiência jornalística da beirada para o coletivo”⁴¹:

As histórias das mulheres estão no coração do projeto jornalístico do grupo, sendo este nosso principal ponto de partida para qualquer conteúdo. Acompanhando as histórias, todos os conteúdos trazem também o contexto no qual as entrevistadas estão inseridas, com informação e apresentação de dados de forma didática e de fácil compreensão — um jornalismo informativo, reflexivo e pautado em uma narração que gera identificação em quem lê. [...] Com cores mais quentes e vibrantes, a nova identidade busca trazer a intensidade e a mistura das periferias do mundo. [...]

Figura 21: Matéria “Nós lança novo posicionamento e jeito de fazer jornalismo”

⁴¹ Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/nos-lanca-novo-posicionamento-e-jeito-de-fazer-jornalismo/>. Acesso em novembro de 2022



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Notícias

A “beirada” enquanto uma inspiração metodológica e epistemológica para o coletivo, se forma pela perspectiva encarnada de gênero e da periferia, e propõe uma tentativa de construção de um espaço seguro entre mulheres (COLLINS, 2019) pela “devolução” de uma politicidade para essas relações geralmente no espaço doméstico e na vizinhança (SEGATO, 2012). No jornalismo, a “beirada” como a tentativa de construção desse espaço seguro, aponta para um gesto de temporalização dos discursos e técnicas. Assim, por exemplo, as perguntas do *lead*, entre “quem? onde? como? quando?” que pressupõem uma universalização e reprodução, exigem um corpo que narra, um território e um tempo que constroem e agenciam essas narrativas.

Com o cuidado de não simplificar processos históricos e identidades complexas, e não universalizar as experiências temporais e territoriais por um discurso facilmente alocável, como desponta tanto a historiografia e a modernização do jornalismo brasileiro, Nós, Mulheres da Periferia aposta no gesto de temporalização dos discursos, técnicas e conceitos. As editoras, portanto, dão a ver as contradições e fissuras do projeto modernizador-colonial e a delimitação hierárquica opressiva que impulsiona o apagamento das diferenças pelo par binário entre a referência e a “outrificação” das identidades, o público e o privado, a família e a comunidade.

Como já pontuamos, essa atitude é perceptível nas distintas experiências das relações estabelecidas nas periferias com a vizinhança, nas diferentes formas de traçar suas vivências de gênero e da negritude, e de seus vínculos com a geração de mulheres predecessoras por um fio ancestral. Todas essas perspectivas são expandidas pelo coletivo, sem que, no entanto, essas singularidades sejam condensadas, ressaltando assim, um projeto de frisar as diferenças em ebulição. Essa lógica se aproxima do que Rita Segato (2012) denomina “desiguais, porém

distintos”, no qual o “outro” com toda a sua estrutura singular, não representa uma ameaça a ser superada. Nesse contexto, o grupo de editoras parece elencar um deslocamento interessante em tentar abarcar a multiplicidade de vivências e perspectivas ao passo que recusam uma identidade homogênea, estanque e sem historicidade para o que é ser mulher da periferia.

Assim, Nós, Mulheres da Periferia tenta desarticular preceitos estigmatizantes compartilhados por valores sociais e culturais nas relações de gênero, raça e território. Desse modo, o que os manifestos e os princípios editoriais do coletivo sinalizam é o gesto de narrar por seus relatos profundamente encarnados como estratégia a favor de um direito ao tempo para identidades comumente obliteradas (JÁCOME, 2020b) pela história moderno-colonial e na tradição jornalística. Logo, a beirada enquanto tentativa de construção de um espaço seguro narrativo nos impõe uma atenção para a estrutura desse jornalismo, especificamente em relação ao espaço para a autodefinição, as mulheres que transitam entre fontes e autoras dos relatos, como categorias e operadores analíticos.

O jornalismo proposto pelas editoras estabelece vínculos e se “territorializa” por suas condições peculiares e singulares de interpretar o espaço e o tempo, por uma costura narrativa múltipla, e não necessariamente linear e sincrônica, como por exemplo, a constituição nuclear das relações familiares se impõe, e a totalização do trabalho na esfera pública, com todos os valores e normas patriarcais-capitalistas (COLLINS, 2019; HOOKS, 2021). Os manifestos, como o espaço para postular as intenções da proposta jornalística de Nós, Mulheres da Periferia evidencia bem essa proposta de multiplicidade do coletivo, na medida em que, cada autora possui uma percepção diferente sobre os significados da periferia geográfica, e simbólica. Ao mesmo tempo, ser mulher, negra e da periferia congrega um senso de comunidade e politicidade à reformulação que o coletivo produz, sobre o que seja ocupar esta identidade, confrontando simultaneamente, a generalização historiográfica e a simplificação de suas narrativas pelo jornalismo moderno-colonial. O gesto assumido pelo grupo aponta para um paradoxo que perpassa os lugares de deliberação e fragmentação no bojo da nação (SEGATO, 2007), ora as editoras assumem a congruência entre a identidade das mulheres negras e das periferias, ora sublinham suas multiplicidades.

Como o projeto do “jornalismo de beirada”, do Nós, Mulheres da Periferia se ancora em outros lugares, interessados em compreender quem são as fontes, como e quando narram, são aspectos que a nosso ver, ampliam o fio narrativo da “beirada” por outros fenômenos. Nesses lugares, o tempo acelerado e cronológico, e as estruturas dominantes de público/privado, por mais que tentem ser o parâmetro, acabam não tendo tanta relevância assim, por motivo de um espaço de negociação ambivalente e limiar, ora as mulheres são autoras, ora são escutadas.

Como afirma Isabelle Chagas (2020) quem costuma produzir a casa são as mulheres, e essa dinâmica nem sempre se finda nos ambientes internos, com suas próprias estruturas e limites, esse modo de relação se espalha do portão para fora, na vizinhança e na “beirada”. Se o “jornalismo de beirada” sugere uma extensão na costura de uma rede em negociação com identidades não cristalizadas, também nos é caro inquirir onde ele se reinventa? Onde reproduz certas técnicas modernas? E como revela atravessamentos na aproximação para outras narrativas?

4. ESPAÇOS SEGUROS: entre os portões e os quintais à construção narrativa na beirada

4.1 Escrevendo os espaços seguros: a política e o cotidiano

O nosso percurso de pesquisa até então ilumina considerações importantes sobre o “jornalismo de beirada”. Em primeiro lugar, este gesto narrativo aponta para os ideais de um discurso moderno-colonial que se espalha no imaginário do país como uma racionalidade e parâmetro em escalas socioculturais, no simbólico com sistemas de poder/saber e especificamente, ao jornalismo. Principalmente nos discursos autorreferentes dessas mídias, compostos nos princípios editoriais, manuais de redação, carta ao leitor, vemos a permanência de uma defesa para a objetividade e imparcialidade. Desse modo, as multiplicidades da “beirada” apontam para as insuficiências desta racionalidade na complexificação de fenômenos sociais e uma prática que não é uníssona, mas composta por experiências narrativas menos ajustadas à uma linearidade. Escolhemos olhar para essa relação da “beirada” a partir das aproximações com debates contemporâneos para gênero, raça e território, tentando percebê-la como uma outra forma narrativa para a construção da história, que está nos portões das casas, na comunidade entre mulheres da periferia, na vizinhança, nas organizações políticas, e também na prática jornalística.

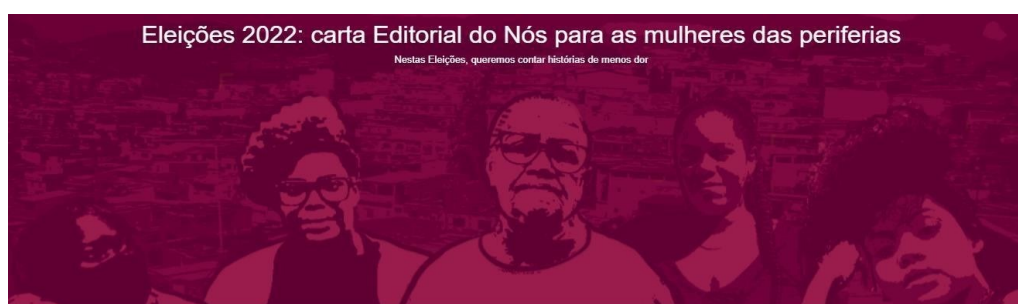
Como apontamos nas discussões anteriores, a tentativa de delimitar o que de fato, seja a “beirada” em sua totalidade é arriscada, pois precisamos lidar com distintos territórios, experiências temporais, de uma prática extensa de posicionamentos diante uma racionalidade que insiste em prevalecer como basilar para sistemas de saber e dominação. Assim, o gesto de referencialidade contraditória dos fenômenos, ao retomarem a racionalidade moderna-colonial dominante que transforma diferenças em desigualdades, sincronicamente, inquirindo tal modelo, provoca fissuras e lacunas. Por isso, assumimos tais lugares ambíguos e tortuosos que habitam a “beirada” como os locais de nossa investigação. Ou seja, menos interessados em definir estritamente o conceito encabeçado pelo coletivo, nos debruçamos diante suas práticas com zonas de disputas e fricção de sua rede textual.

Retomar tais pontos é crucial para que possamos analisar quais são as mediações dessa rede de textualidades que compõem os fios narrativos da “beirada”. Por isso, é importante sinalizarmos que, na construção dessa rede que propomos, há uma compreensão para o texto como um artefato que não é imanentista, mas está vinculado aos processos históricos e com a cultura de uma determinada sociedade ou território. Segundo Leal (2019, p. 25) todos os pontos nodais que compõe a rede textual “dependem da definição signica que desempenham”. Essa

premissa acompanha a nossa proposta analítica, por apresentar uma possibilidade de percepção mais concentrada para quais pontos e textualidades os manifestos de Nós, Mulheres da Periferia chamam para essa disputa narrativa. E para desempenhar uma análise que não nos permite fixarmos no contemporâneo, ou somente em projetos antepassados ao coletivo, mas perceber essas convergências que podem advir de passados, presentes e futuros que não são simultâneos.

Partimos o nosso trajeto, do mais recente manifesto elaborado pelas editoras do Nós, Mulheres da Periferia, uma carta editorial sobre as eleições de 2022, inquirindo quais são os seus direcionamentos para outras materialidades do site, e fora dele. A carta editorial endereçada às leitoras e assinada por todas as jornalistas do coletivo, traz uma interpretação para o que seria o contexto das Eleições de 2022, a partir de um ponto de vista das mulheres da periferia.

Figura 22: Carta editorial das eleições de 2022 do Nós, Mulheres da Periferia



Contaremos histórias de vida, aliadas à
informação, assim como são nossas conversas
de portão ou de quintal

Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Manifesto na Carta Editorial

A carta já nos apresenta o que está para acontecer no momento presente: as eleições presidenciais e do legislativo. Escrever uma carta nos aciona diversas percepções. A primeira delas, é que existe um remetente e um destinatário direcionado ali. As editoras do coletivo indicam suas interlocutoras, para/com as mulheres negras das periferias. Entretanto, há uma passagem dos sentidos para a carta enquanto lugar íntimo e privado, lugar da escrita de segredos, na interlocução com um destinatário específico. Quando aberta, exposta no site e aparente para que qualquer pessoa possa ler e interpretá-la, há um gesto marcadamente político ao lançar suas narrativas ao mundo, em tensionar certos entendimentos convencionais para as instituições políticas modernas e totalizadoras. Desse modo, no contexto contemporâneo dessas eleições, Jair Bolsonaro ainda era o presidente do Brasil, e por isso, também está entre os principais destinatários. Isso fica evidente, quando elas afirmam “Nestas Eleições queremos

contar histórias de menos dor”, reiterando, talvez a principal motivação para a escrita da carta: em apontar um processo de desigualdade que se agrava durante esses últimos quatro anos de governo Bolsonaro.

Elas finalizam o resumo inicial do manifesto, para o que o público encontrará durante a leitura, afirmando: “Contaremos histórias de vida, aliadas à informação, assim como são nossas conversas de portão ou de quintal”. Como já pontuamos, as conversas de portão e no quintal configuram a dinâmica de avizinhar a comunicação e o projeto do coletivo. O portão e o quintal são metáforas mobilizadas pelas editoras, para o encontro entre mulheres e a formação de um espaço entre elas. Os portões das casas são limiares e o lugar de passagem entre o espaço doméstico e o espaço público, na vizinhança, locais de proximidades e afastamentos, para o coletivo são também espaços de criação de elos pela conversa entre mulheres por diferentes configurações, ainda que se dê sob os cotidianos precários e urgentes.

Do portão para os quintais, nos parece o gesto de entrada para as casas, espaço íntimo e acolhedor entre elas. O que as editoras e jornalistas fazem, durante a escrita da carta parece ser a devolução da politicidade para esse vínculo entre as mulheres, ao passo que os entremeios dos portões e quintais são espaços organizados também de deliberação e de informação sobre a vizinhança e os acontecimentos do mundo.

Retomando a editorial das Eleições 2022, é particularmente interessante este manifesto para o gesto de análise que propomos, por indicar um gesto de enredar o tempo, na criação de futuros possíveis para as próximas gerações, como o principal objetivo das editoras. É no espaço presente que elas chamam diferentes experiências herdadas e sucessoras. Há, nessa mobilização, uma expectativa que incide em outros horizontes que sejam também formados por uma comunidade entre mulheres. Isto é percebido, quando as jornalistas se aproximam das leitoras, afirmando “queremos começar uma conversa de amiga”, para introduzirem o tema entre elas, em coletivo. A conversa sobre as eleições parte desse lugar íntimo e afetivo, de proposição política, nos quintais, nos portões, na rede de vizinhas ou na tentativa de proximidade com outras mulheres que tem acesso apenas ao conteúdo do site. Esse chamado se configura enquanto um gesto para o questionamento para as fontes mobilizadas, o tempo e o espaço na composição narrativa: “com quem o coletivo narra, e onde/ em qual espaço?”.

É importante ressaltar o contexto do manifesto na leitura das eleições como um momento de possibilidades para a construção de uma outra narrativa para o futuro mais plural, e uma história ocupada por essas relações entre mulheres negras e das periferias, que elas ensinam conduzir. O futuro, é, por isso, a temporalidade mais elencada pelas editoras, não por

um tempo da aceleração e ruptura na superação dos passados pela historiografia moderna-colonial, mas enquanto um terreno constituído por heranças predecessoras.

Ao mesmo tempo, no manifesto, as editoras retomam o passado, para contextualizar como compreendem a dualidade do que é herdado. Elas partem das últimas eleições de 2018, afirmando como ainda “mais ameaçadora às histórias e memórias e corpos das periferias”, em referência à gestão de Jair Bolsonaro, no qual os discursos estão ancorados por lógicas patriarcais, conservadoras e opressivas, principalmente quando se refere à família nuclear e à religião cristã como princípios e instituições morais. Na prática, esta gestão desamparou diferentes famílias e mulheres negras que perderam seus empregos, ou corriam maior risco durante a pandemia de covid-19. Compreendemos, a partir da pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE⁴² do segundo trimestre de 2021, aponta em seus dados para 8% de queda nos empregos ocupados por mulheres negras. Entre 8,9 milhões de pessoas que perderam os seus cargos, 6,3% milhões são negros. Mas, como é posto pelas editoras, contar histórias de menos dor, e mais plurais, é o esboço deste projeto de futuro que encara o passado também como este lugar de impossibilidades. Elas parecem indicar que um primeiro passo para concretizar um imaginário mais diverso, está nas eleições. Nesse sentido, continuam direcionando o manifesto:

Portanto, nosso conteúdo traz aquelas que são mais atingidas por todas essas ameaças: mulheres que estão vendo os índices de fome e desemprego nas suas próprias casas; mulheres que vivenciam as violências urbanas ou do Estado em seus próprios corpos; mulheres negras, indígenas, LGBTQs, com deficiência, idosas, mães. Mulheres que cuidam, mas que também devem ser cuidadas e ter seus direitos garantidos.

O discurso das editoras revela uma série de imbricamentos sociais e históricos, e todos eles estruturados pelos valores moderno-coloniais. Contudo, o manifesto confere novas ritualizações narrativas para as normativas de gênero, sexualidade e raça, inscritas pela perspectiva das mulheres negras e da periferia. Como nos lembra Rita Segato (2012, p. 12), os rituais modernos por uma posição masculina e patriarcal, constituem uma ordem no qual o gênero mantém-se arraigado por padrões coloniais, ao ser balizado pela norma da família nuclear, o *pater-familiae*, a branquitude e o amor romântico. Essa configuração endossa o

⁴² Disponível em:

<<https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosPopulacaoNegra2021.pdf>> Acesso em novembro de 2022

masculino, atualizado com novos conteúdos e valores morais. O contraponto de Nós, Mulheres da Periferia no manifesto, está na construção de outros caminhos para uma ritualização fundada no imaginário, no qual corpos femininos e negros diversos elencam uma tradição própria, e são o ponto de partida para se conhecer o mundo.

Além disso, a ritualização em relação ao território também é marcada pelas editoras. As periferias são compreendidas como um ponto de vista e de conhecimento: “Sabemos o que falta nas casas e mesas periféricas porque vivemos e crescemos nas periferias.”, há nessa afirmação uma reivindicação para a desigualdade que atinge a população e as famílias que moram nas periferias, além de um aceno à solidariedade com a vizinhança, de quem de certa forma, habita também este cenário. Novamente ressaltamos que essa solidariedade não se constrói de forma pacífica, mas por certas negociações, e um empenho e compromisso entre as mulheres, como coletivo insiste em lembrar.

Nesse lugar ocupado pelas editoras, elas também se inserem e se legitimam enquanto participantes da comunidade jornalística, quando se posicionam no manifesto, contra a violência direcionada aos profissionais da área: “A liberdade de expressão está em ameaça e o Nós, mulheres da periferia jamais compactuou ou virá a compactuar com líderes que incitam a violência contra nossa área de atuação”. Neste ponto, percebemos como as mulheres editoras disputam o território do campo profissional, no qual o jornalista ainda é enveredado por padrões e valores modernos e patriarcais, “bastiões da democracia”, “caçador de furos”, “racional e objetivo”.

Por outro lado, elas também acessam um argumento muito utilizado pelos valores da objetividade, a ideia de que o jornalismo estaria sempre com a sua “liberdade de expressão ameaçada”. É perceptível no discurso, que as editoras estão com outras intenções, direcionadas especificamente para a denúncia de uma forma opressiva pelo governo Bolsonaro à classe jornalística. Porém elas mencionam esse lugar reproduzido incansavelmente pelos discursos modernos autorreferentes, de que o jornalismo deveria sempre mudar para permanecer o mesmo (LEAL, MANNA, JÁCOME, 2017), remetendo também à independência editorial, liberdade de imprensa e autonomia para o campo. A “liberdade de expressão” no discurso moderno é ressemantizada, e aparece sempre em risco para o jornalismo, se não forem impostos alguns procedimentos pela objetividade, como por exemplo, de uma imprensa apartidária e comprometida com a democracia etc. Contudo, estes são discursos contraditórios, se contextualizarmos na história nacional, já que em certos episódios a imprensa contribuiu para o controle e ameaça à essa liberdade de expressão. O jornal Folha de S. Paulo, por exemplo, em

sua história, apresentou certa cumplicidade com o golpe militar de 1964 no Brasil (MACEDO, 2018; MARTINS, 2018).

No texto-manifesto, as editoras parecem trazer a política também para um lugar de proximidade, do cotidiano. As questões sobre o direito à cidadania, ao tempo e à narrativa são encaradas pelas jornalistas como questões cotidianas e políticas, que dizem sobre suas vivências e óticas, para as legibilidades do Estado que decide por suas leis, quem tem acesso à moradia, à alimentação de qualidade, à educação. Parece que há um movimento inverso, que direciona de forma pedagógica, o que de fato, é estar à margem, produzindo discursos a partir deste lugar que por um lado significa precarização e vulnerabilização.

Em resposta a este parâmetro, as editoras se posicionam trazendo a política para as casas, os portões e quintais: “Política é o cotidiano empreendido pelas mulheres negras e periféricas dentro de seus quintais, na luta por saúde, educação ou cultura em seus bairros ou na tarefa diária de sobreviver”. Essa proposta é praticada no site, quando argumentam que a politicidade dessas narrativas vão desde suas histórias singulares, até suas mobilizações em coletivo, quando encabeçam, por exemplo a seção “Nossas Vozes”, direcionada para relatos sensíveis sobre o reconhecimento das potências e histórias que o cabelo crespo carrega⁴³, ou sobre as iniciativas empreendedoras de mulheres das periferias⁴⁴

Desse modo, podemos afirmar um movimento consonante do coletivo com Patricia Hill Collins (2019) que alude sobre a criação de uma autodefinição própria entre as mulheres negras, na qual exprime a consciência sobre as tensões do que a sua imagem pública significa, pois se aproximam por uma demarcação política das relações objetificadas do feminino negro socialmente, e sobre o conhecimento positivo de sua própria imagem pela autoconsciência. Ou seja, por uma narrativa tramada por uma dupla percepção afim de performar outras maneiras de se conhecer a negritude e o feminino, e fortalecer essa percepção para a comunidade de mulheres negras e das periferias.

Em referência às histórias de mulheres negras e das periferias, suas imagens sempre ressaltam de forma positiva no manifesto uma carga política e social que conformam e tramam formações nacionais, no qual elas afirmam, essas trajetórias são “parte importante da memória da nossa sociedade”.

Figura 23: Trecho da Carta editorial das Eleições 2022 “do Nós para as mulheres das periferias”

⁴³ Disponível em: < <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/bbb21-respeita-nosso-cabelo-branco/>>

⁴⁴ Disponível em: < <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/empreendedorismo-exige-trabalho-coletivo/>>

Para isso, é importante construir novas narrativas, mais representativas e plurais, para que possamos contar essas histórias juntas.

Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Manifesto na Carta Editorial

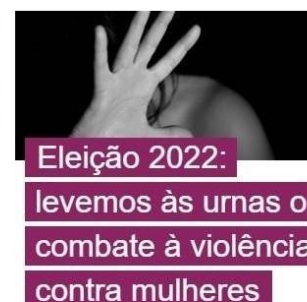
Há nos manifestos e na estrutura do site, uma contradição mais aparente para este projeto jornalístico. Mesmo refutando lugares hegemônicos, e de poderes patriarcais bem estruturados, em certos aspectos, o texto se aproxima das técnicas propagadas pelo jornalismo convencional. Primeiramente, no próprio modelo de “carta editorial” endereçada aos leitores, apresentando as normativas do jornal e uma autorreferenciação, no qual constroem a sua própria imagem. Além disso, no site, elas dividem as editorias entre “Histórias”, “Contexto” e “Análise”, assim como também são separados os assuntos por seções diferentes nos jornais Folha de S. Paulo, Estadão, e nos portais como o G1. Nas editorias de um jornalismo moderno, grande parte dos temas também se relacionam por uma concepção masculinista: “Economia”, “Futebol”, “Ciência”, “Análise” e “Tecnologia”. Já para o coletivo, as editorias, apesar de uma aproximação com certas convenções da profissão, reposicionam o conteúdo: na seção “Histórias”, a proposta é um novo jeito de falar sobre política, a partir das trajetórias das mulheres negras das periferias. Em “Contexto” e “Análise” o cenário político é contextualizado a partir das questões e preocupações do público feminino. Assim, a grande distância entre as técnicas nos parece ser o posicionamento da identidade e corpo nas narrativas, a partir de uma apropriação pelo feminismo negro.

É importante retomar o caminho analítico que estamos percorrendo em nossa investigação, que se distancia de uma comparação na qual tomamos o jornalismo moderno como referência para delimitarmos a diferença de práticas e normativas diante as mídias das periferias. O que propomos é uma tentativa de enxergar neste movimento cambiante e na ambiguidade do “jornalismo de beirada” possibilidades de inscrição de esquemas narrativos mais diversos, com temporalidades e territorialidades heterogêneas, por uma análise que parte de Nós, Mulheres da Periferia e de suas textualidades. Assim, delimitamos como o *corpus* a seguir para os textos indicados ao final da carta editorial das eleições 2022, em “O que ler, ver e ouvir”. As editoras convocam de forma bastante didática e prática, um direcionamento para outras textualidades do site que refletem sobre o cenário eleitoral e a política, como também

nos convocam uma leitura a partir de gênero, raça e território como lentes para analisar essa experiência jornalística.

Figura 24: Rodapé seguido de outras matérias na Carta editorial das Eleições 2022 “do Nós para as mulheres das periferias”





Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Manifesto na Carta Editorial

Além de apontar para a construção de uma normativa da experiência jornalística, Nós, Mulheres da Periferia também atua mobilizando uma rede ampla na “prática” efetiva que ora acionam referências contemporâneas e passados diversos que se encontram na projeção de um futuro no qual o coletivo deseja instaurar. Iremos ao encontro dessas textualidades por uma análise transversal, para a percepção de quais referências e aspectos são mobilizados nas configurações narrativas.

Há um movimento interessante do coletivo em acionar a partir de seu Manifesto sobre as Eleições 2022, a presença de mulheres negras e periféricas como decisivas nos espaços institucionais ou no cotidiano das periferias, como representantes políticas ou como eleitoras. Entretanto, como as editoras endossam, são locais e posicionamentos que envolvem também as violências simbólicas e físicas. Em outras textualidades do site, o coletivo enfatiza como referência tanto o cotidiano das periferias quanto a presença na política institucional, a figura de Marielle Franco. O título “Sementes de Marielle: as mulheres periféricas na política” já nos remete ao afinamento de uma temporalidade entre passado, presente e futuro que conecta suas predecessoras ao futuro enquanto a possibilidade de germinar as sementes que as mulheres estão plantando no espaço contemporâneo. As editoras afirmam no subtítulo “Mulheres periféricas sempre fizeram política em seus territórios e hoje estão alcançando e levando suas causas para a política institucional. Conheça alguma delas!” articulando Marielle Franco como a inspiração para tantas outras mulheres periféricas que vêm ocupando a política institucional, e sobretudo, o cotidiano e o território como lugares políticos. Isto porque Marielle foi mulher negra e da periferia, especificamente do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, tendo como principais pautas construir um cotidiano para as periferias cariocas menos violento, agindo na denúncia às intervenções policiais militares e federais, relatando a falência do projeto e prática das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), e apontando para a o colapso da narrativa de “guerra às drogas” como na verdade, um projeto de intervenção violenta aos territórios das periferias, e principal causa do genocídio da população jovem negra.

Figura 25: Matéria “Sementes de Marielle: as mulheres periféricas na política”



POR JÉSSICA MOREIRA | 11/03/2022



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Notícias

A outra e principal pauta mobilizada pela vereadora, atravessa a sua experiência enquanto mulher negra, mãe, lésbica e o território da periferia, ocupando um cargo no Poder Legislativo. No entanto, esse projeto da quinta vereadora mais votada do Rio de Janeiro foi interrompido precocemente no dia 14 de março de 2018. Marielle foi assassinada junto ao seu motorista Anderson Gomes no bairro Estácio, na Região Central da capital. Na noite em que foi assassinada, voltava de um evento na qual discutia com outras mulheres negras o projeto “Jovens Negras Movendo as Estruturas”. A morte da parlamentar foi muito pautada midiaticamente, e a sua memória continua sendo lembrada em atos e manifestações em diferentes formatos no espaço público: *grafitti*, placas, colagens, passeatas, enredos de escolas de samba, em bandeiras, estátuas; o seu nome também está nas ruas e praças. Desse modo, a história de Marielle detém um significado simbólico, tornando-se narrativa, como pontua Pâmela Guimarães (2021).

Nas textualidades de Nós, Mulheres da Periferia, o coletivo se manifestou e continua a rememorar a trajetória de Marielle Franco. Um dia após o seu assassinato, as editoras lançam uma nota de pesar pedindo por justiça, e por seguinte retomam em outros textos a sua identidade como referência para outras gerações de mulheres. O texto da Nota que se encontra na seção “Notícias” do site, estruturalmente se assemelha à construção noticiosa de um jornalismo institucional e genérico narrando o acontecimento, os detalhes como o dia/horário, onde ela vivia, e quais eram os seus projetos enquanto vereadora.

Figura 26: Matéria Nós, Mulheres da Periferia “Nota de Pesar”



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia, Notícias

Entretanto, Nós, Mulheres da Periferia se manifesta a partir do feminino, dos projetos da vereadora e os sentidos simbólicos de sua identidade de mulher negra e periférica. Assim, elas se posicionam conjuntamente, em tom de denúncia: “A vida de mais uma das nossas, de mais uma mulher negra, foi interrompida” e segue recomendando às leitoras outras mídias também produzidas a partir do contexto periférico para acompanhar o caso, com uma percepção de “dentro”, isto é, em referência à realidade cotidiana e dos territórios da periferia como a proximidade em contraponto às outras mídias e jornalismo institucionais que propagariam um discurso objetificador por percepções externas para o território das periferias e corpos periféricos:

Neste contexto, o Nós incentiva fortemente que nossas leitoras e leitores acompanhem os veículos de comunicação dos territórios periféricos do Rio de Janeiro. Acreditamos que os projetos de comunicação atuantes como o Papo Reto, Voz das Comunidades e o Instituto Raízes em Movimento terão informações com diferentes perspectivas, com um olhar de dentro para fora e com maior possibilidade de perseguir a apuração do caso. Em situações como essas, é fundamental estarmos atentas ao tipo de mídia que lemos e confiamos.

Nesse trecho, a menção de um “olhar de dentro para fora” em relação às mídias das periferias, impõe uma credibilidade para o que é conhecido, e vivido em diferentes cotidianos, serem pontos de referência para se falar sobre a periferia, as identidades e grupos de moradores que residem nestes territórios. Este parece ser um gesto encontrado pelas editoras, como uma possível solução para se evitar a objetificação de um olhar muito externalista imbuído de preconceitos e pouco sensível aos acontecimentos e as versões dos moradores. Assim, quando as mídias coletivas das periferias, compromissadas em ter essa sensibilidade e uma cobrança política para outros significados para a periferia, parecem convocar um “olhar de dentro” como o ponto de saída. As editoras, então, citam alguns dos coletivos que estão em atividade nas periferias do Rio de Janeiro como fontes de acesso sobre o caso, que nos parece, ir além dos boletins policiais.

Figura 27: Trecho da Matéria Nós, Mulheres da Periferia “Nota de Pesar”. Marielle usa uma camiseta escrito “mulheres na política”



O coletivo **Nós, mulheres da periferia** afirma por meio desta nota seu luto e indignação pela execução de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro, mãe, socióloga, nascida no complexo da Maré e ativista. Atingida por quatro tiros na cabeça na última quarta-feira, dia 14 de março, seu assassinato escancara a forma racista, misógina e desumana com que mulheres negras e periféricas são tratadas neste país. O motorista, Anderson Pedro Gomes, também foi baleado e faleceu.

Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Notícias

O coletivo parece então recorrer à uma interpretação do assassinato violento de Marielle, que diz também de uma construção política-ideológica amparada pelo extermínio e encobrimento de corpos negros e femininos⁴⁵, saberes e narrativas que se desdobram ao longo de nossa história nacional moderna-colonial. Nessa história aniquiladora, os espaços seguros são então, projetos necessários para que as mulheres negras e das periferias possam se autodefinir e dialogar em coletivo, em proximidade, interrogando este olhar/mirada objetificadora do sujeito como o “Outro” exótico. São nesses lugares que Patricia Hill Collins (2019) oferece uma interpretação potente e complexa sobre a posição de autodenominação por um afastamento deste olhar colonizador que vulnerabiliza corpos e identidades, como um compromisso consciente consigo e na construção de comunidade. Por uma espécie de ressaltar singularidades como a demanda para irradiar um acordo com/ entre as outras mulheres, de modo que se estabelece um vínculo engajado de solidariedade e referência geracional.

As manifestações cobrando justiça pelo assassinato de Marielle reuniram as mulheres por esse tom de mobilização coletiva e geracional para irem às ruas. A identidade da parlamentar induz a representação por um fio que perdura no tempo e nos corpos: “É impossível não se enxergar em Marielle”, são falas das entrevistadas por Jéssica Moreira. Ela que começa o texto com a história de Renata, mãe que levou a sua filha de cinco anos também para o ato na

⁴⁵Femininos são acionados aqui no sentido direcionado à uma gramática ampla. Entendemos o encobrimento colonial projetado em diferentes identidades que se destoam de seus padrões.

Avenida Paulista, em 14 de abril de 2018, um mês após o assassinato. O coletivo menciona de forma recorrente a referência da maternidade associada ao feminino. Ainda que sob esta lente do cuidado e de uma abordagem cisgênera, compreendemos que o acionamento do feminino pelas editoras não se esgarça aí. É um ponto de partida posicionado sobre a ampla rede de significados para o que significa ser mãe, negra e periférica, mas que convoca outras performances de gênero e sexualidade. Neste mesmo texto, Jéssica conversa com Neon Cunha, mulher trans e moradora de São Bernardo do Campo, que também foi às ruas pedir justiça, e afirmar o sentido político cotidiano e ideológico da trajetória de Marielle Franco. Ela declara a proximidade do ativismo da vereadora com as mulheres e identidades LGBTQIAPN+: “Uma mulher que leva o discurso para a periferia sobre pessoas trans e não-binárias, é impossível não se envolver e não se enxergar. Mais do que na morte, mas na luta e no processo de enfrentamento feito por Marielle”.

Figura 28: Matéria “É impossível não se enxergar em Marielle”, dizem mulheres da periferia, com entrevistadas



POR JÉSSICA MOREIRA | 25/04/2018



Renata Santos e sua filha durante o Ato “Quem Matou Marielle – um mês do luto à luta”/ Jéssica Moreira

“É impossível não se enxergar em Marielle”



Andreia Alves e Neon Cunha e Ato “Quem Matou Marielle – um mês do luto à luta”/ Jéssica Moreira

Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/Notícias

Na continuação do enredo sobre a importância da participação de mulheres negras das periferias na política institucional, e as sementes que o legado de Marielle Franco deixou, o coletivo parece ressaltar que a importância da liderança institucional feminina negra e periférica não se destina apenas ao público de mulheres, mas também avança no sentido de conseguir direitos e acessos às políticas públicas para as periferias, na construção de uma sociedade mais plural como um todo. Retomando aquilo que bell hooks (2019) posiciona sobre a “consciência e o posicionamento de margem”, podemos afirmar que os argumentos das editoras apontam para uma inversão de um sentido, por um movimento que seja “das bordas ao centro” por uma compreensão prática e efetiva, na qual potencializa a percepção para as desigualdades sociais de classe, raça, gênero e território à determinados corpos e identidades. Trata-se de uma prática engajada, na qual as mulheres negras e periféricas estão interessadas enquanto formação para um senso comunitário - como elas já vêm se organizando entre si -, de encontrar uma forma de erradicar a opressão sexista e racista em escalas social e cultural.

O pensamento de beirada, se além à essa negociação e engajamento das relações, de forma historicizante, enquanto avulta as bordas históricas, sociais e geográficas como o ponto inicial para se projetar qualquer esboço de um futuro menos opressor. As narrativas da beirada também estão na organização política, como os movimentos coletivos para se traçarem estratégias práticas na construção de projetos para um outro futuro racializado e generificado que questionam as estruturas opressivas. Assim, é a proposta, por exemplo, do encontro Jornada das Pretas.

Durante o terceiro encontro da Jornada das Pretas, em 2022, a editora do Nós, Beatriz de Oliveira transcreve a fala de Ludmila Teixeira durante o evento⁴⁶:

A gente já está cansada de Genivaldos, de George Floyds, de Chacina do Cabula, de chacinas no Rio de Janeiro, de chacina em toda parte, a gente não aguenta mais. É urgente ter mulheres negras na política para lutar pelas políticas públicas que são caras à nossa população. É por isso que estamos juntas hoje, nesse sábado, para poder nos aquilombar, trocar experiências, juntar forças para que possamos vencer essas necropolíticas. Não vamos aceitar esses espaços em que nos colocaram, nem a senzala, nem o cárcere, nem o cemitério e nem o quatinho de empregada. A gente não vai tolerar mais.

⁴⁶ Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/para-mulheres-negras-participacao-politica-e-cercada-de-violencia/>> Acesso em novembro de 2022

Não por acaso, as referências incluem Genivaldo e George Floyd no plural, e a menção de uma “chacina em toda parte” pois são episódios de violência recorrentes a pessoas negras e periféricas, em sentido transversal em países assombrados pela modernidade-colonial, e os seus resquícios estruturais que se revalidam nas necropolíticas do Estado. No encontro da Jornada das Pretas, mulheres negras se organizam de forma política e coletiva, para traçarem estratégias de ampliar as suas participações em cargos parlamentares, e formas de tentarem conter as violências nestas instituições. Durante a reunião, a jornalista Beatriz de Oliveira apresenta como as mulheres deliberaram sobre a violência política no recorte de gênero e raça nestes espaços institucionais. O coletivo parece lançar luz sobre as estruturas patriarcais e racistas da carreira parlamentar, ou seja, também se configura enquanto um espaço dominante e ao mesmo tempo inseguro e violento para as mulheres negras.

Não obstante, um gesto das editoras para apontar como essa estrutura pode se dar nos ambientes institucionais, como a política, é recuperar por um singelo movimento de retorno ao passado, a Carta aos Brasileiros em defesa do Estado Democrático de Direito, de 1977, apontando a predominância masculina nessa escrita e como é um parâmetro reincidente na carta de 2022, percebendo assim, as mudanças e convergências. Esse gesto, em nossa interpretação, permite que o passado seja aberto, para emergir as estruturas narrativas que o compõem. Beatriz Oliveira também é a autora do texto, e entrevista duas mulheres negras sobre o assunto. Ingrid Farias, articuladora política e cofundadora do Observatório Feminista do Nordeste, afirma que “As cartas, mesmo contando com 45 anos de diferença entre si, ignoram questões fundantes do país, como o racismo”, e Allyne Andrade, advogada e superintendente de Direitos Humanos do Brasil que mantém uma visão próxima: “Mesmo contando com assinaturas de pessoas negras, a Carta aos Brasileiros é, em sua essência, um movimento de homens brancos”. Segundo Allyne Andrade, isso se deve ao fato de que a iniciativa começou pela elite política e jurídica do país.

A intenção da carta está na reunião de assinaturas de parlamentares posicionados contra as ameaças democráticas, e em defesa das instituições políticas. No contexto de 1977, os juristas estavam contra a ditadura militar, e em 2022, os argumentos são retomados para sinalizar a ameaça às instituições e ao estado, sob o governo Bolsonaro. Nós, Mulheres da Periferia, parece não negar a importância do movimento, que preconiza a defesa democrática, mas indagam sobre o conceito para a “democracia” ainda muito universal aplicado no cotidiano de populações periféricas e mulheres negras, quando o “estado de exceção”, que denunciam na Carta, para esses grupos é cotidiano e historicamente reproduzido. Como possibilidade de se construir, de fato um propósito para a democracia em escalas sociais, Allyne Andrade também afirma, na matéria: “Para ser, de fato, um representativo da sociedade brasileira, precisaríamos

ter como protagonistas mulheres e homens negros da periferia, de várias profissões, e isso não faz parte da realidade da carta”.

Figura 29: Matéria “Carta aos Brasileiros de 1977 e de 2022: onde está a questão racial?”



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Notícias

Mas, além de recobrar as omissões para questões de gênero e raça das Cartas aos Brasileiros, as editoras parecem denunciar valores masculinistas e universais que se mantêm nos espaços políticos institucionais, mesmo com a diferença de 45 anos das Cartas, por exemplo. Isto é percebido pela fotografia que utilizam para ilustrar a matéria no site. São maioria e centralizados na fotografia, homens brancos de terno reunidos em cima do palanque da Universidade de Direito da USP, provavelmente lida pelo jurista Goffredo da Silva Telles Junior, entre os outros que também estão reunidos escutando atentos a leitura da carta de 1977.

Diante das estruturas patriarcais e normativas que o coletivo remete pela fotografia e as cartas, as editoras parecem realocar no contemporâneo, uma construção organizada e institucional entre as mulheres negras. É nesse sentido, que indicam a assinatura da carta durante a Jornada das Pretas deste ano. Com o nome “Carta Preta”, as participantes mencionam um projeto coletivo, para que mulheres negras, transsexuais, indígenas e das periferias ocupem cada vez mais cargos políticos. O evento organizado pela Oxfam Brasil, em parceria com o Instituto Alzirias, Instituto Marielle Franco e Mulheres Negras Decidem, é a formação de uma rede coletiva para alinhar estratégias em torno de uma ocupação nos ambientes e cargos políticos institucionais. Novamente, vemos a referência à Marielle Franco para organizações que potencializam e incentivam mulheres negras e periféricas a ocuparem espaços políticos, institucionais de forma mais plural e menos opressiva. Alguns projetos do instituto são: a

pesquisa “Enfrentamento a violência política contra mulheres negras”, e a criação das plataformas “Não seremos interrompidas” e “Antirracistas nas eleições”, além de apoiar também o Jornada das Pretas. Na escrita da Carta Preta durante a jornada, de acordo com Beatriz Oliveira estão as afirmações:

“Uma das principais agendas de luta das mulheres negras é permanecermos vivas! Lutar pela vida, pela democracia, pela inclusão, pela geração de emprego e renda, pelo cuidado com a saúde mental. Pelo direito à vida e a liberdade dos nossos filhos, porque eles e nossos irmãos são perseguidos pelo sistema e pela polícia, e são eles que são sempre o alvo”, afirmaram as mulheres na carta.

Assim, Nós, Mulheres da Periferia ao passo que indicam as instituições repletas de estruturas normativas patriarcais, também devolvem politicidade para a organização de mulheres negras, com suas reuniões, Carta das Pretas que assinam, e os projetos de futuro que delineiam em comunidade.

Figura 30: Matéria “Em carta, mulheres negras reivindicam maior participação política”



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Notícias

4.2 A beirada em outras espacialidades e temporalidades

Decerto, esse modo de organização política não se iniciou durante as eleições de 2022, ela advém de heranças em coletivo entre mulheres negras, como Nós, Mulheres da Periferia pontua. Ela deriva de Zélia Amador, também convidada para participar da Jornada das Pretas. Ainda Beatriz Oliveira escreve um relato em referência à Zélia. Ela é professora emérita da Universidade Federal do Pará e doutora em Ciências Sociais, e uma das fundadoras do Centro de Estudos e Defesa do Negro do Pará, criado em 1980. O ativismo político de mulheres negras do Norte na reivindicação por direitos, acessos e cotidianos menos desiguais, também é atravessada pelas questões territoriais, como indica Zélia: “Nós, mulheres negras da Amazônia, somos aquelas que desde sempre lutamos contra o racismo, mas desde sempre já trazemos nas nossas lutas a questão do racismo ambiental. Aqui nessa região não dá pra gente lutar contra o racismo sem tratar do racismo ambiental”.

A partir de referências geracionais, como Zélia Amador, o coletivo ainda propõe uma reportagem especial voltada para o racismo ambiental que atravessa diferentes territórios, saberes e a ancestralidade. Escrita por Jéssica Moreira, ela conecta uma rede de entrevistadas, de diferentes estados e territórios para explorar o assunto: Sônia Guajajara, da Terra Indígena Arariboia (MA) e atual Ministra dos Povos Indígenas do Brasil; Givânia Silva, do Quilombo Conceição das Crioulas (PE); Tamikuã Txihi, da aldeia Itakupe, no Jaraguá (SP); Marisa Kerethú, da Aldeia Tenondé Porã, em Parelheiros (SP); Eliete Paragassú, do Quilombo Comunidade dos Cavalos, em Salvador (BA); Cristiane Faustino, de Fortaleza (CE); Karina Martins, do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM-SP); Liciane Andrioli, do Movimento pelos Atingidos por Barragens (MAB-SP). Nesse sentido, é interessante como essa rede de mobilização se distancia dos padrões jornalísticos modernos, principalmente na interlocução com as fontes, são diversas mulheres entrevistadas para a reportagem, de diferentes territórios, entre elas indígenas e quilombolas como protagonistas.

Jéssica Moreira também revela o seu único procedimento metodológico viável durante a pandemia: para a produção dessa reportagem, ela precisou se conectar com as mulheres entrevistadas pelo telefone e *WhatsApp*. Como ela afirma, é na dimensão simbólica, o lugar da narrativa, que o seu quintal em Perus se reúne com as casas e territórios das diferentes mulheres. Para que o trajeto da viagem e da narrativa se tornasse mais visível e materializado, a jornalista o ilustra por um mapa. A relação espaço-temporal então é posta: mesmo pela condição da distância geográfica, e o seu corpo que não se desloca até estes lugares, ela consegue viajar e

acessar a história das mulheres e seus aspectos singulares pela urdidura da narrativa, pelas condições peculiares do tempo e o lugar em que se narra, quem narra e como narra.

Figura 31: Reportagem especial “Racismo ambiental na voz de mulheres do Brasil”, mapa da trajetória da jornalista Jéssica Moreira



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Reportagem especial

Jéssica Moreira parte o trajeto de sua viagem percorrendo as lembranças passadas sobre o próprio bairro. Por um ricochete de suas memórias, ela introduz a temática da reportagem, ao retomar o episódio de quando conheceu o racismo ambiental pela primeira vez, pela instalação de um segundo aterro sanitário em seu bairro pelo governo de São Paulo, mas o movimento popular organizado entre os seus vizinhos “Lixão, +1 não” se reuniu em mobilização contra a liminar. Como Jéssica nos aponta, o racismo ambiental parte do cotidiano, em decisões como esta, quando se impõe reforçando a impossibilidade de acessos das populações e territórios periféricos ao saneamento básico, ou as frequentes ameaças de despejo. A partir daí, ela conecta o seu cotidiano às mulheres entrevistadas indígenas e quilombolas quando propõe a historicização e a territorialização do termo no Brasil e suas relações com a raça e a colonialidade: “[...] a questão ambiental é completamente atravessada pelo racismo estrutural, uma vez que esse processo tem início na tomada dos territórios indígenas e a escravização negra”. Assim, nos parece que Jéssica Moreira, consegue acessar temporalmente, um passado social e histórico para a formação nacional/colonial, e como a periferia é afetada pelos

resquícios deste projeto. Além disso, ela estreita como o racismo ambiental é reproduzido no contemporâneo, diretamente conectado com as circunstâncias da pandemia do novo coronavírus: “O problema fica ainda mais evidente quando há um grande número de pessoas infectadas pela Covid-19 em áreas nobres, em comparação a um grande número de óbitos nas regiões periféricas”.

Durante a reportagem, um gesto muito comum na escrita de Jéssica Moreira, é a todo momento, convocar espacialmente o ambiente que se insere em sua casa: “o quintal, a mesa, os muros”, nos aproximando de uma rede de mulheres que estariam conectadas neste espaço íntimo. E é formando este espaço da proximidade e da segurança, que ela conversa com Sônia Guajajara sobre o assunto, introduzindo: “Aqui da nossa mesa, também vamos até o Maranhão, para ouvir de uma das maiores lideranças indígenas mulheres do país, as estratégias de proteção dos povos originários frente a tudo isso”. De Sônia Guajajara, no Maranhão, que se posiciona diante o racismo ambiental especificamente por seus atravessamentos aos territórios indígenas, Jéssica continua a sua trajetória por um movimento errante, agora se aproximando das terras indígenas no Pico do Jaraguá, em São Paulo, onde consegue observar pelo muro de sua casa, na zona noroeste da capital, a terra Tekoa Ytakupe. De lá, ela percorre o município de Salgueiro, próximo à Recife, até o quilombo Conceição das Crioulas criado por mulheres ainda no século XVII, descendo um pouco o território ela chega na Comunidade Quilombola Porto dos Cavalos, na Ilha de Maré em Salvador. Até chegar no bairro Casa Verde, zona norte de São Paulo, e novamente retornar para a sua casa, em Perus. Um primeiro movimento está em ressaltar a singularidade de cada território, e como o racismo ambiental apresenta imbricamentos bastante específicos nestes locais, inclusive desde a sua própria vizinhança.

Traçamos uma análise do texto, percorrendo o gesto de Jéssica, para sinalizarmos como a reportagem se inicia no quintal em Perus, e retorna para lá, com outros significados e sentidos para a narrativa tramada. No caminho, a jornalista mobiliza uma série de referências históricas, temporais, espaciais e entre mulheres. Por mais que geograficamente, elas estejam distantes, Jéssica constrói um afinamento temporal e espacial entre as suas referências, partindo de dentro da sua casa, que se aproxima de um espaço e narrativa de segurança para essas vozes convocadas.

Figura 32: Reportagem especial “Racismo ambiental na voz de mulheres do Brasil”, mulheres indígenas de SP reunidas



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Reportagem especial

É nesse movimento espaço-temporal errático que também engajamos em nossa análise pelas textualidades que partem do Manifesto das Eleições. Retornamos o texto de Beatriz Oliveira, com Zélia Amador. O título é uma afirmação de Zélia durante a Jornada das Pretas “Não podemos traçar nossas lutas sem a ancestralidade”. Há uma valorização nessas aspas selecionadas às mulheres predecessoras e ao corpo ancestral, reconhecendo em suas trajetórias e identidades, a constante ação de grupos coletivos com todas as suas complexidades, que se apresentavam como um problema ao projeto moderno e colonial na formação social de nosso país. Por isso, parece haver entre as editoras, o afinamento da história entre as mulheres, na qual a ancestralidade e estes passados são reabertos, para mobilizar ações no território do “aqui-agora” presente.

Nos parece que o passado, portanto, não aparece para o coletivo enquanto uma temporalidade a ser superada ou esquecida, mas necessária para que as mulheres possam se organizar sistematicamente para imaginarem e inaugurarem os futuros possíveis e comunitários. Na Jornada das Pretas, através das compreensões para a importância da autodefinição como o ponto inicial para um movimento coletivo, nos aproximamos do que bell hooks (2019) apregoa sobre a comunidade, como o lugar possível de arquitetar as mudanças estruturais, pois são nestes espaços em comunhão, que suas reivindicações são postas e escutadas enquanto projeto político. Assim, como apregoa Zélia Amador “levar a ancestralidade para a luta”, é perceber que um corpo não pode ser somente individualizado, pois sempre carrega as referências de suas heranças. Desse modo, a ancestralidade da negritude na qual Amador se refere, se alvitra recuperando predecessores de forma política e como resistência à negação e ao apagamento.

Figura 33: Matéria “Zélia Amador: ‘Não podemos traçar nossas lutas sem a ancestralidade’”



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Notícias

Essa interpretação para a ancestralidade conduz Jéssica Moreira na expansão de uma história construída por mulheres negras, trazendo como referência alguns nomes e lideranças - entre elas, também Zélia Amador - no texto “A Amazônia como centralidade: mulheres na política”. Assim, ela aciona o Quilombo do Mola, no qual Felipa Maria Aranha liderou e o movimento de Cabanagem, no século XIX, a partir de Maria Lira Mulata. A jornalista, então, procura elaborar também uma revisão da historiografia negra, resgatando os passados obliterados de lideranças femininas pouco conhecidas em movimentos políticos em defesa dos territórios. Isto é, parece que para acessar essas histórias, a jornalista precisa de um gesto duplo de escrutínio da historiografia moderna-colonial que além de obliterar a possibilidade de negros e indígenas acessarem suas heranças e ativismos, ainda se agrava no apagamento das lideranças de mulheres negras. Além das opressões étnico-raciais, nas relações de gênero, como pontua Rita Segato (2012), corpos femininos são constantemente delegados à privação, enquanto na esfera pública, o patriarcado ocupa a totalização dos espaços. Nesse sentido, Jéssica Moreira pontua como um gesto de resistência inquirir a história oficial, para lembrar estas mulheres: “Contar estas histórias é honrar as memórias de mulheres negras afroamazônidas que inspiraram o fazer político na região de forma prática e cotidiana”. Além disso, este gesto de Jéssica concebe um olhar para a formação de um presente heterogêneo e não pacificado, com narrativas que disputam suas existências e permanências na história.

Nas disputas simbólicas e de sentidos em narrativas de mulheres negras, a editora aponta como o território atravessa essas identidades na percepção de uma imagem própria. E assim se refere à trajetória da jornalista Flávia Ribeiro, quando se descobre e “torna-se afroamazonida”.

Jéssica Moreira parece ressaltar como as relações de poder com os valores culturais e sociais nas construções de raça, gênero e território são campos de disputa. Isto porque, o imaginário moderno-colonial está empenhado em reforçar um único padrão possível, sufocando identidades que emergem por outras epistemologias e relações de saber e poder. Assim, processos de construção da identidade de mulheres negras envolvem uma complexa habilidade de “entrar em acordo com as contradições” (COLLINS, 2019), sabendo o que as suas realidades representam para si, e tendo consciência das suas imagens objetificadas pelo olho externo colonial. Desse modo, o território permeia essas marcas na identidade, por ser também um espaço de controle, deliberação e disputas. Por isso, para Flávia Ribeiro, viver no território da Amazônia remete a processos históricos de apagamento de sua identidade, pela régua colonial, e também à construção de sua própria autoimagem individual e coletiva. Em certo momento da conversa com Jéssica, ela afirma: “Como a gente não consegue não racializar nenhuma pauta, eu também não consigo não desterritorializar nenhuma pauta”. Ou seja, há uma forte compreensão para corpo e território como pontos emergentes e construções de narrativas e qualquer tipo de contextualização histórica.

Na divisão do território nacional se produziu e continua a ser reproduzido no contemporâneo, uma certa descontextualização na atenção para as particularidades dos locais, para se alcançar o objetivo universalizante. Desse modo, se dissipam as formações de colonialismos internos que definem por uma percepção binária, imbricamentos para processos históricos complexos que se desenrolam no território. Assim, por este imaginário social, os territórios das periferias urbanas, e de estados nacionais, como a Amazônia, são ainda lidos por imagens muito amparadas somente por um espaço estático e limitador de todos os movimentos temporais que se desdobram nestes lugares. Constantemente associados enquanto “não-modernos”, estes territórios teriam o dever na mitológica concepção moderna-colonial, de alcançarem a marca do progresso e da universalização. Enquanto não correspondem a este ideal, a régua moderna-colonial continuaria atuando no apagamento de suas singularidades. Zélia Amador aponta como a Amazônia é vista como um vazio demográfico, pelo processo de centralização do poder nos territórios Sul e Sudeste do país, contudo, ela lembra “há povos de diferentes ancestralidades nesse chão”.

Figura 34: Matéria “‘A Amazônia como centralidade’: mulheres afroamazônidas na política”



POR JÉSSICA MOREIRA | 08/04/2022



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Notícias

Nesse sentido, alguns desafios às mulheres afroamazonidas que ocupam a política institucional são impostos. Como em outras textualidades, o coletivo ressalta o cenário de violência política às mulheres negras e das periferias. Jéssica Moreira conversa com duas candidatas parlamentares, Vivi Reis é deputada federal no Pará, e Michelle Andrews também deputada federal, em Manaus. Mulheres do Norte do país, se afirmam como um corpo político que carregam o conhecimento de seus territórios, e as heranças das predecessoras que despontam da Amazônia. Ainda, posicionam a Amazônia como parte de uma realidade nacional e internacional, participe de um debate global. Percepções modernas também classificam de forma binária a apreensão local, supostamente produtora de especificidades e arcaísmos, em oposição ao global, marca de um discurso amparado no. Entretanto, essas são construções muito estabilizadas do Estado moderno-colonial, para as realidades que são políticas móveis que se atravessam, e são interlocutoras. Na Amazônia, as entrevistadas dizem de um olho colonial e externo, que interpreta o território da região amazônica apenas por sua especificidade enraizada na floresta e na natureza exótica, reproduzindo determinadas percepções regionalistas. Ou seja, certos passados são revistos para a manutenção de mitos fundadores de determinado local, território e identidade.

Ao que se indica quando as mulheres recuperam a percepção colonial da Amazônia pelo Estado, é um esclarecimento do contexto histórico que se inserem, mas que não se finda por delimitações muito rígidas. Elas apontam para o território dinâmico e complexo em que vivem, e o contemporâneo como o espaço para convocar as diferentes temporalidades ora encobertas

no passado, mas que reclamam uma outra interpretação. Por isso, projetos como a presença de mulheres negras e afroamazonidas na política parecem conduzir essas narrativas para uma possibilidade de segurança no espaço presente. Zélia Amador nomeia o projeto de ocupação nas cadeiras parlamentares como “um novo olhar, pedagógico”, se referindo ao que se compreende desde as bases, uma forma de aprendizagem para se erradicar opressões sexistas e raciais.

A narrativa amparada na iminência de corpos e identidades negras, no argumento de Zélia Amador converge com a proposta do coletivo, de aproximar a política - que inicialmente estaria destinada somente aos espaços institucionais - para o cotidiano, compreendendo a partir dessas realidades, a vizinhança e o território como ponto inicial para as decisões institucionais. Nesse sentido, Jéssica Moreira aponta: “Cobrar energia elétrica em sua rua. Reivindicar a creche das crianças. Exigir atendimento ginecológico ou até mesmo narrar a realidade de seu bairro. Tudo isso pode ser encarado como política”. Das beiradas das periferias ao Congresso Nacional, mulheres negras se mobilizam coletivamente, e ao trazerem novos modelos de mandatos, estão carregando a trajetória política das mais velhas, como afirma Jéssica. Do parlamento criado por Tereza de Benguela no Quilombo Quariterê até Leci Brandão, a jornalista traça no contemporâneo, essas vivências muito distintas, mas que se aproximam no ensejo de construir um país mais plural.

4.2.1 A organização entre mulheres negras e das periferias na política institucional

Jéssica explora detidamente a trajetória de Leci Brandão. A compositora, sambista e deputada estadual pelo PCdoB, em São Paulo, escreve suas letras de samba e a sua carreira política, a partir de suas vivências morando na periferia, e de sua identidade mulher negra e lésbica. Mas, construir este espaço seguro de autodefinição fez com que ela fosse vista como “separatista”, e “cantora de protesto”. Contar a história de Leci Brandão, parece convergir com a proposta das editoras de Nós, Mulheres da Periferia ao reafirmar a política que parte do território, das vivências cotidianas, nos portões, quintais e formações coletivas em grupos e reuniões em espaços seguros, e como tais lugares de união entre mulheres negras, representam uma ameaça aos lugares muito consolidados de poder. Isto porque a narrativa de Leci Brandão parece oferecer outros contornos para os espaços parlamentares e ao samba muito normativos (LIMA; AZEVEDO; ALMEIDA; JANAY, 2021). Das composições de um samba “de protesto”

e ativista de Leci Brandão, artistas negras contemporâneas vem deslocando suas narrativas para as relações políticas entre mulheres negras sejam elas individuais e/ou coletivas.

Na remessa de artistas brasileiras compositoras/cantoras, escritoras, produtoras, diretoras, atrizes, que traçam narrativas engajadas por uma outra proposição sobre gênero e raça, reconhecemos uma proximidade da proposta da “beirada” de Nós, Mulheres da Periferia, com o álbum-visual Bom Mesmo é Estar de Baixo D’Água, de 2022, da compositora/cantora Luedji Luna. Ela constrói a sua trajetória artística a partir de Salvador, cidade em que vive, e as disputas de temporalidades, de identidades e grupos soteropolitanos no território. Como marca principal em suas narrativas, está a emergência do Candomblé e de corpos negros que ocupam bairros e ruas da cidade, pontos de referência turísticos como o Pelourinho e o Farol da Barra, disputando e movendo as relações que se constroem neste espaço. Em Bom Mesmo é Estar de baixo D’Água, Luedji Luna se atem sobretudo, às narrativas de mulheres negras, mobilizando e trazendo no fio narrativo, uma rede com referências predecessoras e contemporâneas entre cantoras, escritoras, poetisas, e orixá estão no álbum-visual Conceição Evaristo, Nina Simone, Tatiana Nascimento, Sojourner Truth, bell hooks e Pomba Gira.

Essas temporalidades parecem despontar do corpo de Luedji, que está presente em diferentes cenários pelo vídeo. A narrativa mobiliza a experiência de mulheres negras com o afeto, e o amor enquanto ação e movimento oscilatório como as águas do mar que circunda todo o clipe - que ora representa algo que se traz e se leva - . Luedji Luna então, primeiro, circula próxima do Pelourinho curtindo o Carnaval, no meio dos foliões. Ela que está sozinha durante toda a cena, caminha em direção à uma porta e entra em casa. De frente para o espelho, ela chora. Suas lágrimas parecem dizer de uma vulnerabilidade em dois sentidos: enquanto denúncia da solidão da mulher negra em uma sociedade com valores culturais e sociais patriarcais, coloniais e opressivos, e como potência, chorar também é cura (COLLINS, 2019). Neste momento, o blues *Ain’t Go No* de Nina Simone é acionado na interseção com o poema *A noite não adormece nos olhos das mulheres* de Conceição Evaristo, em homenagem à historiadora e ativista brasileira, Beatriz Nascimento. Compreendemos então, que Luedji Luna desemboca numa narrativa que é configurada por diferentes temporalidades e singularidades para a identidade da mulher negra. Assim, a nosso ver, com essas diferentes gerações de mulheres, gênero e raça são temporalizados e dinamizados diante suas versões distintas sobre o que é ser mulher negra e artista no Brasil ou nos Estados Unidos.

Essa construção narrativa do álbum-visual se desenrola até o final, quando na faixa “Lençóis”, Luedji Luna aparece encarando um espelho, até outras mulheres negras de diferentes idades e gerações comporem o cenário de uma casa antiga, sempre ligadas por uma faixa

vermelha centralizada na mais jovem. O verso cantado é “Eu não me sinto só na imensidão do céu”, enquanto as mulheres contracenam. Ao final, a menina se deita no colo de Luedji. E as outras acompanham com as mãos nos ombros, sentadas na janela desta casa.

Figura 35: Frames de Luedji Luna e do álbum-visual “Bom mesmo é estar debaixo d’água”



Fonte: Reprodução/YouTube

O clipe ao transitar da autodefinição até a comunidade entre mulheres negras afirma uma rede política movida por afetos, por relações em espaços privados, e sobretudo públicos, de um território formado pelas contradições do que seja a identidade da mulher negra ocupando

a história e a temporalidade de um regime histórico moderno-colonial. Luedji Luna constrói essa experiência que é múltipla, lançando luz sobre narrativas de mulheres predecessoras que são herdadas, e no contemporâneo o lugar que elas ressurgem se transformando por uma consciência histórica que indica o passado não superado. Nos parece que essa relação temporal não-linear, de cruzamento, é convocada no álbum-visual, entre as mulheres de diferentes gerações, na qual a menina jovem indica um apontamento para o futuro. O presente é a construção coletiva, o cuidado, a solidariedade, direcionado como um projeto político entre mulheres negras, de ocuparem o direito ao espaço e ao tempo. Luedji dispõe em imagens, o que Nós, Mulheres da Periferia descreve em seus manifestos, ao fazer da formação política entre mulheres negras uma forma geracional.

A narrativa da beirada também parece se aproximar do clipe *Elza*, do coletivo Rimas&Melodias. De acordo com a dissertação de Francielle Souza, (2021) o videoclipe consiste na soma de visões singulares da cantora em torno de um fio em comum, a partir de Elza Soares. Apesar de ser um movimento em coletivo, como aponta Souza (2021, p. 95), não é apaziguador das diferenças que as somam para recuperarem a trajetória da cantora carioca, mas dialoga com o “eu” e o “nós”, da identidade da mulher negra, que apesar de transitar por fios comuns, não solapa as alteridades. Essa, entretanto, é uma proposta que se amplia entre artistas negras da cena musical, como por exemplo, o coletivo *Fenda* (AMARO, 2021), de Belo Horizonte; ou o projeto *Psicopretas*, criada por Sistah Chilli, na união de diferentes *rappers* a partir de uma reivindicação na cena do rap e hip-hop, para a presença para o feminino tanto cis quanto trans, que se posicionam contra o racismo e as violências de gênero. Em certo momento do clipe “Psicopretas vol. 2”, elas afirmam: “afroempreendedoras, donas do próprio negócio, auto-estima, autoamor, hoje se tornaram sócios”.

Figura 36: Frame clipe Psicopretas vol. 2



Fonte: Reprodução/YouTube

Ao passo que compreendemos que o coletivo Nós, Mulheres da Periferia se aproximam dessas outras narrativas da beirada, que transitam entre a autorreferência e a comunidade, a partir das experiências singulares de mulheres negras, também se distancia da concepção moderna-colonial e patriarcal, e também dos discursos autorreferentes do jornalismo moderno-colonial. Enquanto os discursos autorreferentes apregoam a objetividade, imparcialidade, e uma série de exclusões de corpos e experiências que se divergem de suas normativas e instituição, o clipe e o coletivo apontam para o espaço do cotidiano, dos corpos e identidades de mulheres negras enquanto organizações políticas, por mais que não sejam necessariamente em espaços destinados à estas relações.

Retomando o texto de Jéssica Moreira, sobre o mandato de Leci Brandão, o passado é acionado a partir do posicionamento da deputada e sambista: “ela reconhece que outras mulheres foram pavimentando os caminhos da política”. Nesse sentido, para recuperar este fio ancestral referenciado pela parlamentar e sambista, Jéssica tece uma narrativa que se direciona recuperando a história de duas mulheres negras, a fim de visibilizar essas heranças na política institucional, por diferentes perspectivas: Almerinda Farias Gama, integrante e pioneira do movimento sufragista no Brasil, e a única representante feminina durante a Assembleia Nacional Constituinte em 1933 (TENÓRIO, 2021), e Antonieta Barros, a primeira deputada estadual do país, em 1934. Na foto de sua posse, ela é a única mulher e negra entre os dezenove deputados. Além de se referir também ao longo do texto às professoras, políticas e ativistas Lélia Gonzalez, Jurema Werneck, Sueli Carneiro e Benedita da Silva.

Figura 37: Imagem de Antonieta de Barros ao lado de deputados no dia da posse/ Matéria “Lecis, Marielles, Beneditas: por mais mulheres negras na política”



Antonieta Barros ao lado de outros deputados no dia de posse.
Crédito: Reprodução

Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Notícias

Figura 38: Antonieta de Barros durante a Constituinte de 1987/Matéria “Lecis, Marielles, Beneditas: por mais mulheres negras na política”



Da esquerda para a direita: Edmilson Valentim, Carlos Alberto Caó, Benedita da Silva e Paulo Paim.
Crédito: Senado Federal

Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Notícias

Jéssica Moreira também resgata o ativismo de mulheres durante as décadas de 1970 e 1980 no Brasil, entre os bailes, blocos de carnavais, sambas e a escrita, estava também a imprensa feminista negra. O Nzinga Informativo, citado durante o texto, foi um jornal fundado em 1985 pelo Coletivo de Mulheres Negras. Uma das lideranças era Lélia Gonzalez. O título do periódico resgata um passado de ativismos de mulheres, em homenagem à rainha africana Nzinga que lutou contra o colonialismo português na Angola (FREITAS, 2018). O jornal e coletivo se aproxima de Nós, Mulheres da Periferia a partir da história e vivência das mulheres negras como uma perspectiva organizacional e política. Ou seja, a intenção é ampliar socialmente pautas que se iniciam na formação de redes de solidariedade política entre mulheres negras e das periferias. Nzinga Informativo também é uma mídia da periferia, mais especificamente, sediado na Associação Morro dos Cabritos, no Rio de Janeiro. Para além da prática no cenário nacional, as integrantes do coletivo participaram do I Encontro de Mulheres Negras, da I Conferencia de la Mujer de las Américas, na Costa Rica, e do African American Women's Political Caucus, em Baltimore-Maryland. (RIOS, FREITAS, 2018, p. 34). Em seu primeiro editorial, as fundadoras constroem as principais normativas e pautas: a erradicação do racismo e do sexismo, na articulação com o movimento de mulheres e o movimento negro.

Embora os projetos dos dois coletivos se aproximem, há uma diferença importante em seus manifestos enquanto formação coletiva para se construir um espaço político em

comunidade de mulheres negras. Nzinga Informativo estabelece uma tentativa de recuperação histórica e cultural da identidade de mulheres negras na sociedade brasileira, desde a sua relação com o período colonial e com o continente africano. Já em Nós, Mulheres da Periferia, o território das periferias é a marca de seu intento, que também o conduz temporalmente.

Portanto, em Nós, Mulheres da Periferia, além da historicização da identidade cultural da mulher negra, a periferia atravessa essa experiência e se constitui enquanto parte desta identidade. Assim, no coletivo, o território pela ótica do Estado-nação, conhecido apenas por demarcações e limites geográficos, é apreendido por identidades que disputam, e modificam essas delimitações muito fixas. Ou seja, o coletivo faz do contemporâneo um espaço de mobilização que descortina uma interpretação para o território e a temporalidade que ancora distintas gerações de mulheres, e os legados deixados que incidem no presente e reverberam em futuros possíveis, mais plurais.

Figura 39: Jornal Nzinga Informativo, a fotografia e o manifesto das editoras



em vítimas da exploração racial, além da exploração de classe.

Enquanto Grupo de Mulheres Negras, nós do NZINGA entendemos a necessidade da nossa articulação com o Movimento de Mulheres e com o Movimento Negro, na medida em que os debates, as reflexões e o embasamento que norteiam nossa atuação devem estar centrados em dois eixos: o primeiro – a questão do Gênero: SOMOS MULHERES – e como tal submetidas à discriminação sexual por que passam todas as mulheres, independente de raça etnia, classe social ou credo religioso. O segundo – a questão da Etnia: SOMOS NEGRAS – e o que nos diferencia das demais mulheres não é só a cor da pele mas a IDENTIDADE CULTURAL. É para resgatar esta identidade de MULHER NEGRA, que precisamos nos organizar a parte sim. Aprofundar as questões específicas, perceber onde, como e quando somos oprimidas e partindo deste específico participarmos mais fortalecidas da luta geral.

O que está em discussão na realidade é o espaço em que cada um deseja atuar. E nós do NZINGA, optamos por trabalhar com as questões da Mulher Negra. E é por acreditar nisto que estamos participando efetivamente da organização do I ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS, idéia lançada por um grupo de mulheres negras presentes ao IX Encontro Nacional Feminista, na cidade de Garanhuns (PE), em setembro de 1987. Entre os objetivos do Encontro está "... a elaboração de propostas políticas que façam avançar a organização das mulheres negras, colocando para o mundo a existência do Movimento de Mulheres Negras no Brasil de forma unitária e diferentes vertentes políticas".

E ainda, por acreditar nisto é que nós estaremos no dia 2 de dezembro no Encontro Nacional.

Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro/ Exemplar 04: Julho/ Agosto 1988

Nesse sentido, Nós, Mulheres da Periferia convoca essa temporalidade para uma sucessão que vem da construção coletiva entre as mulheres negras, a partir do território das periferias. Para a nossa investigação, pontuar essa diferença é importante por compreendermos que os sentidos simbólicos para o território, que é encarado por uma outra temporalidade que não significa necessariamente uma linearidade e aceleração do progresso, e por um outro espaço mais movedição entre as fronteiras dos papéis sociais de gênero e raça. Por esse adendo, Jéssica Moreira pontua “Há um movimento de mulheres negras no passado que abriu caminhos para que as mais jovens continuassem reivindicando e ocupando os espaços de poder de maneira propositiva”⁴⁷. É o caso das mulheres negras e das periferias na política, no jornalismo, em

⁴⁷ Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/a-amazonia-como-centralidade-mulheres-afroamazonidas-na-politica/>> Acesso dezembro 2022

coletivos de comunicação, e no cenário artístico e audiovisual, que buscam atualizar um perene gesto de negociação e disputas para construírem suas próprias narrativas.

Entretanto, ainda vemos como locais muito segmentados e institucionalizados durante as camadas de uma história moderna de nosso país, são em maioria direcionados e formados por um público específico de identidade masculinista, heterossexual e branco, e também por isso, reprodutores de desigualdades. Como já pontuamos, o jornalismo institucional também se versa por este padrão, ao reiterar e compartilhar de sistemas de valores sociais, históricos e culturais da própria profissão. No contexto de um modelo da imprensa, a pesquisa Perfil Racial da Imprensa brasileira⁴⁸, de 2021, aponta para 61,8% das pessoas brancas que ainda ocupam funções de coordenação e de gerência, e com melhores oportunidades para ascensão em suas carreiras nas redações. Além disso, em relação ao gênero, 52,3% das mulheres negras jornalistas já disseram terem sofrido racismo e misoginia no trabalho. Entretanto, este também não é um espaço uníssono, no contemporâneo são diferentes identidades que também disputam os territórios do jornalismo sejam com os seus projetos coletivos, como dentro dessas instituições. O manifesto da jornalista Yasmin Santos, na edição 157 em 2019, na revista Piauí, indica esses momentos de ruptura com a narrativa conformadora de uma história linear e excludente no jornalismo - que embebe da formação social dominante brasileira.

Ela parte de sua profissão e de seu local de trabalho, para alavancar uma questão estrutural e política por trás dos discursos autorreferentes e objetivantes da experiência jornalística: as opressões raciais e sexistas nos ambientes de produção de conhecimento, na própria escrita e linguagem. Na prática profissional, os valores dominantes se fundam - ainda que de forma singular em cada rotina, principalmente nas grandes corporações, em cargos de liderança - na medida em que as idealizações do jornalismo pela racionalidade moderna-colonial são cada vez mais emergentes pelas rupturas de uma aceleração do tempo, na universalidade e a imparcialidade - de modo que são maneiras de eximir as complexidades sociais e assim, reproduzir desigualdades de gênero, étnico-raciais e geográficas (MORAES; VEIGA DA SILVA, 2019). Em sincronia, no texto, Yasmin contrapõe essa delimitação de uma fronteira excludente, em prol de iniciativas mais plurais para as identidades, e experiências jornalísticas a partir de mulheres, pessoas trans, negras e indígenas: "Não é exagero afirmar que, em pouco tempo, o jornalismo dependerá da diversidade para se manter sustentável. Faço parte de uma geração altamente politizada e que anseia por representatividade".

⁴⁸ Disponível em: <<http://www.jornalistasecia.com.br/files/perfilracialdaimpensabrasileira.pdf>> Acesso em dezembro de 2022

Figura 40: Matéria Letra Preta de Yasmin Santos



Fonte: Revista Piauí, edição 157, Outubro 2019 (online)

Este parece ser um gesto contemporâneo da revista Piauí, em condicionar espaços mais plurais para que narrativas de grupos e identidades com outras leituras para gênero e raça se sobressaíam. Nas textualidades, da revista também está o relato “Um pé na cozinha e outro na pós”⁴⁹, de Gizele Torres, sobre os significados políticos de ser uma mulher negra que ocupa a universidade cursando o mestrado na Pós-graduação em Comunicação Social. A sua narrativa aponta para uma tentativa de tensionar essa prevalência desigual no espaço do curso superior, no qual é majoritariamente ocupado por homens. O relato de Gizele se aproxima das carreiras na pós-graduação das editoras do Nós, Mulheres das Periferias, que também ocuparam o ambiente acadêmico.

Como já pontuamos, é pela totalização da esfera pública na prática, e do modelo dominante da família nuclear-patriarcal, que agrega em si, aspectos simbólicos nos discursos e valores forjados na epistemologia moderna-colonial, que corpos e saberes são privados de suas autorias, e de suas singularidades culturais a ocuparem os espaços institucionais, como afere Rita Segato (2012). Sustentados pela colonialidade do ser, o sistema de conhecimento opera erguendo fronteiras diante a alteridade, a diferença e as complexidades históricas de sujeitas/os

⁴⁹ Disponível em: < <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/um-pe-na-cozinha-e-outro-na-pos/> >

e suas narrativas. No jornalismo, este controle perpassa um imaginário no qual mobiliza um discurso dissipado na escrita, nas imagens e métodos. Entretanto, o relato de Yasmin Santos parece reivindicar um direito à emergência de sua própria narrativa, e de grupos sociais também obliterados pelo lastro colonial pelas relações desiguais de gênero e raciais não somente na experiência jornalística, mas também entre as instituições, nos espaços públicos e privados. São as redes e espaços seguros, territórios que resgatam este lugar comunitário e autoral articulado nas referências predecessoras e sucessoras. No caso do texto de Yasmin, o que se impõe é por mais que a moderna-tradição do jornalismo e seus aspectos coloniais sejam remanescentes nos discursos, princípios editoriais e na predominância desses valores como uma indicação para os profissionais, há um conjunto de sujeitas/os disputando tais espaços e modos de compreensão de como praticá-lo.

Já reiteramos que esse também é o intuito de Nós, Mulheres da Periferia, de entrar em acordo com as contradições e as complexidades das/os sujeitas/os, para o que significa se localizar e partir das negociações nas beiradas geográficas e narrativas. Nesse impulso de construção de redes e referências, os manifestos das Eleições de 2022 continuam sendo lugares fortuitos para observarmos novos projetos que despontam para as definições da nação, e para que percebamos as normativas dos discursos autorreferentes do coletivo em prática, com a mobilização das editoras, que disputam e iluminam os paradoxos dos territórios sociais e do jornalismo. Para o coletivo, as eleições marcam uma revisão histórica, no qual o passado nacional é dilatado em dois movimentos: para conhecerem as heranças antepassadas e como afetam o presente, e a partir dessa revisão, elaborar um projeto de futuro. Neste momento, em que percebemos um ensejo para o futuro como o terreno prático do coletivo para a emergência de suas narrativas, o cenário das eleições, parece ser o passo inicial e “pragmático” da construção teórica que mobiliza.

Na política institucional, a jornalista Beatriz de Oliveira declara, por uma breve e curta recuperação histórica, mas que define o projeto nacional e institucional do país para as delimitações binárias e hierárquicas da esfera pública: “Um homem branco, velho e de terno. É essa a imagem que costuma nos vir à cabeça quando ouvimos a palavra política. Não é por acaso. A estrutura política foi criada por e para um pequeno grupo”. O texto publicado em 27 de setembro, próximo das eleições de 2022, tem como título “Mulheres negras na política representam possibilidade de futuro”⁵⁰. A estrutura do texto se aproxima das técnicas um jornalismo convencional, assim como todos os escritos analisados até aqui, o título seguido pelo

⁵⁰ Disponível em: <<https://nosmulheresdaperiferia.com.br/mulheres-negras-na-politica-representam-possibilidade-de-futuro/>> Acesso em dezembro de 2022

subtítulo, ou no jargão utilizado pela comunidade profissional, o “bigode” - interessante notar como essa estrutura da reportagem acompanha uma caricatura também masculina -. Nesse texto o subtítulo é: “Especialistas comentam dificuldades de mulheres negras se elegerem e permanecerem em cargos políticos e como, apesar disso, têm apresentado propostas significativas para o país”. Para justificar esta informação, Beatriz recorre ao levantamento pelo Instituto Ipsos, de 2017, no qual apenas 2% dos cargos de senadores e deputados no Congresso Nacional são mulheres negras, enquanto elas representam 28% da população. A jornalista, ao usar estrategicamente os dados, já descortina os sintomas de uma prevalência misógina e racista no espaço e tempo do Estado-nação moderno, que exclui mulheres negras dos espaços centralizados e institucionais de poder e saber, estruturado desde o projeto metodológico colonial e recorrente no presente.

4.2.2 As narrativas da beirada no espaço político institucional

A tona do argumento de Beatriz Oliveira sobre a exclusão de mulheres negras de cargos parlamentares, está na convocação de suas “fontes”. Roberta Eugênio, codiretora do Instituto Alziras, Hélio Santos, presidente do Instituto Brasileiro da Diversidade, a psicóloga e ativista Cida Bento, a educadora Anielle Franco e Mariane dos Santos integrante do movimento Mulheres Negras Decidem, pois reforçam esta desigualdade e apagamento calcados pela histórica moderno-colonial, e por outro lado como eleger mulheres negras impele uma disputa de espaços muito consolidados por uma estrutura hierárquica e desproporcional de gênero e raça. Novamente, aqui, Marielle Franco é ancorada como um direcionamento para outras trajetórias de mulheres negras que são contemporâneas à ela, mas também que permite abrir as temporalidades de suas predecessoras.

Uma das referências que despontam de Marielle é a ex-vereadora e deputada federal mais votada em Minas Gerais, Áurea Carolina. Ela, contemporânea de Marielle, foi eleita em 2016 como a vereadora mais votada em Belo Horizonte pelo PSOL. Áurea, e as vereadoras Cida Falabella e Bella Gonçalves fundaram e lideram o projeto Gabinetona⁵¹, em prol de ampliar campanhas coletivas de candidaturas e mandatos de mulheres negras, periféricas, indígenas, e pessoas LGBTQIAPN+, e em diálogo com movimentos sociais e ativistas. Em 2018, Áurea Carolina é eleita deputada federal. Assim, a experiência de Áurea é atravessada

⁵¹ Disponível em: <<https://gabinetona.org/site/>> Acesso em dezembro 2022

historicamente pela vitória de Marielle Franco para a vereança do Rio de Janeiro também pelo PSOL, e por sua trajetória na construção de um projeto plural, com diferenças, singularidades e inclusão coletiva. De saída, o gesto do Nós, Mulheres da Periferia, ao se referir à Marielle como semente, desvela um entrelaçamento de temporalidades e espacialidades de mulheres negras e das periferias, que se ancoram em projetos comunitários e institucionais que advém de uma tradição do movimento negro e das periferias.

Desse modo, emerge no texto de Beatriz Oliveira, um conteúdo que reforça a verve do projeto do “jornalismo de beirada” praticado pelo coletivo, nas disputas e negociações nos territórios, na tentativa de construção de espaços seguros, e de afirmar a politicidade nas relações entre mulheres negras e das periferias. Além disso, como já pontuamos, a referência é que esta formação coletiva não se concentra apenas no jornalismo, mas está na política, no audiovisual, nas universidades, na comunidade, nos movimentos sindicais e ativistas na sociedade e território nacional, e se firmando enquanto proposta política de um projeto historiográfico.

Tanto é verdade que Nós, Mulheres da Periferia aponta em um dos relatos a eleição como o “início” deste intento, com uma lista de “Candidatas negras para ficar de olho nas eleições de 2022”. Neste texto, assinado pela “Redação”, ou seja, todas as editoras do coletivo, o passado, presente e futuro são chamados novamente ao espaço presente, por uma leitura pedagógica. Há uma corporificação da temporalidade e narrativa que ensejam fundar quando são apresentadas as candidatas negras e algumas de suas propostas para a política. Este gesto, se distancia da perspectiva da objetividade, como a conhecemos nos discursos autorreferentes do jornalismo moderno, que impõe uma percepção universal do tempo e espaço. Assim, se tratando de um jornal convencional, encontraríamos um posicionamento menos propositivo e didático, e também menos direcionado e influente sobre as candidaturas de mulheres negras. Isto porque, nas bases influentes do jornalismo pela modernidade-colonialidade, a condição para a produção noticiosa se ampara na negação e no distanciamento de tomadas de posições como método noticioso, ainda que na prática, apagar as marcas das intervenções a construção narrativa do autor, leitor, do próprio jornal, do tempo e condições históricas seja uma impossibilidade na prática.



POR REDAÇÃO | 08/09/2022



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Notícias

O propósito do texto está em apontar como esse projeto de incentivo às mulheres negras ocuparem cadeiras na política institucional é mobilizado também em diferentes espaços e organizações, nesse caso elas apontam a interseção do Instituto Marielle Franco e o movimento Mulheres Negras Decidem com o projeto “Estamos Prontas”, apoiando a candidatura de 27 mulheres negras. Fabiana Pinto, coordenadora do projeto Instituto Marielle Franco participa como entrevistada, e ressalta como essas lideranças são importantes na interseção de um movimento de suas vivências em seus próprios territórios. Essa parece ser também para o coletivo, uma articulação positiva, ao apontar como as narrativas do cotidiano e a presença das demandas da população dos bairros periféricos são cruzamentos importantes para aprofundar pautas coletivas mais plurais e direcionadas. É um projeto de destacar as singularidades de cada território e de “avizinhar” esses lugares ainda segmentados por um público específico e valores patriarcais.

Contudo, há um duplo jogo temporal que tece a narrativa, tanto no gesto da entrevistada, Fabiana Pinto, quanto pelo coletivo, em apontar um itinerário guiado pelas mulheres negras e das periferias, ao passo que se aprofunda sobre como a dominação e opressões pela racionalidade moderna-colonial ainda guiam a sociedade nacional. Assim, por mais que as candidaturas de mulheres negras sejam o início de novas formas de se construir imaginários para o futuro, existe também no presente, o lugar de violência política que contorna essas posições de liderança, pelos valores binários, opressões sexistas, de gênero e raciais. Nós, Mulheres da Periferia sublinha como a construção em coletivo de espaços seguros pelas bordas

de uma história guiada pelas metodologias do progresso e colonialismos internos, amparam e dão condições de permanência e disputas de espaço nas fronteiras institucionais.

Vemos em seguida no texto, esse projeto coletivo materializado por algumas candidatas do projeto “Estamos Prontas”, com proposições políticas diferentes e singulares, sendo particularmente interessante como o território atravessa todas as candidaturas de alguma forma, com suas singularidades e multiplicidades. Débora Marcolino é assentada da reforma agrária, estudante de Agroecologia e militante do MST em Alagoas; Elaine Cristina é articuladora do coletivo Mães Independentes e constrói a Marcha da Maconha de Recife, além de morar na comunidade Roda do Fogo; Maria Rosalina Santos é quilombola, e vive no Quilombo Tapuio em Queimada Nova, no Piauí, hoje é Coordenadora executiva da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas do Brasil (CONAQ). Maria Rosalina Santos define o território quilombola para além da compreensão pelas demarcações geográficas e políticas, também é um lugar de produção de conhecimento, carregado de tradição e saberes próprios.

É interessante como no momento que terminamos de ler o texto, com as aspas finais de Maria Rosalina Santos sobre os significados e sentidos para as experiências territoriais, nos recordamos do Manifesto de abertura do site, pelo Nós, Mulheres da Periferia. As editoras compreendem a periferia pelos sentidos de apropriação e ocupação por identidades e grupos sociais, que transformam, movem, tornando os processos históricos e sociais muito singulares, em cada território, bairro e comunidade. Nesse sentido, as candidatas parecem propor esse mesmo movimento, quando suas identidades se apropriam e ocupam projetos que ensejam experiências territoriais mais diversas e, portanto, singulares, como o “Estamos Prontas”.

Diante da candidatura de mulheres negras e periféricas durante as eleições de 2022, Nós, Mulheres da Periferia também propõe uma escrita dos manifestos direcionado às leitoras. Isto porque, a partir das mulheres eleitoras, o coletivo também aponta para um projeto político para o futuro. Elas escrevem sobre as mulheres jovens que votam pela primeira vez em 2022. As relações com as questões de gênero, raça e território estão imbricadas nas escolhas das fontes, como também a tentativa das editoras do coletivo em compreender quais as perspectivas das eleitoras, e as suas demandas e expectativas com as eleições. Isto é, há uma dinâmica temporal neste gesto do coletivo em traçar uma relação de proximidade afinada entre presente e o futuro, no qual o que se sucede está encarnado no espaço do aqui-agora, e não na aceleração e ruptura pelo progresso que se sobrepõe ao que se define como ultrapassado pela régua moderna.

A participação de jovens entre 16 e 17 anos aumentou em 52% entre as eleições de 2018 e 2022, e o público feminino foi protagonista nesta porcentagem, com 489 mil eleitoras, de

acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)⁵². O texto de Beatriz de Oliveira aponta como as eleitoras têm projetado os seus anseios na política institucional, mas também em projetos próprios e coletivos. É o caso de Maria Clara Tumbalalá, indígena do povo Tumbalalá da cidade de Abaré, localizada ao norte da Bahia, e estudante de Direito na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), que assina um manifesto junto a outras jovens reivindicando educação pública plural ao próximo governo. Maria Clara também espera que as cadeiras na política sejam ocupadas por lideranças indígenas, pois de acordo com ela, são essas representações que compreendem “de dentro” as demandas de seu território, já que, a política é socialmente um lugar majoritariamente determinado por relações patriarcais e coloniais, com um olhar externo e objetificador para grupos e identidades das “bordas”.

Figura 42: Matéria “Eleições 2022: estudante indígena reivindica educação pública plural”



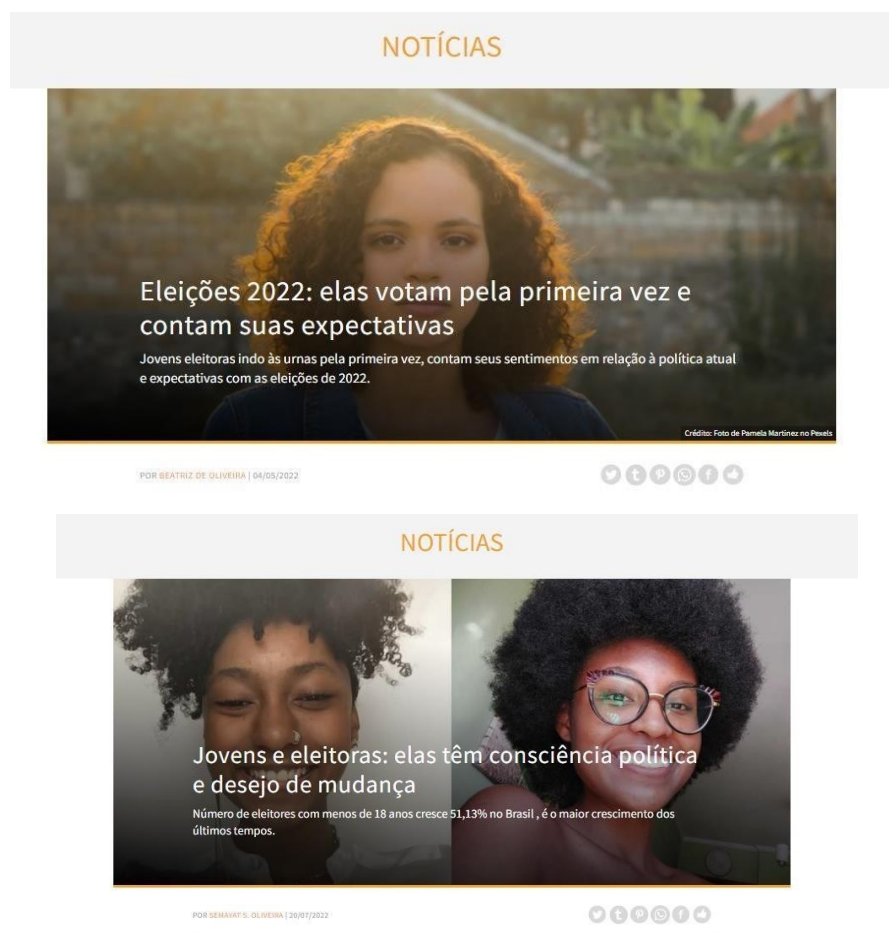
Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Notícias

Este manifesto “Meninas Decidem” é crítico diante o território e a história moderno-colonial, enquanto uma episteme que se sobrepõe e apaga outros saberes e linguagens. Nesse sentido, Maria Clara recobre o direito de povos indígenas em frequentarem uma escola que preserve suas línguas e saberes. Novamente há uma convocação temporal, quando ela lembra que os jovens são o futuro, e por isso, precisam de condições e apoio social para construírem

⁵² Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Dezembro/participacao-de-jovens-de-16-e-17-anos-nas-eleicoes-cresceu-52-entre-2018-e-2022>> Acesso em dezembro de 2022

espaços coletivos para a mobilização de seus projetos no presente. É nesse sentido que Beatriz de Oliveira oferece uma exploração sobre o engajamento da população jovem não só na política institucional, como em diferentes projetos coletivos. Ela escuta Raquel Franzim, diretora de Educação do Instituto Alana, sobre as diversas maneiras que os jovens estão atuando em ações políticas coletivas, com projetos culturais, na educação, em seus próprios territórios. Lívia Maria Silva mora em Capanema, no Pará e criou o projeto Levanta Jovem, para incentivar um protagonismo de jovens na região Norte; por outro movimento, Ana Carolina de Laria, moradora da vila de Heliópolis, em São Paulo, tirou o seu título de eleitora por um mutirão realizado pelo projeto coletivo Observatório de Olho na Quebrada. O coletivo é um projeto de comunicação sobre o bairro Heliópolis, com a cobertura sobre os movimentos culturais e políticos dos moradores.

Figura 43: Matérias “Eleições 2022: elas votam pela primeira vez e contam suas expectativas/ Jovens e eleitoras: elas têm consciência política e desejo de mudança



Fonte: Site Nós, Mulheres da Periferia/ Notícias

Por um lado, as matérias sobre os jovens eleitores nas eleições de 2022, se aproximam de um jornalismo convencional, principalmente durante a construção do *lead*, contudo, vemos que a corporificação de “quem narra” atravessa recortes de gênero, raça e território, como o ponto de perspectiva, e construção da narrativa. Há, nas jornalistas, um gesto peculiar de singularizar as identidades e processos históricos que acionam na textualidade. Os relatos construídos na primeira pessoa do singular pelas editoras também são políticos, pois apontam para o conhecimento de que toda a narrativa parte de um território e de um corpo que narra. Aspectos dessa relação como a ética e a alteridade também se envolvem, já que toda a narrativa possui um limite entre o que também não se narra.

Desse modo, nos parece que as editoras trabalham com procedimentos jornalísticos, mas em um gesto reflexivo e cuidadoso, afinal, as aspas presentes nos textos não são somente justificativas de seus argumentos, são discursos que as envolvem em cena junto às suas entrevistadas, de modo que em certos momentos, são elas que conduzem os relatos, narram e

informam. Assim, podemos afirmar que apesar das convenções modernas e coloniais do jornalismo indicarem a imparcialidade, a razão e a aceleração como valores intransigentes para a concepção da realidade, todo o processo narrativo é político e parcial, por envolver escolhas e uma demanda interlocutória, de quem ou quando narra, em qual contexto histórico, quais enquadramentos e imaginários são mobilizados. Em *Nós, Mulheres da Periferia* se transpõe em narrativa, um direito ao tempo e ao espaço de identidades sufocadas pelo método moderno-colonial, ao se conceber novas formas singulares de interpretação de passados e futuros pelas mulheres das periferias.

Além do gesto de narrar como uma visualidade para as suas identidades, há também uma relação política do coletivo em corporificar conceitos e teorias, e não desvinculá-los de sua experiência e ação, reivindicando a relação estreita entre a teoria e a prática, o território e a produção de conhecimento. Isto é, muito se fala em educação, cidadania, direitos e democracia durante os manifestos das eleições de 2022, mas são pelas vozes indígenas, e de mulheres negras moradoras das periferias urbanas que passamos a compreender e atribuir significados ao que ainda é muito universal, dominante e patriarcal.

De modo que o projeto futuro de *Nós, Mulheres da Periferia*, enseja construir um direcionamento pelas “beiradas” sociais, por um gesto de desestabilizar e disputar o espaço e o tempo de uma historiografia moderna que se consolida na história e nas instituições de nosso país. A modernidade que conhecemos é herdeira de processos coloniais nos territórios, na linguagem e no saber. Desse modo, o coletivo denota as atualizações e disputas conforme as histórias são narradas, movendo referências e aspectos temporais capazes de nos fazer questionar realidades pressupostas e muito fixas no padrão de universalidade circundante na historiografia. As autoras delineiam um ponto em comum, ao trazer à superfície narrativas de mulheres negras e periféricas como substanciais para se abrir o passado e questionar as marcas e panoramas baseados em normas colonizadoras, além de ser um gesto determinante, versado a renovar normativas lineares e excludentes, propondo uma outra leitura para o tempo e o território.

Essa revisão histórica é atualizada e propulsora de se imaginar futuros sedimentados pela história de mulheres negras e das periferias, bem como de outras identidades e temporalidades ofuscadas pela narrativa oficial. Em *Nós, Mulheres da Periferia*, as editoras apontam para a importância de que projetos jornalísticos inquiram outras formas de narrar e construam outros imaginários. Frente a perspectiva normativa do jornalismo moderno prescrito em nosso país, de um alargamento do presente com a novidade, os últimos acontecimentos, a instantaneidade, que simultaneamente produzem exclusões e apagamentos pelos aspectos

coloniais que o tangenciam, o coletivo propõe formas de se retomar o passado não enquanto uma temporalidade cessada, mas em constante ação para se construir uma referencialidade.

As convenções jornalísticas constituídas pela metodologia moderna, conformadas pelos critérios de noticiabilidade, pautadas principalmente em locais dos discursos autorreferentes, também produz hierarquias ao narrar, por mais que se mostre devedora da objetividade e imparcialidade. Assim, há uma ênfase para a racionalidade, independência e a transparência em suas textualidades, como se o repórter precisasse decantar a realidade, apresentando o fato e as técnicas para a sua apuração. Em *Nós, Mulheres da Periferia*, apesar de recorrer às técnicas de um jornal institucional, se ancora de forma paradoxal, já que ao mesmo tempo que acionam, também as interrogam. Enquanto os aspectos acionados pelo *lead* (o tempo, o contexto histórico, os lugares e as fontes), por exemplo, respondem e congregam os argumentos desenvolvidos pelo jornalismo convencional para se noticiar, no coletivo, as editoras, partem das demandas cotidianas das mulheres com quem dialogam. De modo que a estrutura do *lead* não é linear e congruente à uma única realidade possível e determinante, mas deve corresponder às articulações de cada particularidade histórica. Como podemos perceber, as formas de se noticiar os acontecimentos do mundo pelo coletivo, é composta por multiplicidades, conexões e disputas com as convenções típicas, enquanto trazem o jornalismo para um lugar de proximidade, atento às singularidades por uma lente para o “local” como direcionador.

Tal construção jornalística recorre à proximidade nos espaços das casas, mesas de jantar, dos portões e quintais, pelas relações entre mães, avós, crianças e vizinhas, e no caso dos manifestos das eleições de 2022, também pela perspectiva das candidatas e das eleitoras. Há, em todas elas, uma relação consistente seja em prospectos geracionais ou territoriais, de modo que quando são convocadas, também se iluminam as suas interseções. Desse modo, *Nós, Mulheres da Periferia* chama ao contemporâneo uma rede conjugada de relatos encarnados, de forma que as peculiaridades das experiências não são encobertas, mas ressaltadas em suas singularidades como potenciais para a narrativa.

A cobrança pelo coletivo, para a emergência de suas narrativas e corporificação de seus relatos, depende de um gesto de habitar o tempo e o território. Partir das referências é tramar as experiências que se deslocam nesse gesto de corporificação. Nos manifestos das eleições, Marielle Franco é um aceno para o que se exprime por um afinamento para dessa rede de articulações entre mulheres negras e das periferias na política institucional e fora dela, no cotidiano. *Nós, Mulheres da Periferia* alveja um ponto prático de referência com as transformações de lugares corporativos, de liderança política, nos cargos parlamentares, no jornalismo institucional. Contudo, pela atualização da ideologia moderna-colonial

preponderante nas sociedades colonizadas, torna muitas vezes, essas atuações políticas e narrativas vulneráveis diante espaços ainda muito regidos pela normativa patriarcal. Essas formações comunitárias entre as mulheres negras e das periferias não estão somente nesses espaços institucionais. A organização política também está nos territórios da vizinhança, nas famílias estendidas, em instituições próprias formadas entre mulheres negras, no campo artístico e audiovisual, nos coletivos de comunicação e jornalísticos das periferias. Há ainda uma formação política do tempo que as editoras consideram na interlocução com o espaço. De forma que tempo e espaço conformam uma experiência indissociável na história. Nós, Mulheres da Periferia aponta para formas peculiares de se propor uma interlocução com o passado e as suas refigurações no presente, de modo que as temporalidades predecessoras herdadas são mobilizadas também na construção de um imaginário futuro por um espaço flexível, aberto às multiplicidades temporais.

Na verdade, as editoras realçam a narrativa como a potência de localizar as ambivalências, complexidades e conexões no que, geralmente, não é quantificado ou considerado na historiografia moderna e nas políticas do Estado: a maleabilidade que as relações de identidade e o território envolvem. Desse modo, a figura de Marielle parece legitimar uma temporalidade e espacialidade que partem de uma carga simbólica compartilhada na experiência de mulheres negras das periferias, e que advém de uma diversidade política de suas narrativas. Nesse sentido, a expressão “Sementes de Marielle” destaca a rede espaço-temporal no contemporâneo, que o coletivo impulsiona em narrativa, como forma de tramar as referências de um território nacional que sejam mais afeitas às heterogeneidades da nação com toda a sua profundidade histórica.

Não é por acaso que estes projetos plurais mais recentes emergem na política institucional, durante as eleições de 2022. Mulheres cis e trans, pessoas negras, indígenas e periféricas mostraram como as narrativas das beiradas, quando em comunidade, carregam possibilidades de tessitura de um presente e futuro a partir de suas identidades, frutos de movimentos negros e coletivos do Brasil, com a tentativa de disputar os espaços públicos e a história. Entre elas Érika Hilton e Duda Salabert, as duas primeiras mulheres trans parlamentares, junto às mulheres indígenas Sônia Guajajara e Célia Xakriabá, eleitas deputadas federais. Daiana Santos, lésbica, negra, e periférica, eleita também ao cargo legislativo federal. Marina Silva, mulher negra e ministra do Meio Ambiente, retoma também ao parlamento. Macaé Evaristo, Leci Brandão e Andreia de Jesus mulheres negras compõem as cadeiras para deputadas estaduais, e Dani Balbi, mulher trans eleita para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. São mandatos que se distanciam de um parâmetro individualista como é a história

política institucional, por serem construídos por uma participação coletiva, na interlocução com a demanda popular, e que se ancoram em um projeto de negociar, articular e disputar territórios, e tentar refundar a história de nosso país.

A emergência de identidades e desses projetos anticoloniais se assemelha com o gesto do Nós, Mulheres da Periferia, no despontar de singularidades complexas e profundamente encarnadas, em territórios muito conservadores e excludentes. Isso é visto quando também no ano de 2022, o jornalismo contou com 25 mulheres negras como finalistas do Troféu Mulher Imprensa⁵³, revelando uma ampliação das identidades nestes lugares normativos patriarcais. Ao fim e ao cabo, a emergência dessas narrativas parece cobrar novas prefigurações do espaço e do tempo, de modo que as individualidades nessas representações não se esgotam em si, mas agregam um projeto maior, articulado em comunidade.

É neste momento que retomamos o projeto “jornalismo de beirada” por Nós, Mulheres da Periferia, com a possibilidade de devolução da politicidade às relações coletivas entre mulheres negras e das periferias, na tessitura de suas narrativas. Se o jornalismo moderno-colonial se autorreferencia enquanto um narrador de todos os acontecimentos da realidade, por uma perspectiva metafísica, apagando outras resoluções e experiências socioculturais, partir da beirada é a consolidação de um local que converge para as especificidades das realidades históricas e dos territórios. As beiras, com características estreitas e ambíguas, trazem para o jornalismo uma localização e um tempo da narração, que permite aterrissar os discursos, a comunicação e iluminam os ritmos temporais muito diversos entre si. Há nas premissas editoriais da modernidade-colonialidade um intuito de purificar a notícia de vieses e opiniões, de modo que apenas é considerado jornalismo se corresponder com essa experiência específica como um singular-coletivo, e as outras experiências são paralelamente invalidadas. Esse gesto não só nos faz questionar o direito à diversidade das mídias, em uma tessitura comum do jornalismo, como quem tem o direito à narrativa e ao próprio corpo, em narrar.

⁵³ Disponível em:

https://portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/85104/mais+de+25+mulheres+negras+sao+finalistas+do+trofeu+mulher+imprensa+2022. Acesso em dezembro de 2022

5. Considerações finais

Cabe ressaltarmos que a inspiração teórica da “beirada” prescreve um certo manejo de habitar as fissuras e contradições despontadas pelo regime histórico moderno-colonial, e que se concretiza também no jornalismo, no gesto de corporificar o tempo e o espaço, na medida que impõe uma visada para o particular. Há além disso, uma certa inovação também aos padrões e normativas jornalísticas, causando-as infiltrações, - ainda que pequenas, devido a uma estrutura enraizada de seus métodos que se estabeleceu e se reinventa no imaginário cultural -. Nesse momento, cabe questionar como essa proposta indica um futuro sem um consequente apagamento dos rastros e marcas? Como fazer desse futuro, um lugar de reconstrução do tempo e do território pelas quebras e estilhaços das narrativas outrora encobertas e violentadas?

Considerar os manifestos do Nós, Mulheres da Periferia como um ponto de partida para este trabalho reside na nossa tentativa de destrinchar outras experiências jornalísticas que disputam os espaços e a história, por mais restrito que os discursos autorreferentes e os seus métodos parecem ser. A pesquisa se alargou. O jornalismo de beirada calcado pelas editoras apresentou um projeto além das metodologias jornalísticas, ele é sobretudo, uma forma narrativa que envolve experiências singulares de mundo e culturais, tramadas por referências que recobram um pertencimento no tempo e na história. Portanto, a beirada seria uma lente para se compreender em perspectiva, o cotidiano, os acontecimentos locais e globais pela particularidade do tempo. No caso, o coletivo oferece um atravessamento por gênero, raça e território como compreensão contra uma história homogeneizante e a favor de inscrições autorais, singulares e próprias. Assim, na medida em que singularizam o tempo, indicam formas eminentes de uma presença no espaço, por seus relatos profundamente encarnados que conseguem dar a ver as relações de dominação e suas consequências desiguais na distribuição de poder nas sociedades, por uma consequência do projeto colonial.

O território densifica a hierarquia desse ordenamento, e todas as diferenças entre corpos, temporalidades e textos. Por mais que a historiografia tente homogeneizar as experiências, o território complexifica e impõe diversos empecilhos ao projeto moderno-colonial. As experiências territoriais quando compreendidas por narrativas que cobram um direito ao tempo, considera os impactos catalisadores deixados pelo projeto e metodologia da colonialidade, refletindo também sobre outras formas e possibilidades de habitar a história.

A periferia é interpretada por Nós, Mulheres da Periferia, como um território e “ponto de referência contra uma história única”⁵⁴, múltipla e com relações densificadas. O coletivo

⁵⁴ Disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/manifesto/>. Acesso em dezembro de 2022

pelo ímpeto de sua temporalidade presente, indica um gesto de cobrar os apagamentos deixados e ainda remanescentes de um projeto estatal balizado por colonialismos internos (RIVERA CUSICANQUI, 2015), bem como desnuda também as linhas de uma historiografia que nos acompanha, na construção de fronteiras entre a Europa e o resto do mundo. O presente, quando interpretado como espaço propício para a revisão histórica, se ampara na tentativa de dilatar o passado e percebê-lo em sua agência, também pelas temporalidades que se forjam em constante processo de disputa e negociação, e as relações bastante assimétricas, na qual a colonialidade oblitera formas de poder e saber. O coletivo propõe um movimento de resgatar o passado cobrando dessas normativas muito consolidadas, possibilidades de se repensar e reorganizar formas de habitar o território, não necessariamente correspondente à linearidade cronológica, mas entendê-lo enquanto campo difuso e aberto para as singularidades nos engajamentos das temporalidades outrora apagadas

Assim como as territorialidades das identidades de povos negros, indígenas e colonizados se dão na materialidade de um patrimônio simbólico (SODRÉ, 2002), que reinscrevem outros sentidos para territórios coesos do Estado-nação, o sonhar e a escrita são pertencentes desse patrimônio. Isto porque, os sonhos e a produção de imaginários desde o projeto colonial-moderno estiveram concentrados em parcela da população que detêm o controle de uma distribuição desigual de poder. Nesta concepção moderna-colonial, imaginar futuros torna-se sinônimo de uma constante necessidade de ruptura e aceleração, para alcançar uma identidade universal. É nesse caminho, que o relato de Ashley Malia no Nós, Mulheres da Periferia é descrito, sobre o sufocamento da possibilidade de se imaginar futuros, pela linearidade colonial:

Por isso, hoje eu quero falar de sonho e de futuro, temas muito caros para a nossa comunidade, mas que precisamos cada vez mais nos apropriar deles.

Sonhar é custoso para a comunidade negra. Fica difícil pensar em sonho quando se está preocupado em sobreviver. Em uma sociedade que mata um jovem negro a cada 23 minutos, pensar em sonhos é ter medo de se frustrar. Como ter perspectiva de futuro se você não sabe se chegará aos 30 anos? [...] Diante dessa realidade, sonhar parece ser sinônimo de remar contra a maré. E é. Para nós, sonhar é uma ousadia, é hackear o sistema e lutar contra a história que escreveram para nós, é tentar escrever uma nova história, um novo futuro (Ashley Malia, Hackeando o sistema e aprendendo a sonhar, 2022)⁵⁵.

⁵⁵ Disponível em: <https://nosmulheresdapерiferia.com.br/hackeando-o-sistema-e-aprendendo-a-sonhar/> Acesso em dezembro 2022

Em *Nós, Mulheres da Periferia*, sonhar e escrever, em distintas posições, são devolvidos às mãos de mulheres negras. A história que o coletivo escreve viabiliza a compreensão da periferia e do território, em suas dimensões geográficas e simbólicas, como locais de disputas, conexões e distanciamentos. Assim, tentamos desestabilizar conceitos e estruturas como o poder público, a família, o espaço e o tempo -principalmente o passado, interpretado como uma temporalidade cessada -, abrindo para o seu caráter ambíguo e de negociação. A nossa interpretação para a construção da “beirada” pelas editoras, se insere nessa dinâmica, não enquanto uma concepção pré-definida, mas correspondente ao contexto que demanda: ela ora está em estruturas institucionais e/ou nas periferias, e apresenta uma visada dupla para o território e o tempo. Assim, nesse lugar de negociação, o coletivo aponta a “beirada” por uma consciência dupla” referente à denúncia da visada moderna-colonial para os encobrimentos étnico-raciais e de gênero, e a partir deste lugar das beiras, inscrevem uma história que seja escorada no feminino e na negritude por um intento contra/anticolonial. A nosso ver, essa leitura consciente para a ambiguidade das identidades que irrompe durante a modernidade e o seu projeto colonial, favorece o gesto de referência ao território e ao tempo e a forma que são manejados, agora pelas mãos de mulheres periféricas.

Com esse gesto de “territorializar” espaço e tempo (SODRÉ, 2022) a partir de suas narrativas, percebemos que as editoras estrategicamente dilatam o passado. Afinal, elas deixam evidente em seus relatos um aceno às heranças que conformam suas experiências no presente. Portanto, percebemos que o coletivo move uma rede textual, que lemos enquanto “espaços seguros”, a partir de Patricia Hill Collins (2019), por sintetizar narrativas e saberes de mulheres negras predecessoras, como um despontar para a construção de outros territórios e temporalidades possíveis. Assim, o próprio adjetivo “vizinha”, que as editoras mencionam indica um desígnio não somente de quem mora próxima espacialmente, na casa ao lado, mas a rede temporal política e comunitária formada por elas no contemporâneo, ao convocarem mães, avós, vizinhas, artistas, candidatas às eleições e eleitoras em seus manifestos. Nos parece que à medida que o coletivo convoca as referências de mulheres predecessoras, elas apontam para uma continuação dessa rede, de modo que não conseguimos enxergar/ e delinear o seu “depois” estruturalmente definido, mas imaginá-lo nas inconsistências e multiplicidades.

Essa concepção de redes espaço-temporais, como apontamos inicialmente na pesquisa, já direcionava para uma disputa de espaço também com o jornalismo convencional. O primeiro desses indícios está no relato das editoras para a edição em comemoração ao Dia Internacional das Mulheres, no *Tendências/Debates da Folha de S. Paulo*. A partir daí, elas se formam enquanto coletivo e começam a traçar as suas próprias normativas e entendimentos sobre o que

seria de fato, ser uma mulher negra, que vive na periferia, questionando o próprio sentido coeso e redutor para o território e da periferia. Assim, nos empenhamos em esmiuçar o gesto proposto por Nós, Mulheres da Periferia, sobre quais territórios e narrativas advoga. Nessa circunstância, assumimos uma tentativa de rascunhar as aproximações e distanciamentos da “beirada” como formulação que transita pelas discussões contemporâneas de gênero, raça, território e temporalidade.

Entendemos que posicionar esse lugar da “beirada” no jornalismo, direciona também uma percepção crítica sobre as fronteiras modernas do que seja “ser/produzir” e quem tem o direito de concebê-lo, dissipada pelos discursos autorreferentes da modernização. Por um esforço de revisão histórica, este projeto do Nós, Mulheres da Periferia ilumina a temporalidade presentista do jornalismo moderno, conduzido pelos princípios da objetividade e noticiabilidade, e sua imensa dificuldade de reconhecer outros tempos históricos - principalmente suas heranças e os fios ancestrais. Com isso, a aceleração e a ruptura, ao passo que tentam tornar a experiência jornalística linear e teleológica, ofusca outras urdiduras narrativas em projetar a realidade. Compreendemos que essa agência do jornalismo moderno pela objetividade em não deixar brechas para as singularidades históricas, sustentando a sua identidade universal, é uma modernização que reproduz a colonialidade, ao tentar constranger outros relatos e reproduzir um todo homogêneo diante uma prática complexa e diversa. Essa contradição é aparente diante o projeto “jornalismo de beirada”

Os manifestos de Nós, Mulheres da Periferia na intenção de convocar ao contemporâneo referências e relatos de mulheres não nos parece um gesto vazio de politicidade, e que se finda no texto ou somente ao jornalismo, mas impõe um problema à história que se forja por binarismos e hierarquização entre a esfera pública e o privado/ os centros e as periferias (SEGATO, 2012). É a impossibilidade de guiar-se diante normas cristalizadoras e desiguais, que diferencia o coletivo dos padrões modernos-coloniais do jornalismo. Contudo, negar os rastros deixados e atualizados por esta história soberana também não é uma saída, já que o próprio coletivo pela inspiração teórica e prática da “beirada”, retoma a historiografia moderna-colonial para cobrá-la. De saída, apaziguar este conflito, nos impediria de investigar o que o “jornalismo de beirada” projeta - ou ao menos, tenta inaugurar - com as negociações e disputas por espaços para a emergência de narrativas.

É necessário marcar que este foi o nosso grande desafio metodológico: operar diante o coletivo que nos apresenta um gesto duplo e ambíguo da “beirada” como potência para se compreender a formação histórica, o forjar das identidades, e o cobrar uma multiplicidade de

experiências jornalísticas, na tentativa de causar fissuras à trajetória linear e uniforme de como o jornalismo se desenvolveu em nosso país.

O coletivo ao reivindicar politicidade aos grupos mantidos na subalternidade, reivindicam não somente um olhar consciente para as contradições históricas, como novas formas de aparição de seus corpos, que não seja por um olhar objetificador e controlador provocado pelas visualidades coloniais (COLLINS, 2019), mas expandir e reinterpretar o que de fato, significa habitar o feminino e a negritude. Esse amparo político e consciente que atravessa Nós, Mulheres da Periferia para as temporalidades e territórios, parece se aproximar de uma sagacidade gesto de “tomar para si”, de reconstrução por uma ação individual e/ou coletiva. Partimos a nossa análise do manifesto das eleições de 2022, por ser um bom indício do que significa o gesto de passar do silenciamento para a linguagem (COLLINS, 2019, p. 215), próprio de uma leitura que atravessa o coletivo e o despontar de mandatos políticos institucionais mais inclusivos. Compreendemos que as editoras cobram a inscrição de suas narrativas em diferentes espaços: públicos, domésticos ou entre eles, na vizinhança, nos portões e becos (CHAGAS, 2020), e completamos: também está na escrita, na produção de conhecimento, rompendo com a imposição da propriedade privada aos seus corpos e saberes, desarticulando as definições que somente aniquilam e oprimem. Os espaços seguros entre Nós, Mulheres da Periferia também estão nos gestos políticos da escrita como o lançar-se ao mundo pelos manifestos (COLLINS, 2019), e portanto, cobram os registros enquanto escrevem, resgatando e reescrevendo o que foi ofuscado, enquanto traçam o futuro na temporalidade de um presente denso (ANZALDÚA, 2000).

Diante disso, a nossa trajetória de pesquisa que construímos até aqui, é um aceno aos grupos e identidades que propõe a ressignificação das lógicas binárias e do encobrimento, para a urdidura de outros mundos possíveis. Por espirais que se alargam (ANZALDÚA, 2000, p. 232), corpos e identidades estão refigurando as narrativas e a história que habitam. Como nos lembra Gloria Anzaldúa, não voltamos para o mesmo lugar ou temos acesso a integralidade de um passado, como um depósito inerte de experiências, mas reelaboramos heranças, ao mesmo tempo que reimaginamos outros imaginários. Interpretamos, assim, o Nós, Mulheres da Periferia como um chamado ao contemporâneo, para que as ideias normativas tão enraizadas pela moderna-colonialidade em nosso solo, sejam disputadas por atos e outras urdiduras narrativas. Os manifestos são esses meios do coletivo traçar suas próprias normativas e fazer essas convocações, um espaço seguro na abertura dos portões para as outras identidades e temporalidades na trama narrativa. Desse modo, essa rede comunitária de mulheres negras e das periferias, ao fazer das fronteiras excludentes da modernidade-colonial lugares de disputa,

envolve a complexa tentativa de desarmar concepções pré-concebidas para o território. Contudo, se impõe como urgência contra a reconciliação com o opressor (ANZALDÚA, 2000) das identidades e corpos dissipados pela metodologia colonial.

Conceber o território, a partir dos contornos e estratégias de distender passados, de tecer narrativas pelas brechas, por corpos e identidades constrangidos e vulnerabilizados, é entendê-lo na contramão dos limites da mirada das narrativas da colonialidade. É uma proposição de um sentido dinâmico e de disponibilidade para uma abertura dialógica às contradições e ambiguidades, sem transformá-las em problemas a serem resolvidos. Talvez, a partir daí, consigamos fazer da “beirada” uma projeção para que continuem antenados e apontando as brechas e hiatos de histórias e métodos universalizantes, e as temporalidades fagocitadas por trás de seus discursos coesos.

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Afonso. *A modernização autoritária do jornalismo brasileiro*. Revista Alceu, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 100-115, jan./jun. 2010.

ANZALDÚA, Gloria. *Borderlands: the new mestiza = La frontera*. San Francisco : Aunt. Lute, 1987.

_____. *Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do Terceiro Mundo*. Tradução Édina de Marco. Revista Estudos Feministas, v. 8, n. 1, pp. 229-236, 2000.

ARRUDA, Agnes, ROVIDA, Mara, CUNHA, Simone. *Diversidade e pluralidade nas narrativas jornalísticas: por uma epistemologia do jornalismo das periferias*. Anais do 19º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2021.

BEZERRA, Juliana. *O jornalismo profissional das periferias e favelas brasileiras: a experiência de Brasília*. Anais do 19º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2021.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. Estudos Avançados, USP, 2003.

CARRERA, Fernanda, CARVALHO, Denise. *Algoritmos racistas: a hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais*. Galáxia: São Paulo, 2020, p. 99-114.

CHAGAS, Isabelle. *Despaternizando territórios, territorializando aparições patriarcais: Narrativas e imagens em disputa no cotidiano de uma vizinhança*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, PPGCOM, Belo Horizonte, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Tradução: Jamille Pinheiro Dias - 1 ed - São Paulo: Boitempo, 2019.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. *El estado y sus márgenes*. Etnografias comparadas. In: Cuadernos de Antropología Social. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, 2008, p. 19-52.

DAS, Veena. *Vida e Palavras: a Violência e sua Descida ao Ordinário*. São Paulo: Editora da Unifesp, 2020.

DUSSEL, E. 1492. *El encubrimiento del Otro: hacia el origen del “mito de la Modernidad”*. La Paz: Plural editores, 1994.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, T. FARIAS, D. *Encruzilhadas da música: temporalidades e territorialidades no álbum visual Bom Mesmo É Estar Debaixo D’Água*. Logos: UFRJ, 2021.

FIGARO, Roseli, BARROS, Janaina, KINOSHIDA, Jamir. As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia. 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, SBPJor, 2019.

FONSECA, Ana Carolina. É tudo um mesmo jornalismo? In: *Para entender o jornalismo*. Orgs: LEAL, B. S, ANTUNES, E., VAZ, P. B. Belo Horizonte: Autêntica, 2014, p. 19-28.

FREITAS, Regiany Silva de. *Histórias de mulheres da periferia: construindo identidades discursivas de (re)existência*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia de Universidade Católica de São Paulo, Estudos da Linguagem, São Paulo, 2018.

FREITAS, Viviane Gonçalves. *Feminismos na imprensa alternativa brasileira: quatro décadas de lutas por direitos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

GONÇALVES, Juliana, FONSECA, Maria Gislene, COSTA, Verônica, CARVALHO, Carlos Alberto. *Feminismos, colonialidades e violências contra mulheres em suas dimensões comunicacionais*. Dossiê Feminismos Vitais, Eco-Pós, 2021.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Orgs: Flavia Rios, Márcia Lima, Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HOOKS, bell. *Teoria Feminista: da margem ao centro*. Tradução Rainer Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

_____. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. Tradução: Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2021.

JÁCOME, P. *A constituição moderna do jornalismo no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020a.

_____. Narrativas, direito ao tempo e vulnerabilidades. In: Miranda, Cynthia Mara; Sousa, Máira Evangelista de; Carvalho, Carlos Alberto de; Lage, Leandro Rodrigues. (Org.). *Vulnerabilidades, narrativas, identidades*. 1ed. Belo Horizonte: Fafich/Selo PPGCOM/UFMG, 2020b.

KAZAN, Evelyn Medeiros. *Mulheres periféricas e autorrepresentação: uma análise do Nós, Mulheres da Periferia*. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, ECA, São Paulo, 2021.

LAGO, Cláudia, GONÇALVES, Jean Oliveira, KAZAN, Evelyn Medeiros. *Jornalismo na lógica descolonial: o caso do Nós, Mulheres da Periferia*. Anais. Goiânia: Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/002982384.pdf>.

LEAL, Bruno. Do texto à textualidade na comunicação: contornos de uma linha de investigação. In: LEAL, B; CARVALHO, C; ALZAMORA, G (orgs). *Textualidades midiáticas*. Belo Horizonte: PPGCOM UFMG; 2018. p. 17-34.

LIMA, Bárbara; AZEVEDO, Rafael; ALMEIDA, Jéssica; JANAY, Paula. *Territorialidades da mulher negra no samba: Leci Brandão em podcasts brasileiros*. Historicidades dos Processos Comunicacionais, 2021.

MACEDO, Carolina Souza. “*Tudo sobre a Ditadura Militar*” e, sobretudo, a ditadura militar: memória e esquecimento no jornal Folha de S. Paulo. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais: PPGCOM, Belo Horizonte, 2018.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MORAES, Fabiana, VEIGA DA SILVA, Márcia. *A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora*. XXVIII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

NASCIMENTO, Beatriz. *A mulher negra no mercado de trabalho*, Portal Geledés, 2010.

NATANSOHN, Graciela, REIS, Josemira. *Digitalizando o cuidado: mulheres e novas codificações para a ética hacker*. Cadernos Pagu, 2021.

NERONE, J. The Historical Roots of the Normative Model of Journalism. *Journalism*, p. 46-58, 2013.

NONATO C. PACHI FILHO, F. F., & CAMARGO, C. A. *Periferia: um lugar para a identidade no discurso de jornalistas*. *E-Compós*, 23., 2020, <https://doi.org/10.30962/ec.2024>

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. Semayat Oliveira, 2019. Museu da Pessoa. 1 vídeo (2min 57s) YouTube. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=O84pPTNh8Yg>>. Acesso em setembro 2022.

NÓS, MULHERES DA PERIFERIA. Jéssica Moreira, 2022. Minas Negras Gerais. 1 vídeo (31min 42s). YouTube. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=SeYRhrxIxaw>> Acesso em setembro 2022.

QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RIBEIRO. Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 50*. Tese (Doutorado). Escola de Comunicação – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950*. Mídia, 2003.

RIVERA CUSICANQUI, S. *Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

_____. *Un mundo ch'ixi es posible: ensayos desde un presente en crisis*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

RIOS, Flavia, FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: Redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. Cadernos Adenauer XIX, 2018, p. 25-45.

SEGATO, Rita. *La Nación y sus Otros: raza, etnicidad y diversidad religiosa en tiempos de Políticas de la Identidad*. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2007.

_____. *Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial*. E-cadernos CES (Online), v. 18, 2012.

SILVA, Márcia Veiga. *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias*. Dissertação (Mestrado). Departamento de Comunicação. Porto Alegre: UFRGS, 2010.

SILVA, Pâmela Guimarães da. *DE LÉLIA GONZALEZ A MARIELLE FRANCO: mulheres negras e seus processos comunicacionais interseccionais de resistência*. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, PPGCOM, Belo Horizonte, 2021.

SODRÉ, M. *O terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileira*. Salvador, BA: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.

SOUZA, Francielle. *Enredando a música popular brasileira: torções do tempo nas textualidades do coletivo Rimas&Melodias*. Dissertação, 2021.

SPONHOLZ, L. *Quando objetividade não é objectivity*. Os princípios do jornalismo brasileiro e suas consequências. Anuário Internacional de Comunicação Lusófona, v. 5, p. 10, 2008.

TAVARES, Luisa. *O jornalismo das periferias de São Paulo: entre a experimentação e a atualização de práticas convencionais*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019.

TENÓRIO, Patricia Cibele da Silva. *A vida na ponta dos dedos: a trajetória de vida de Almerinda Farias Gama (1899- 1999): feminismo, sindicalismo e identidade política*. Dissertação (Mestrado). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Humanas, Departamento de História, 2020.

TORRES, H., MARQUES, E., FERREIRA, M. P., BITAR, S. *Pobreza e espaço: padrões de segregação em São Paulo*. Estudos Avançados 17 (47), 2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. Culture as the Ideological Battleground of the Modern World-System. In: *Theory, Culture and Society*, 1990, p. 31-55.

Edições dos jornais citados:

Folha de S. Paulo

“Um jornalismo moderno e necessário”. 27/07/1985. Ilustrada.

Editorial “Espelho do mundo” de 2010.

“Nós, mulheres da periferia”. 07/03/2012. Tendências e Debates.

“Vereadora do PSOL e motoristas são mortos a tiros na zona norte do Rio”. 15/03/2018. Cotidiano.